

CADERNETA AGROECOLÓGICA E OS QUINTAIS

Sistematização da produção
das mulheres rurais no Brasil



Novembro de 2018

Caderneta agroecológica e os quintais
Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil

Elaboração de textos

Camila Alvarenga

Luciana Alves

Elisabeth Cardoso

Nayara de Castro

Sheyla Saori

Liliam Telles

Diagramação e projeto gráfico

Guilherme Gjorup

Helena Zelic

Parceria

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)

Sítio Alfa Rua da Violeira s/n. Viçosa MG 36.570-000

www.ctazm.org.br

Agradecemos a Indyra Monteiro, Nara Pinilla, Rita Teixeira, Noemi Krefta, Apolônia Silva, Letícia Andrade e Laeticia Jalil pelos relatórios de atividades e imagens que subsidiaram esta publicação.

A474 Caderneta agroecológica e os quintais : Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil / Luciana Medeiros Alves, Camila Alvarenga, Elisabeth Cardoso, Nayara de Castro, Sheyla Saori, Liliam Telles. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

100 p.

1. Mulheres rurais 2. Agroecologia 3. Caderneta agroecológica

Sumário

Apresentação	05
Trajetória das Cadernetas Agroecológicas	05
Quintal Agroecológico	11
Questionário de Caracterização	15
Guia de Campo	16
Resultados	20
Dados organizados em âmbito nacional	22
Região da Amazônia	24
Região Nordeste	35
Região Sul	46
Região Sudeste	56
Região da Zona da Mata/MG	66
Aprendizados e Desafios	76
Caderneta agroecológica em movimento: seguimos anotando	80
Carta Política	86
Dossiê das Cadernetas Agroecológicas	88
Modelo do Questionário para Caracterização	91
Referências Bibliográficas	99





APRESENTAÇÃO

Esta publicação é fruto do projeto *Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*, resultado de parceria entre a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal de Viçosa por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13/2016.. Este projeto articulou as ações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em 2016, por meio também da extinta DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES RURAIS para o monitoramento e sistematização da produção das mulheres agricultoras familiares e camponesas da Zona da Mata de Minas Gerais e Regiões Nordeste, Amazônia, Sudeste e Sul do Brasil. Nessas regiões, por meio do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), as agricultoras articuladas pelo Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML), pela Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE), Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia (GT Gênero e Agroecologia), e Movimento de Mulheres Camponesas do Sul do Brasil (MMC) foram capacitadas a usar o instrumento, criado para o monitoramento da produção das mulheres e vencedor do concurso de boas práticas de ATER realizado pelo MDA, Caderneta Agroecológica.

Em parceria com a Universidade Federal de Viçosa- UFV, sob coordenação da professora Irene Maria Cardoso, e articulação de um grupo metodológico composto pelo GT de mulheres da ANA, o projeto envolveu 299 cadernetas sistematizadas, 181 questionários, em 16 estados e 04 regiões. E contou com o apoio de muitas organizações do campo agroecológico e instituições parceiras que têm atuado com a

agroecologia e o feminismo: Instituto Federal de Matão/SP, Centro de Tecnologias Alternativas-Zona da Mata/MG, SOF Sempreviva Organização Feminista, CF8 Centro Feminista 8 de março, Associação Brasileira de Agroecologia-ABA, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, Universidade Federal da Fronteira Sul, Fundação João Pinheiro e do GT Gênero e Agroecologia. Outras parcerias também se construíram durante toda trajetória das Cadernetas Agroecológicas: muitas mulheres e homens que foram contribuindo com suas luzes de reflexão, artigos, teses e com experiências das práticas cotidianas da agroecologia.

As informações, relatos e resultados apresentados nesta publicação foram coletados dos momentos coletivos ricos de formação e socialização: encontros, seminários regionais e nacionais, oficinas e reuniões locais entre as mulheres.

TRAJETÓRIA DA CADERNETA AGROECOLÓGICA

A Caderneta Agroecológica é um instrumento de mensuração criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA/ZM para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares. A Caderneta Agroecológica (C.A) foi sistematizada pela primeira vez em 2011, e trabalhada como uma metodologia a partir da contribuição de uma rede de organizações dos campos agroecológico e feminista aglutinadas em torno do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, que se desenvolveu em quatro regiões do país (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste) com o apoio financeiro da União Europeia. Neste período, a comissão metodológica do projeto foi composta pelo CTA-ZM, pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), pela Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), pela Rede de





A C.A teve como objetivo principal dar visibilidade à produção dos quintais das mulheres. "Em 2009 era uma ferramenta mais simples, com apenas duas colunas, parecido com uma folha de calendário, daquela que se pendura na parede. Mas as mulheres não gostaram de pendurar e deixar suas anotações expostas na parede da casa ou da cozinha", afirma Elizabeth Cardoso, coordenadora do CTA-ZM. Após algumas socializações das mulheres sobre as informações anotadas, a C.A foi reconfigurada para quatro colunas: Venda, Troca, Consumo e Doação. A nova versão foi para facilitar e organizar as anotações. A C.A ainda trouxe diversos elementos que continuam contribuindo para uma reflexão coletiva sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, e as relações monetárias e não monetárias desempenhadas com forte protagonismo pelas mulheres. A CA incorpora as contribuições da economia feminista, atrelando a dimensão do trabalho doméstico e de reprodução a um conceito de economia centrado na sustenta-

bilidade da vida, e não apenas em relações de mercado (CARRASCO, 2012). Com isso, confere visibilidade ao aporte econômico gerado pelas mulheres, reconhecendo o trabalho não remunerado como parte de um mecanismo de submissão e exploração que marca as relações patriarcais. Ao mesmo tempo, a caderneta é a afirmação do papel das mulheres camponesas na construção da Agroecologia. As informações coletadas dão conta da contribuição das mulheres, que vai muito além da esfera reprodutiva. Ao se dedicarem aos agroecossistemas, as mulheres têm permitido a existência de uma enorme variedade de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes, garantindo soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e renda para as famílias.

O estabelecimento das C.A como uma ferramenta metodológica de formação, reflexão e ação na busca da autonomia das mulheres foi aprimorada pelas organizações que compõem o GT de mulheres da ANA. Desta maneira, o



uso da C.A foi se ampliando e posteriormente se agregando aos trabalhos das entidades como uma maneira de tratar a questão de gênero com as/os técnicas/os e famílias agricultoras em atividades de ATER. Entendendo cada vez mais a importância que os quintais produtivos têm na construção da autonomia e na vida das mulheres, outras relações de parceria foram se conectando para fortalecer a sistematização e o acompanhamento das C.A. Como a aproximação dos NEAS¹, contribuindo de maneira sistemática na articulação, mobilização e formação da agroecologia, através das Instituições de Ensino. Em artigo publicado pelo IPEA², no ano de 2015, o incentivo à agroecologia foi muito debatido na CNAPO³, algumas ações foram iniciadas e o olhar sobre os quintais produtivos para apontar estratégias, inclusive de fomento, para aumentar a capacidade produtiva das mulheres, foi uma agenda acompanhada pelos NEAs.

No período de 2014 a 2015, durante o projeto “Mulheres e Agroecologia em Rede”, foram impressas e distribuídas cerca de 1000 cópias da caderneta entre todas as entidades parceiras do projeto, em quatro regiões do país: Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. O público beneficiado por essa ação foram mulheres agricultoras agroecológicas ligadas às entidades que compõem o projeto. Como parte do processo de amadurecimento da proposta metodológica, 141 mulheres agricultoras do território de Pajeú/PE integrantes da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú iniciaram as anotações nas C.A. Enquanto o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM

selecionou 64 mulheres em 14 municípios da Zona da Mata de Minas Gerais para acompanhar e sistematizar as informações das cadernetas.

Os primeiros resultados deste projeto apontaram a enorme diversidade biológica dos quintais das mulheres, contando com 142 espécies, abrangendo hortaliças, plantas medicinais, flores, árvores frutíferas e pequenos animais. E incluindo os alimentos processados e artesanatos, o número de produtos sobe para 212. Dados dos quintais localizados nos municípios de Acaíaca, Espera Feliz, Simonésia e Viçosa/MG, apontaram, através da diversidade de espécies, que a maior parte das plantas dos quintais, são destinadas à alimentação, o uso medicinal vem em segundo lugar e as plantas com funções ornamentais em terceiro lugar.

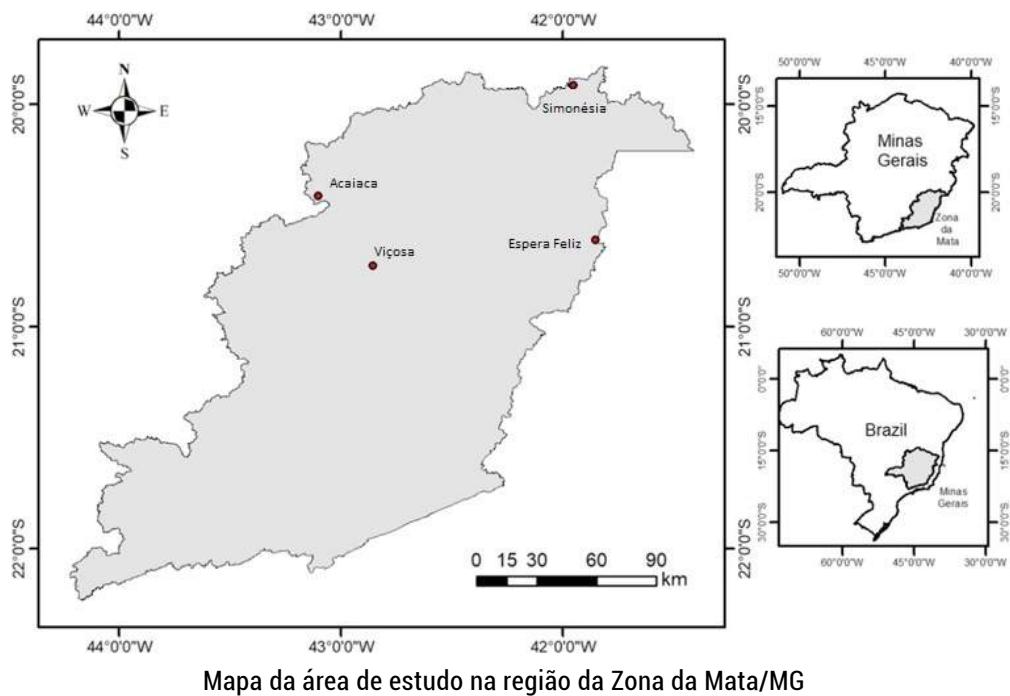
Esta pesquisa mostrou como a agroecologia se fortalece através dos manejos e como a produção para autoconsumo dos quintais também gerar renda e é considerada a principal fonte da família. Ao mesmo tempo que se visibilizou os quintais, os resultados também revelaram as dificuldades de investimentos e aportes financeiros que as mulheres têm para melhorias da produção e, mesmo protagonizando a principal atividade de geração de renda, ainda estão excluídas dos processos de negociação e circuitos de comercialização de suas comunidades e organizações.

Podemos afirmar que foi através destes resultados e de encontros, a nível regional e nacional, com a socialização e reflexão do GT do mulheres da ANA sobre as cadernetas,

1. Desde 2010, foi iniciado o lançamento de editais com a finalidade de fomentar a criação de NEA's e Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). Ao todo, foram oito chamadas públicas que apoiaram 281 projetos, em 192 campi de 102 Instituições de Ensino de Educação Profissional e Superior com cursos na área de ciências agrárias. O desafio maior era superar a escassez de profissionais preparados para atuar na produção orgânica e de base agroecológica, o que dificultava a disponibilização de assistência técnica para orientar agricultores, povos e comunidades tradicionais. Ver em: <http://www.agroecologia.gov.br/noticia/import%C3%A2ncia -do-fortalecimento-dos-nea%E2%80%99s -paraagroecologia>

2. Acesso em 22 de fevereiro de 2019: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica_nacional_agroecologia_cap14.pdf

3. A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO é formada por representantes de 14 órgãos e entidades do executivo federal e por 14 entidades titulares e 14 entidades suplentes representantes da sociedade civil. O colegiado tem por objetivo promover a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia.



Mapa da área de estudo na região da Zona da Mata/MG

que se desenhou a proposta do projeto *Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*. O projeto teve como objetivo geral mostrar a capacidade produtiva dos quintais para formulações de políticas públicas que possam favorecer os espaços das mulheres agricultoras, entendendo que a autonomia das mulheres também passa pelo fator monetário e que este caminho pode ser construído através de diversas percepções, individuais e coletivas, das mulheres sobre suas anotações nas cadernetas.

Em maio de 2017 foi realizado o *Seminário Nacional de Pesquisadoras das Cadernetas Agroecológicas*, em Viçosa/MG, reunindo das regiões Norte, Sudeste, Nordeste e Sul, mulheres agricultoras que já realizavam anotações, técnicas de entidades de ATER e professoras de Instituições de Ensino Superior. Este foi um momento que as mulheres socializaram suas questões, os desafios, as expectativas e como seria o acompanhamento das sistematizações.

Algumas questões que surgiram durante os dois dias de encontro das pesquisadoras:

- O que é um quintal agroecológico? Quais são seus limites?
- Como contabilizar na caderneta o trabalho coletivo de mulheres no quintal?
- Produtos processados, que já foram anotados como in natura na caderneta, entram novamente?
- Como padronizar as unidades de medidas na caderneta, já que as medidas são diferentes regionalmente?
- As agricultoras esquecem de anotar na caderneta.
- As agricultoras, entendendo o objetivo do projeto, ainda têm receio de anotar o total de produção na caderneta.
- As agricultoras sentem dificuldade de especificar os produtos dos quintais. Principalmente para os itens de consumo e troca.
- Como manter a animação de anotações nas C.A com as mulheres envolvidas no projeto?

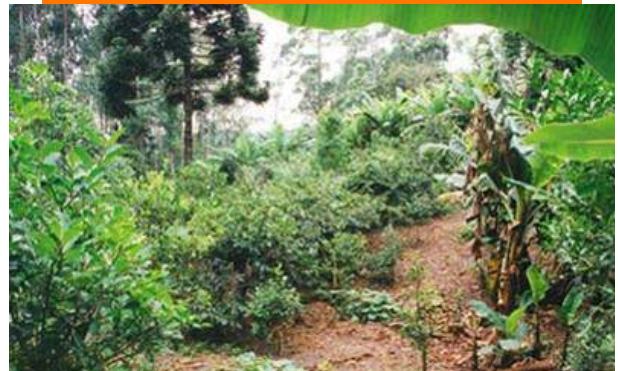
Neste seminário as mulheres também definiram a metodologia, as possíveis entidades e/ou organizações para o acompanhamento da sistematização do projeto e as expectativas de participação das mulheres em cada uma das regiões.



O QUINTAL AGROECOLÓGICO

A partir da questão do que é um quintal agroecológico, as mulheres debateram que é o espaço que elas produzem e que se reconhecem como responsável do trabalho. Entendendo que este conceito envolve as relações das pessoas com os diferentes espaços de produção, foi definido que os quintais agroecológicos são aqueles que as mulheres produzem para o autoconsumo e também para comercialização, são locais que se evita aplicar produtos químicos, e por isso muitas experiências ricas e diferentes manejos são observados. É o local onde reproduzem sementes e fazem mudas de plantas. As mulheres também enfatizaram que é neste espaço que socializam suas produções: trocam, doam e conversam com outras pessoas. As relações que se estabelecem a partir dos quintais vão além do fator monetário, de compra e venda, pois outras relações, com diferentes valores e solidariedades, também se desenvolvem para manutenção da vida familiar e comunitária.

A economista feminista chilena Cristina Carrasco⁴ afirmou, durante seminário realizado em São Paulo em fevereiro de 2018, que para construir um mundo melhor que este, o centro da economia deve estar na vida das pessoas, nos tempos necessários para a manutenção das vidas das pessoas, e não somente nos da produção. Como fazer com que os tempos de cuidado sejam centrais na vida de todos? Como conseguir esse equilíbrio em que há uma produção que satisfaça as necessidades de e o tempo necessário para que todos cuidem e sejam cuidados? E é neste contexto que o olhar do quintal agroecológico do projeto de sistematização das cadernetas dialoga com os fundamentos da economia feminista.



4. Economista feminista, professora e pesquisadora. O foco de sua pesquisa é a economia feminista, com estudos relacionados ao trabalho doméstico, trabalho de cuidado, inserção de trabalho de mulheres, o estudo de indicadores não-androcêntricos, sobre os quais ela tem várias publicações. Em particular, sua análise gira em torno de questionar a viabilidade do sistema capitalista para garantir a sustentabilidade da vida.

Considerando que ao tratar da visibilidade e da valorização dos trabalhos das mulheres, os quintais agroecológicos também apresentam conflitos e se tornam espaços de disputa. Muitos relatos de mulheres envolvidas com a sistematização das cadernetas denunciaram os problemas da divisão sexual do trabalho e a hierarquia que se estabelece nas atividades produtivas, desafiando o cotidiano das mulheres nos quintais:

"O espaço de produção das mulheres é sempre o espaço menos privilegiado e localizado de maneira marginal na unidade de produção"

"Os homens geralmente produzem com agrotóxicos e muitas vezes invadem os espaços de produção agroecológica das mulheres"

"Meu marido começou a perceber que vinha muita gente na cerca pedir, comprar e até trocar produtos com as coisas da minha horta, ele não gostava e destruiu os canteiros"

"A produção do quintal mesmo gerando renda à família, é vista como uma produção 'pro gasto' da família "

"Meu marido disse que eu não tenho tempo de ficar capinando a horta e colocou veneno".

"Os quintais não são valorizados como espaços produtivos e rentáveis, pouco ou nenhum investimento é realizado pela família ou pela unidade de produção"

"Mesmo dividindo o tempo dos trabalhos da roça com as atividades domésticas, 'as mulheres não fazem nada'"

Estas e outras questões se mostraram durante o uso das cadernetas quando as mulheres relataram que muitas vezes escondiam suas anotações dos companheiros ou

dos filhos: " meu marido olhava minhas anotações e dizia que aquilo não me levaria a nada" ou " tá perdendo tempo com esta besteira". Muitas mantiveram as informações sob sigilo durante o período de acompanhamento do projeto. Ainda que estivessem excluídas dos processos de negociação no núcleo da família ou nas organizações comunitárias, foram construindo maneiras de assegurar certa autonomia ao perceber que estavam contribuindo monetariamente através dos quintais. Em um grupo de mulheres do Vale do Ribeira/SP, as agricultoras relataram que se animaram ao ver as anotações e começaram a plantar mais variedades. Este grupo participa de uma experiência de comercialização direta com grupos de consumo e afirmaram que outras mulheres, ao iniciarem as anotações, começaram a fazer parte deste circuito de comercialização. Já na região Nordeste, na Bahia, uma agricultora ao monitorar sua produção no quintal, percebeu que a produção diversificada gera maior renda que o plantio de cacau, uma cultura tradicionalmente geradora de renda e trabalho na região.

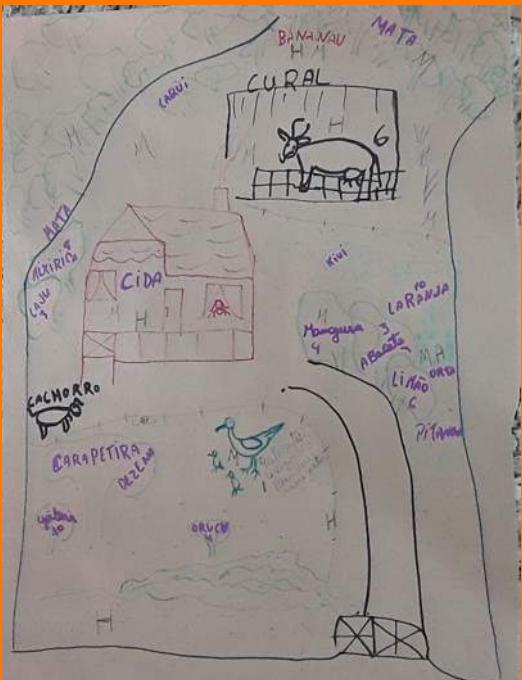


Outro relato, vindo de uma agricultora mineira da região metropolitana de Belo Horizonte, ao perceber que a horta era rentável, propõe ao marido dividir o uso do lugar e a gestão econômica. A agricultora passou então a fazer a distinção entre a sua própria economia e a economia da família, nesse processo foram constituindo-se duas economias desse lar, a parte assalariada e a parte de produção do quintal. Entendeu-se que a economia relacionada à produção do quintal, marca a mudança da agricultora dentro da unidade da família, que ganhou maior visibilidade e autonomia. Ela também foi se apropriando e adaptando o uso da C.A: suas anotações contêm informações para além das quatro colunas, não apenas todo o dinheiro que é gasto, no custeio da produção do quintal e do dinheiro que é usado em casa, mas também o dinheiro que é emprestado para os filhos e esposo no dia a dia. Segundo

a agricultora, estas anotações permitem maior controle de gasto, conhecer os usos do dinheiro e maior clareza quanto à renda que é gerada.

Ao estabelecer o princípio da divisão sexual do trabalho, como um pilar do projeto, a comissão metodológica do GT de mulheres da ANA iniciou oficinas para a confecção de mapas da sociobiodiversidade dos quintais das mulheres que foram envolvidas no projeto. Em cada região a oficina foi aplicada como uma primeira etapa para iniciar as anotações nas C.A e para entender o espaço de produção das mulheres. Durante estas atividades as mulheres desenharam seus quintais, apresentaram sua produção, a agrobiodiversidade do espaço e apontaram os trabalhos e locais em que cada membro da família e/ou agregadas/os (homens e mulheres) exercem na unidade de produção.





Durante a socialização dos mapas as mulheres apontaram a integração da diversidade de plantas com as criações de animais, como galinhas, porcos e outros animais. Disseram também que, fazer o exercício do mapa dos quintais, trouxe o olhar sobre como ocupam os espaços com a diversidade de plantas e seus usos, perceberam também que o quintal está constantemente em movimento, sempre se transformando porque novas plantas surgem, são colhidas e novamente plantadas. Disseram que não terão mais vergonha de mostrar a "horta bagunçada". Ao apontarem nos mapas os trabalhos dos homens e das mulheres, em muitos desenhos, percebemos o homem no trato das vacas (curral) ou carpindo "longe da casa. Já as mulheres aparecem regando a horta, bem próximas à área da moradia. Alguns desenhos com crianças brincando próximas à casa também surgiram.

Algumas agricultoras mostraram que os trabalhos se misturam, na forma de ajuda quando há necessidade: "quando eu preciso ele me ajuda na cozinha e eu ajudo ele na roça". As definições da divisão do trabalho, das atribuições dos papéis, só ficaram mais claras quando todas contavam suas experiências: "eu pensei que lá em casa a gente se ajudava, mas é nítido como as mulheres só ficam com as tarefas domésticas e se a mulher não está em casa, o homem não faz por conta própria".

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS:

Complementar as informações das C.A foi uma proposta levantada a partir da experiência da Caracterização dos Agroecossistemas das unidades familiares de produção acompanhadas utilizada pelas chamadas dos projetos de ATER Agroecologia⁵. As organizações que trabalharam com este roteiro⁶, principalmente das regiões Nordeste e Sudeste, relataram que foi um importante instrumento para entender as diferentes realidades das famílias agricultoras.

A partir da reflexão que as mulheres são as principais protagonistas na manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas, foi proposta a utilização de um questionário para complementar as informações das cadernetas, visando conhecer de forma mais aprofundada as agricultoras agroecológicas e como a agroecologia existe na vida destas mulheres. Este questionário foi adaptado e trouxe elementos que são importantes à vida das mulheres: acesso às políticas públicas, como PAA⁷ e PNAE⁸, DAP⁹, acesso à terra, água e renda. Também foi questionado a participação das mulheres em redes de comercialização e organizações produtivas, como associações e cooperativas. O GT de mulheres da ANA optou em realizar junto à oficina dos mapas da sociobiodiversidade, o preenchimento coletivo das informações do questionário. Nesta ativi-

5. Parte da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, no período de 2013 a 2016, através do governo federal houve chamadas públicas para atuação de Assistência Técnica e Extensão Rural, com ênfase na agroecologia, em vários territórios a nível nacional.

6. Modelo do questionário em anexo ao final desta publicação

7. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

8. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal deve repassar, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

9. DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar, como assegurado especial, para acessar políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF e a Previdência Social.

dade foram avaliadas as questões que se integraram ao questionário e as possíveis dificuldades na aplicação e retorno de respostas.

Para conseguir trabalhar a ferramenta metodológica, o grupo de trabalho da região nordeste elaborou um guia de campo especificando as etapas e informações que devem ser aplicadas com as C.A:



PROJETO CADERNETA AGROECOLÓGICA – NORDESTE GUIA DE CAMPO - PESQUISA NACIONAL

A ser realizada junto as mulheres agricultoras do Nordeste, dos estados de Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Este Guia de Campo orienta o trabalho a ser realizado pelas assessoras junto as 200 mulheres agricultoras do Nordeste participantes da Pesquisa e está organizado em "passos".

As assessoras devem mobilizar as mulheres para participação da pesquisa, além de acompanhar, animar e monitorar o preenchimento das Cadernetas e demais atividades propostas.

Considerem que cada uma das atividades feitas no âmbito desta pesquisa pode ser aproveitada como um trabalho educativo, quando podem ser realizadas práticas, vivências, intercâmbios e reflexões sobre a economia das mulheres, divisão sexual do trabalho, agroecologia, segurança alimentar, comercialização, agroecossistemas, etc.

PASSO 1:

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA PARA AS MULHERES AGRICULTORAS

- Apresentar a pesquisa para as mulheres, esclarecendo sobre a importância das Cadernetas Agroecológicas para a sua vida e o trabalho das organizações de assessoria;
- Apresentar cada um dos instrumentos de pesquisa, esclarecendo como serão feitos e para quê servem;

PASSO 2:

CONHECER O PERFIL SOCIO ECONÔMICO E DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AGRICULTORAS - QUESTIONÁRIO

- Aplicar o questionário (Ver anexo 1) com a mulher agricultora. As perguntas devem ser respondidas **unicamente** por elas. Os homens da família não devem participar das respostas ao questionário;
- Ao fazer a pergunta, cuidar para não induzir as respostas das mulheres, deixando-as se expressar livremente e procurando anotar suas falas na íntegra;
- Orientamos que as perguntas abertas sejam gravadas e transcritas, logo após a realização para que não se perca a memória;

PASSO 3:

CONHECER O AGROECOSISTEMA FAMILIAR E O LUGAR DE TRABALHO/AUTONOMIA DAS MULHERES AGRICULTORAS

A mulher agricultora trabalha em todo o agroecossistema, mas queremos colocar luz nos lugares em que as elas constroem sua autonomia a partir do seu próprio trabalho e como nesses lugares elas produzem conhecimentos, bens agrícolas (alimentos, plantas medicinais, frutas, árvores nativas, sementes, animais e etc.) e bens culturais.

Queremos assegurar o olhar e a percepção que as mulheres agricultoras têm sobre o agroecossistema familiar e quais são os lugares protagonizados por elas, revelando sua importância para a economia familiar. Também queremos compreender as relações de poder que se estabelecem nos distintos espaços pelos diferentes membros da família (do homem e da mulher e/ou dos filhos).

Para isso, as mulheres agricultoras devem fazer um desenho ou mapa da sua propriedade o mais detalhado possível. Com a ajuda do mapa espera-se que elas identifiquem todos os lugares de produção onde elas são protagonistas e os produtos vindos destes lugares para consumo, doação, troca ou venda.

QUEM FAZ O MAPA? Unicamente as mulheres e suas filhas ou outras mulheres que participam da produção. A assessora poderá orientar e ajudar no desenho do mapa, com o cuidado de não induzir a percepção e representação das mulheres sobre o espaço produtivo. Durante a construção do mapa, os homens da família não devem participar dessa construção;

MATERIAIS A SEREM USADOS PARA FAZER O MAPA: O mapa pode ser feito com cartolina branca e canetas, lápis ou giz de cera coloridos ou maquetes. O mapa deve ser fotografado (de preferência com máquina fotográfica e não com celular) de forma que fiquem bem visíveis. Os arquivos das fotos devem ser identificados com o nome da mulher;

COMO FAZER O MAPA? Facilitar para que cada mulher agricultora faça um desenho ou mapa da propriedade onde a família vive e trabalha, representando todos os lugares onde acontece a produção para o consumo, troca, doação ou comercialização. Outros lugares considerados importantes por ela também podem ser incluídos. É importante que o tamanho do agroecossistema (propriedade) seja registrado como área total, e depois tentar contabilizar os tamanhos de cada subsistema (horta, quintal, pomar, roçado e etc). Isso nos ajudará a perceber as relações sociais dentro do agroecossistema e como se manifestam na relação do espaço.

Após a feitura do mapa, as assessoras irão analisar com as mulheres os lugares que são reconhecidos pelo protagonismo delas. Serão identificados os **lugares de trabalho onde ela atua de forma autônoma para a produção da sociobiodiversidade e da garantia da soberania e segurança alimentar**. A ideia é destacar o quintal e todas as demais áreas onde as mulheres são protagonistas.

Para ajudar nessa reflexão, perguntar para a mulher o que ela faz durante o dia. Neste momento, serão analisadas a separação e a hierarquia/importância de cada uma das atividades feitas por gênero e as representações sobre a divisão sexual do trabalho e a forma como se materializa nos espaços. Assim, o desenho deverá ser complementado com a inclusão de desenhos dos símbolos de gênero

em cada um dos lugares de trabalho, de acordo com o protagonismo de cada membro da família (ver explicação abaixo).

OBS: Cuidado com o trabalho considerado pelas mulheres como "ajuda", pois é muito comum que elas se coloquem no lugar de "ajudantes" e não como protagonistas. Aqui, após o desenho, cabe a assessora problematizar com as mulheres estas questões.

O MAPA DEVE CONTER:

- **Os lugares onde a mulher "decide"**, ou seja, onde ela determina o que vai ser produzido, como e quando. Nestes lugares, elas podem ter ou não a ajuda da família. A casa, o quintal e os demais lugares protagonizados pelas mulheres devem aparecer de forma clara, neste mapa. Estes lugares devem ser marcados com o nome (ex. galinheiro, roçado...) e o símbolo do gênero feminino (♀). Quando o homem ajuda, o lugar deve ser marcado assim: (♀♂). OBS: O símbolo do gênero feminino vem na frente do símbolo do gênero masculino;

- **Os lugares onde o homem "decide"**, ou seja, onde ele determina o que vai ser produzido, como e quando. Estes lugares podem ter ou não a ajuda da mulher. Estes lugares devem ser marcados com o seu nome e o símbolo do gênero masculino (♂). Quando a mulher ajuda nestes lugares, deve ser marcado assim: (♂♀). OBS: Neste caso, o símbolo do gênero masculino vem na frente do símbolo do gênero feminino;

- As demais infraestruturas (cisternas, barreiros, poços, bioágua, etc);
- Outros lugares e elementos do sítio considerados importantes por elas;

Analisar toda a produção que sai dos lugares protagonizados pelas mulheres. É essa produção que deverá ser incorporada à Caderneta Agroecológica, o mais detalhadamente possível.

ATENÇÃO!!!! O mapa deve ser o mais completo e detalhado possível, incluindo aqueles lugares de produção que ficam invisibilizados ou esquecidos;

PASSO 4: PREENCHIMENTO DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

- As assessoras devem orientar todo o trabalho de preenchimento da Caderneta Agroecológica.
- As Cadernetas devem ser preenchidas pelas próprias mulheres. Caso necessitem de apoio, outros membros da família (de preferência filhas) ou a assessora podem ajudar;
- Preencher a Caderneta todos os dias. Assim, os detalhes da produção não serão esquecidos;
- Orientar as mulheres a incluir na Caderneta tudo o que acharem relevante sobre a sua produção voltada para o **consumo, doação, troca e venda**. Os produtos a serem incluídos na Caderneta são:
 - Produtos vegetais e animais: especificar as espécies animais e vegetais, acompanhadas das suas variedades e raças (Por exemplo, macaxeira amarela, banana da terra, banana maçã, fava roxa, fava branca, cabra moxotó, galinha, etc). Valorizar todas as plantas e animais usados, independentemente do valor seu econômico;
 - Beneficiados: especificar os produtos beneficiados pelas mulheres, como doces, farinhas, geleias, mel, etc;
 - Artesanatos: especificar os artesanatos feitos pelas mulheres.

- Quando o produto for artesanato ou beneficiado, deve ser especificado. Exemplo: colar de sementes ou farinha de mandioca;
- As informações detalhadas da agrobiodiversidade nos ajudam a conhecer a importância do trabalho das mulheres como guardiãs da agrobiodiversidade e da diversificação da produção;
- Atentar para não esquecer dos produtos doados e trocados pelas mulheres. Eles precisam ser valorizados pois estão muito presentes nas relações de solidariedade e reciprocidade;

- COLUNA DE QUANTIDADE – Esta coluna deverá ser preenchida de acordo com a unidade de medida usada pelas mulheres, em quilos, molhos, dedos (ex. dedos de banana), saco, dúzias, etc. Mas, se esta unidade de medida não puder ser quantificada em um unidade conhecida, as assessoras devem padroniza-la. Por exemplo, um “balde de manga” deve ser quantificado em quilos e a assessora deverá definir uma média em quilos equivalente ao peso das frutas contidas no balde;
- COLUNA DO PREÇO (em reais) – Orientar que as mulheres adotem os preços do mercado local para os seus produtos, como se elas fossem vender ou comprar no mercado local;
- O uso de outras formas de anotação da produção deve ser valorizado (exemplo: Caderninhos das agricultoras). Mas as assessoras devem orientar como repassar os dados destes cadernos para a Caderneta Agroecológica;
- Se as folhas da Caderneta não forem suficientes para as anotações das mulheres, as assessoras devem imprimir mais folhas e repassar para as agricultoras
- Se as mulheres acharem que as quatro colunas não são suficientes para demonstrar outros elementos da sua produção, elas podem anotar o que achar interessante em um papel avulso. Depois essas anotações devem ser repassadas para a assessora.



RESULTADOS: O QUE AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS MOSTRARON?

A base de dados de cadernetas foi construída a partir de informações de 299 cadernetas agroecológicas utilizadas durante 12 meses¹⁰ em 16 estados da federação, abrangendo 4 regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) do Brasil. Foi registrado um valor econômico de R\$ 1.688.091,00 de produção. Embora o maior número de anotações tenha sido na coluna de consumo, as anotações na coluna de venda mostraram mais registros, e os menores registros foram feitos na coluna de troca. O valor médio de produção mensal em âmbito nacional foi de 50 mil reais, com grande variação regional. A média do valor de produção mensal das agricultoras girou em torno de R\$ 940 a R\$ 820 reais, se equiparando com o valor do salário mínimo nacional.

As cadernetas foram sistematizadas de tal forma que cada linha da base de dados correspondesse a uma anotação, especificando a quantidade do bem produzido e seu valor monetário associado, bem como a relação econômica a que se refere – consumo, venda, doação ou troca. A anotação ainda pode ser identificada temporalmente e geograficamente. Foram sistematizadas 52.867 anotações e categorizadas por 15 variáveis (divididas por colunas). **No total se registrou: que a metade são notificações de consumo, outros 27% são de venda, 19% de doações e 3% de troca.**

Dentre as 299 agricultoras cujas cadernetas foram tabuladas, 181 responderam ao questionário contextual e socioeconômico. Foram ainda aplicados questionários junto a outras 37 agricultoras que embora não anotassem de forma sistemática nas cadernetas estavam envolvidas com o processo. Na construção da base de dados de questionários, considerou-se a necessidade de compatibilizar as informações

com a base de dados de cadernetas, e também de preservar as informações qualitativas presentes nas respostas das agricultoras. Na primeira etapa de tratamento de dados foram especificadas 102 variáveis a partir dessas respostas, sendo que há potencial de geração de outras muitas variáveis dada a riqueza de informações dos questionários.

Dessa forma, as tabelas e gráficos apresentados abaixo são resultado desse primeiro momento de tabulação e construção de variáveis, tratando-se então de informações descritivas das agricultoras de cada região do Brasil e suas respectivas produções em termos de valor monetário e relação econômica estabelecida.

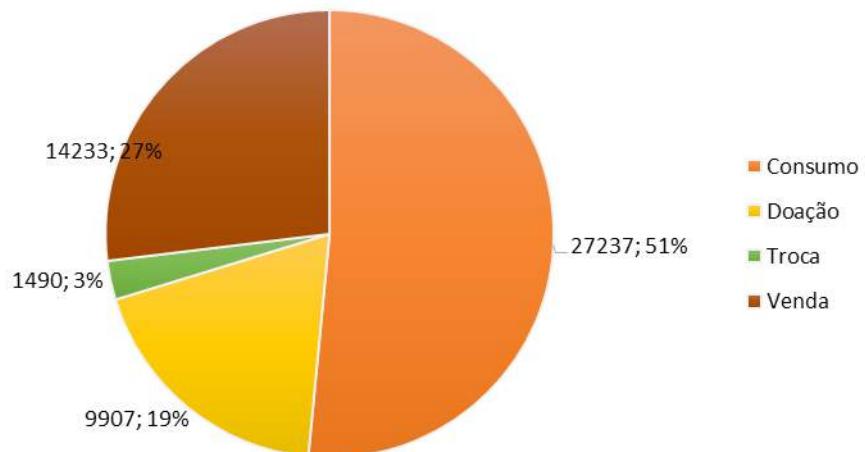


¹⁰ O período sistematizado é de Março de 2017 a Fevereiro de 2018.

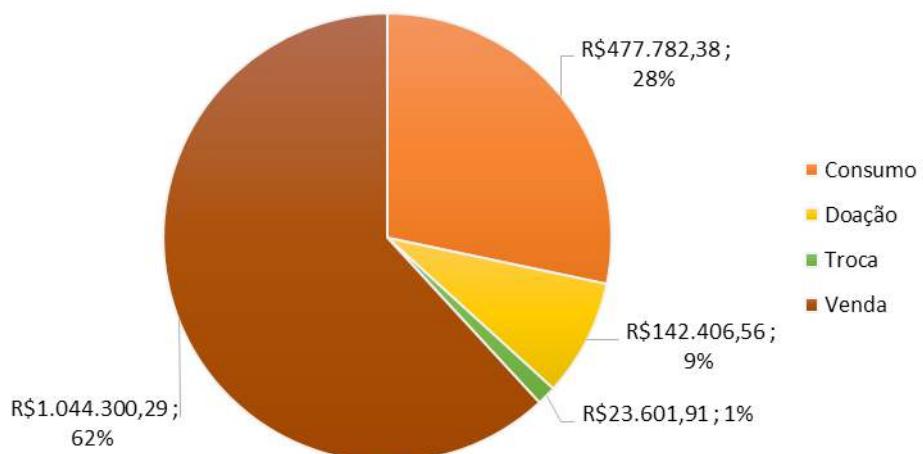


DADOS ORGANIZADOS EM ÂMBITO NACIONAL:

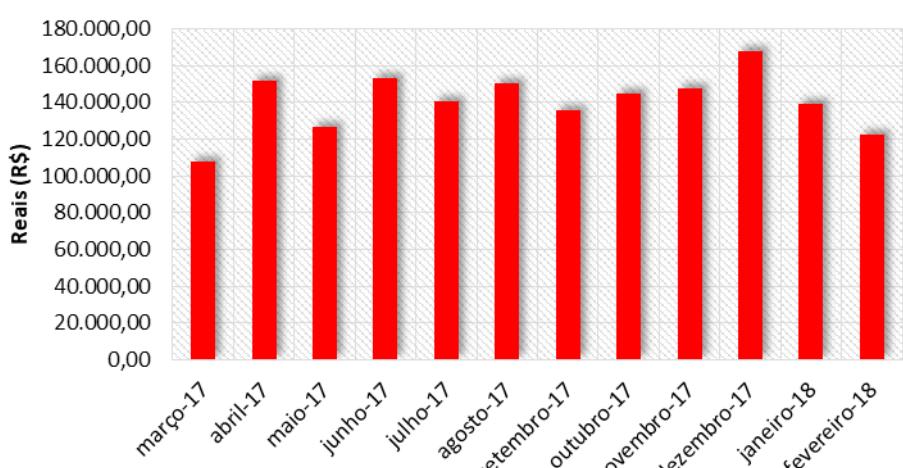
Número de anotações por relação econômica

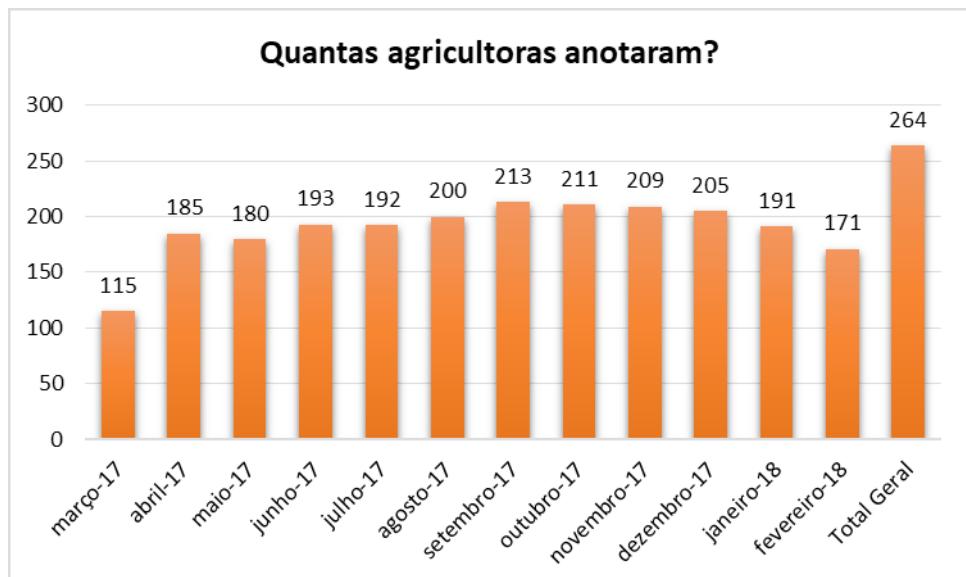


Valor da produção por relação econômica

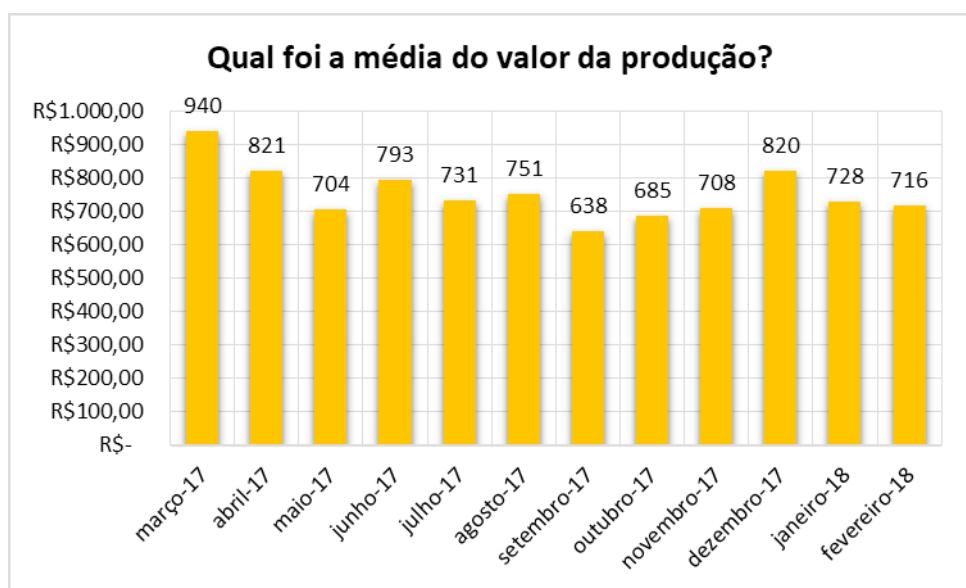


Valor da produção mensal





Nos gráficos dos resultados em âmbito nacional ainda não está incluída a informação de 35 agricultoras, da região da Zona da Mata/MG, que tiveram suas cadernetas sistematizadas.



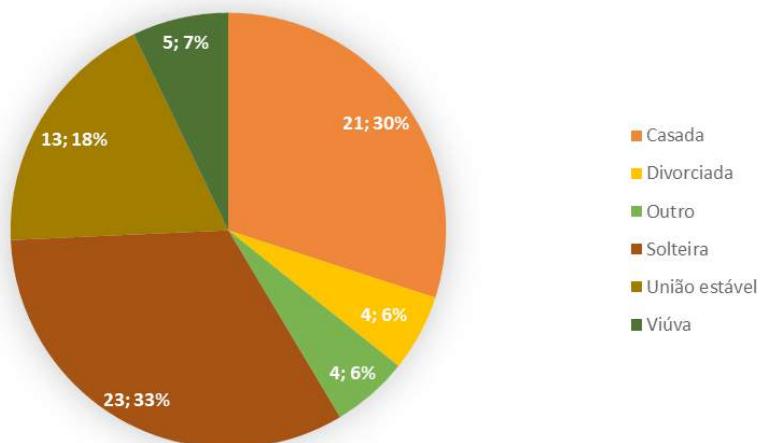
DADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA:



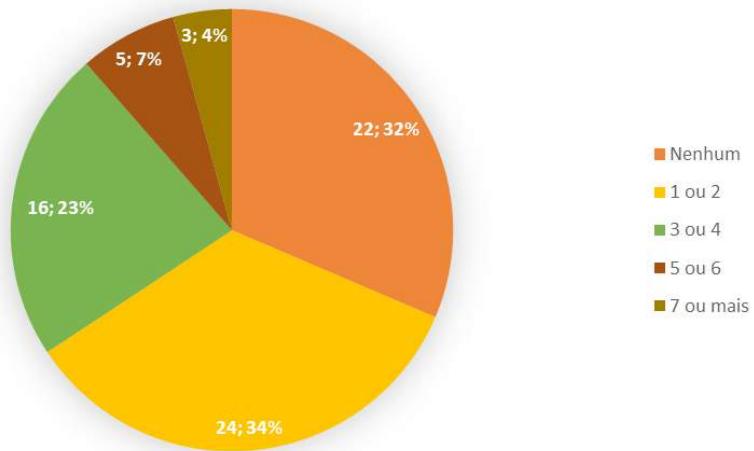
Amazônia	
Quantas agricultoras com cadernetas?	77
Entre as agricultoras com cadernetas, temos quantos questionários?	70

Dados dos questionários respondidos:

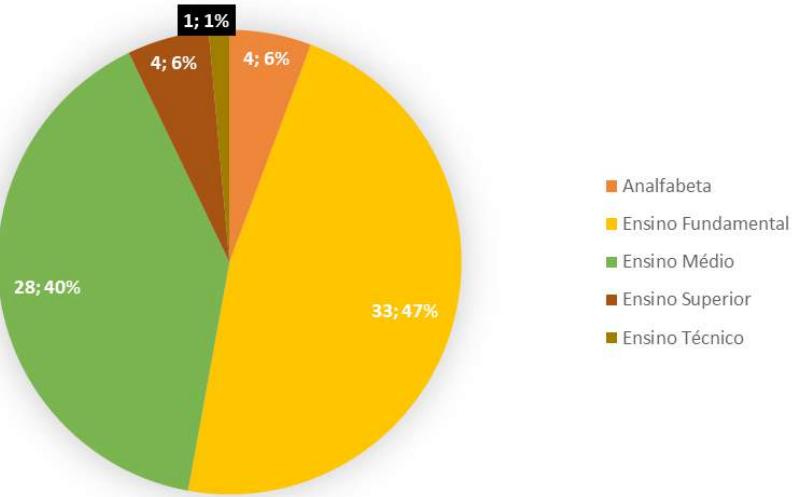
Estado civil



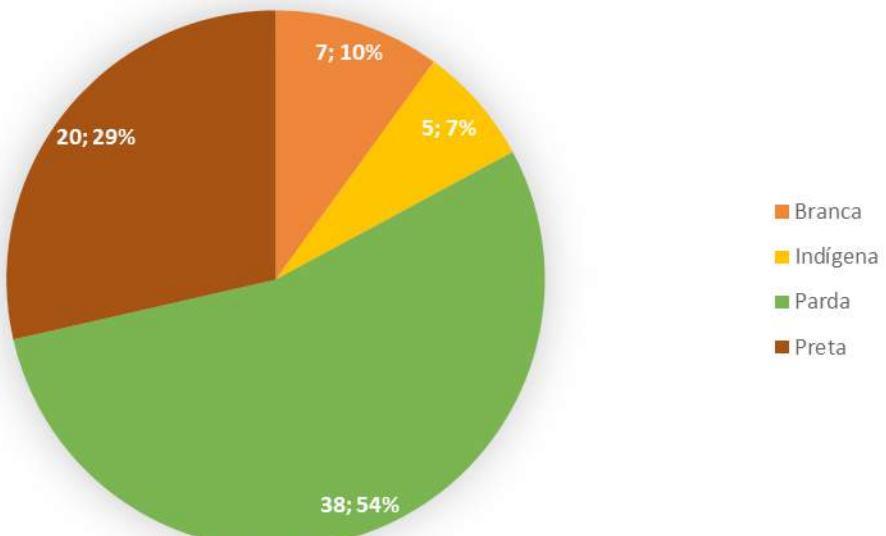
Número de filhos que residem com a agricultora



Escolaridade



Cor



Forma de Acesso à Terra		Percentual*
Própria	32	46%
Arrendamento	0	0%
Meação	0	0%
Parceria	0	0%
Cessão	0	0%
Comodato	3	4%
Direito de uso	0	0%
Uso comunitário	1	1%
Crédito fundiário	1	1%
Agrovila	0	0%
Em processo de legalização	4	6%
Terras tradicionais	16	23%
Outra forma de acesso	20	29%
*Relativo ao total de agricultoras:	70	

Acesso à água		Percentual*
Poço artesiano	43	61%
Poço semiartesiano	10	14%
Cacimba	11	16%
Nascente	4	6%
Cisterna de beber	0	0%
Cisterna de produção	0	0%
Captação da água da chuva	2	3%
Caminhão pipa	0	0%
Lago ou represa	3	4%
Rio/córrego	14	20%
Veredas	0	0%
Tanques	2	3%
Caixa d'água comunitária	7	10%
Empresa de saneamento público	7	10%
Outra	4	6%
*Relativo ao total de agricultoras:	70	

Participação social e política		Percentual*
Sindicato	39	56%
Movimento social de mulheres	28	40%
Movimento social misto	5	7%
Associação	46	66%
Cooperativa	10	14%
Igreja	41	59%
Redes	17	24%
Partido Político	5	7%
Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, etc)	7	10%
Fundos rotativos solidários	10	14%
Casa de sementes (banco comunitário de sementes)	7	10%
Outras	4	6%
*Relativo ao total de agricultoras:	70	

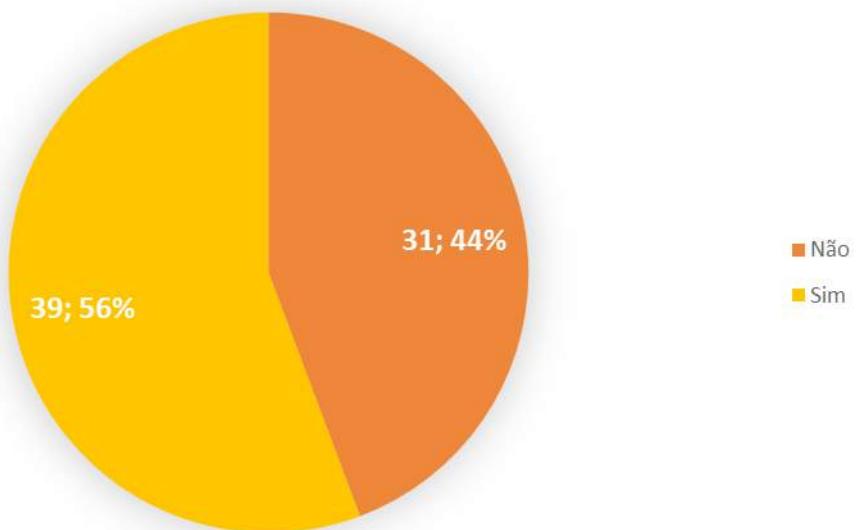
Acesso a políticas públicas		Percentual*
PRONAF	11	16%
Pronaf Mulher	0	0%
ATER	16	23%
Aposentadoria Rural	8	11%
Bolsa Família	44	63%
Biodiesel	0	0%
Garantia Safra	0	0%
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais	1	1%
PROINF - Apoio e ações de infraestrutura e serviços	0	0%
PGPM - Programa de Garantia de Preço Mínimo	0	0%
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	11	16%
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	13	19%
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	0	0%
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural	7	10%
PNFC - Crédito Fundiário	0	0%
Programa de Cisterna Primeira Água	0	0%
Programa de Cisterna Segunda Água	0	0%
PRONATEC	2	3%
Salário Maternidade	17	24%
Previdência	6	9%
Seguro Defeso	2	3%
Brasil Sem Miséria - BSM	4	6%
Bolsa Verde	0	0%
Prestação Continuada de Benefícios	1	1%
Outras	3	4%

*Relativo ao total de agricultoras: 70

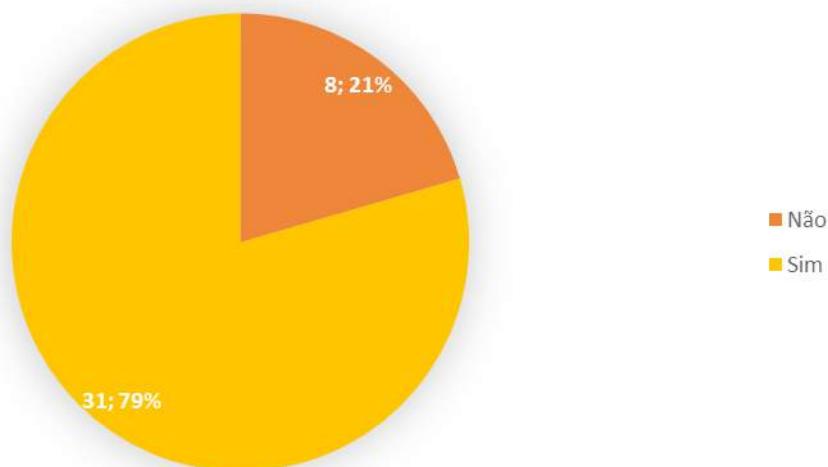
Acesso a mercados		Percentual*
Feira convencional	10	14%
Feira agroecológica	33	47%
Mercadinho local	4	6%
Venda em casa	33	47%
Venda porta a porta	5	7%
Venda na comunidade	25	36%
PAA individual	4	6%
PAA coletivo (cooperativas, associações, grupos)	4	6%
PNAE	14	20%
Cooperativa	0	0%
Associação	5	7%
Outros	9	13%

*Relativo ao total de agricultoras: 70

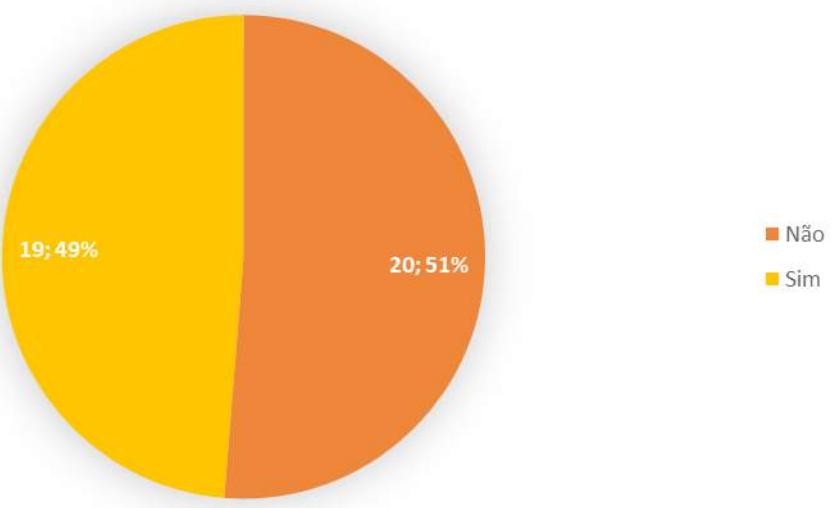
Participa de grupo produtivo?



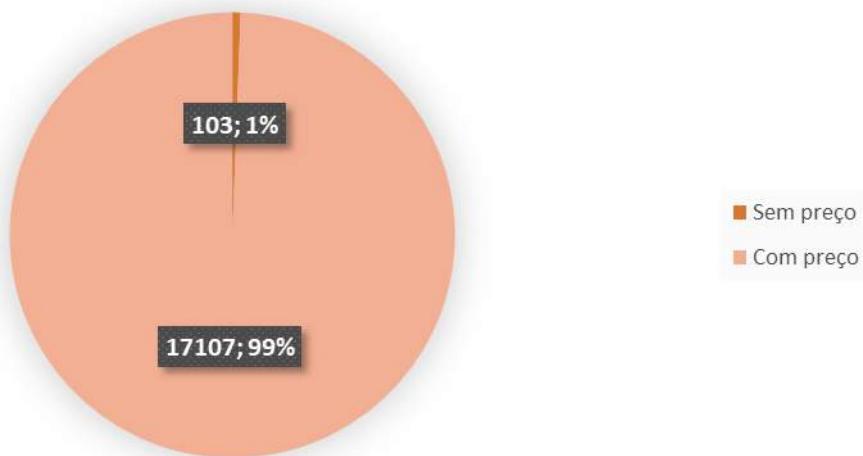
Se participa de um grupo produtivo, participa também de alguma rede?



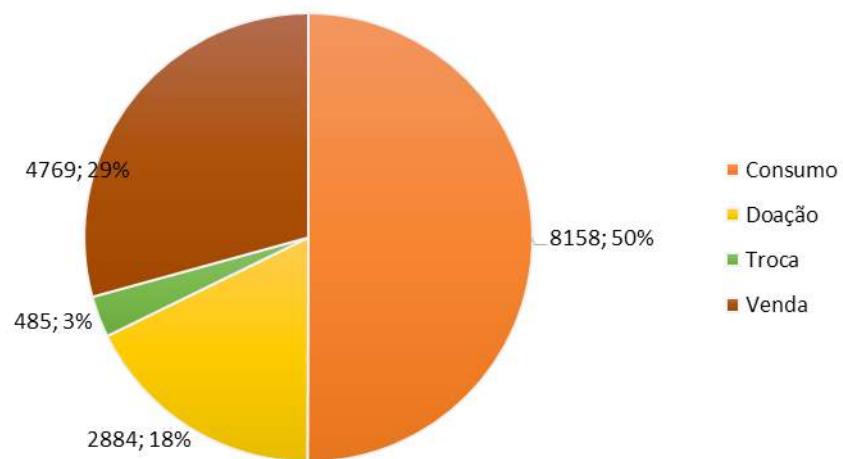
Se participa de um grupo produtivo, participa também de algum grupo de economia solidária?



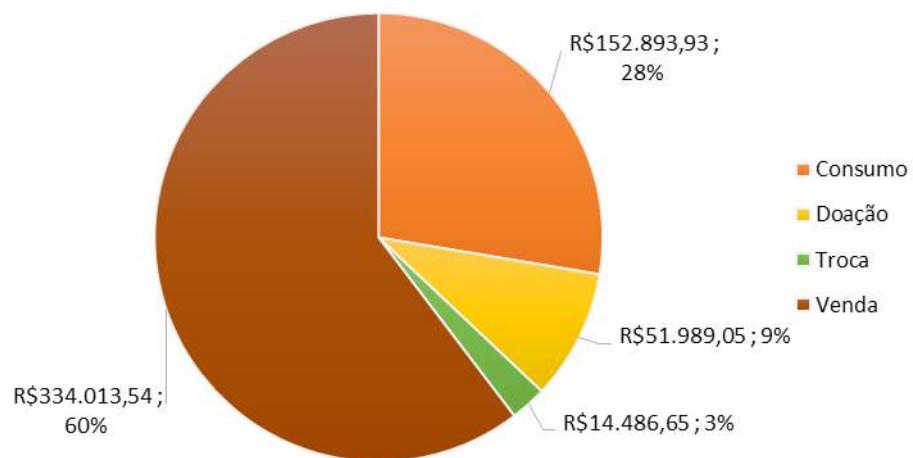
Número de anotações totais



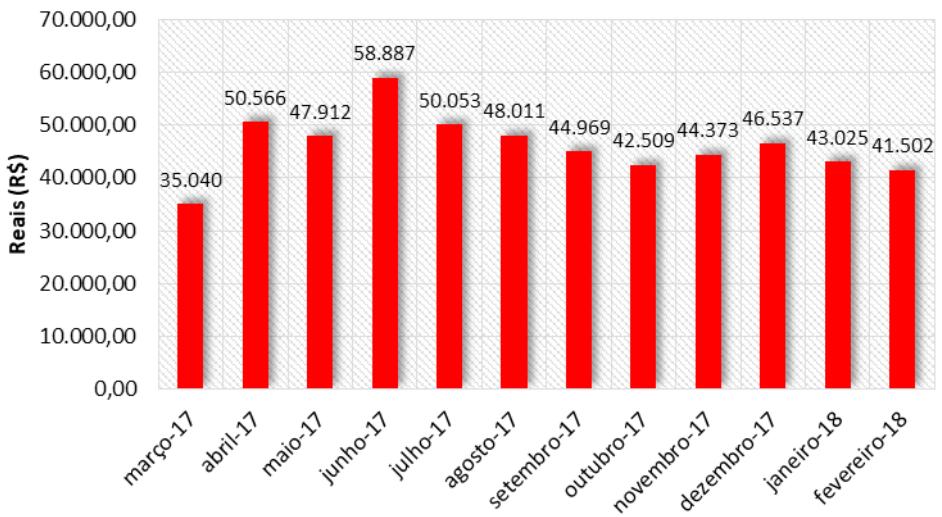
Número de anotações por relação econômica



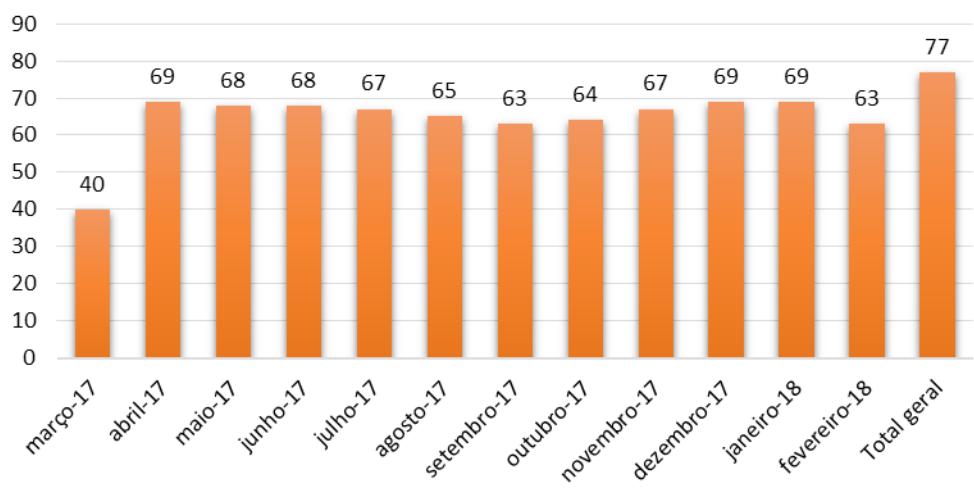
Valor total da produção por relação econômica



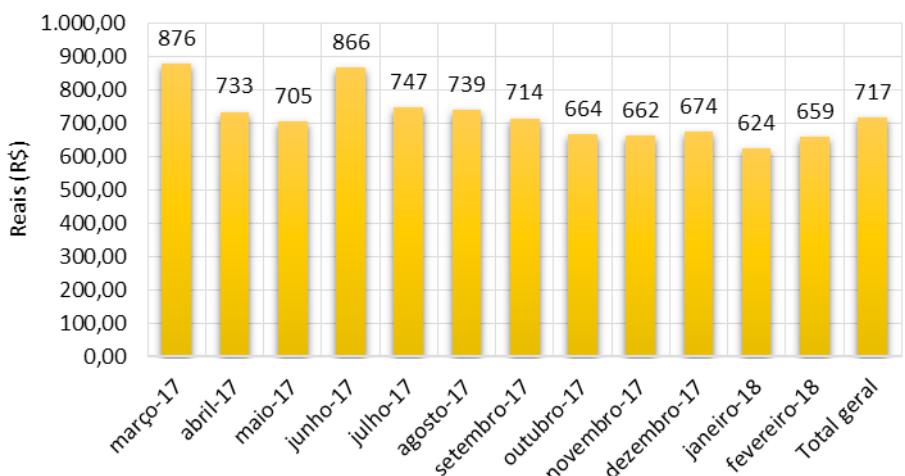
Valor mensal da produção

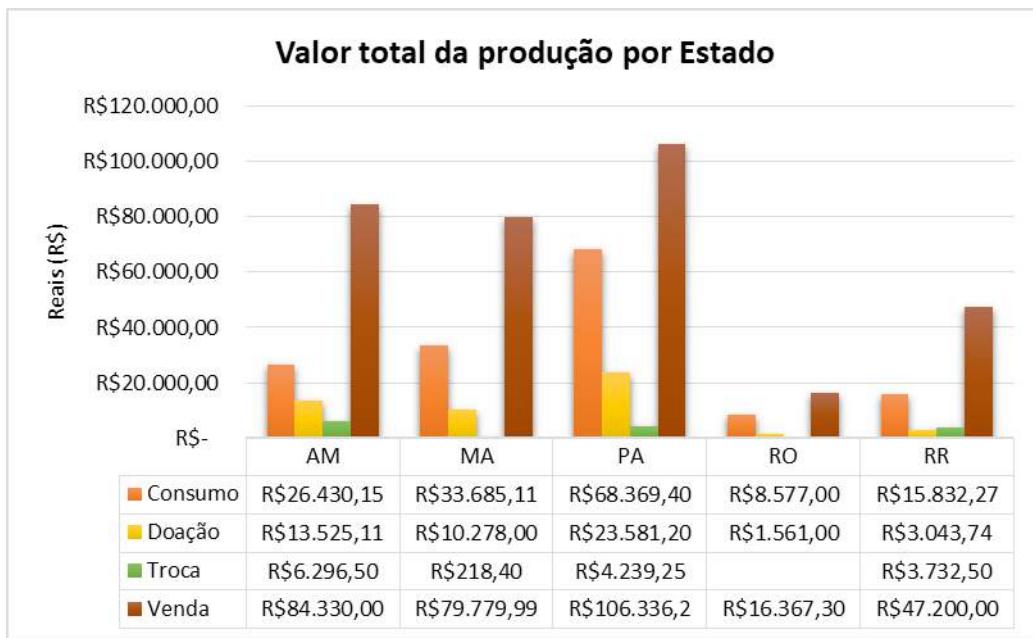


Quantas agricultoras anotaram por mês?

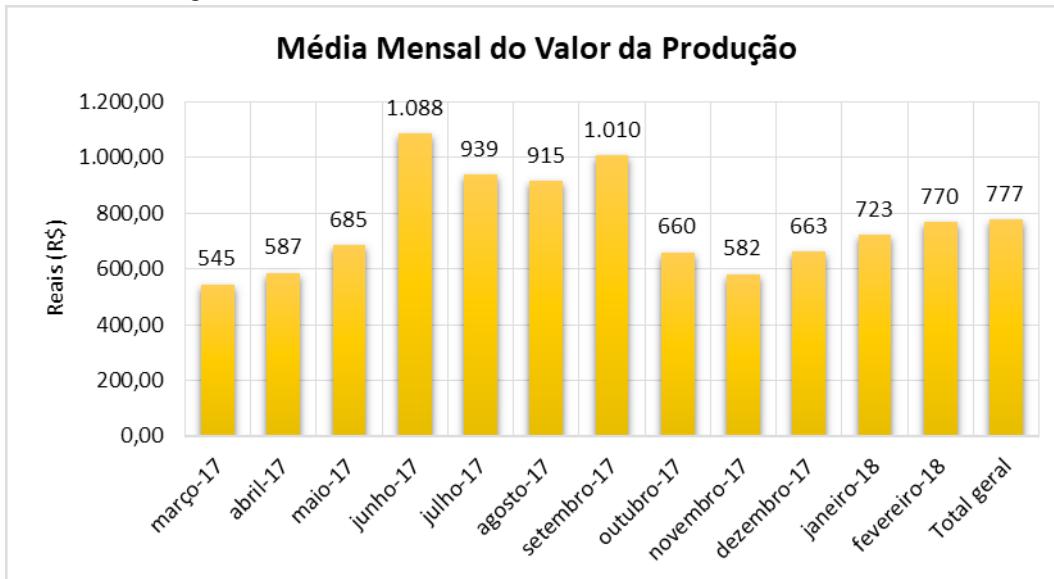


Média Mensal do Valor da Produção

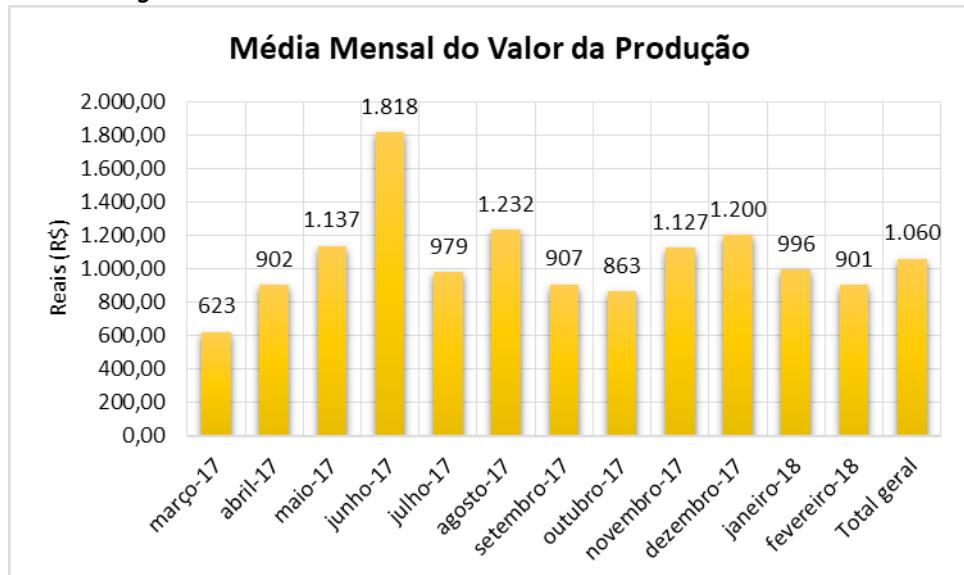




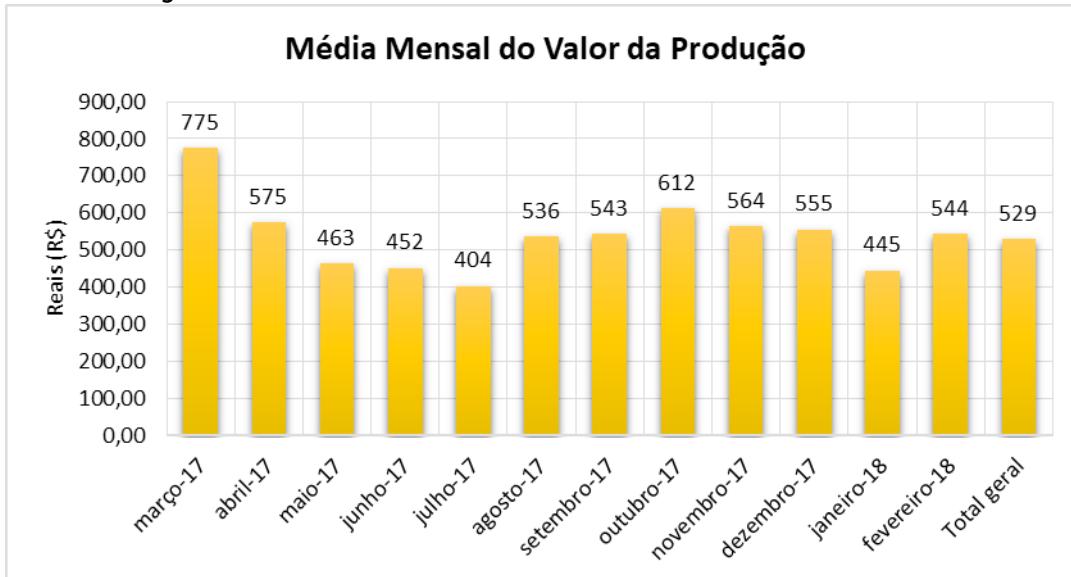
Estado Amazonas: 15 agricultoras



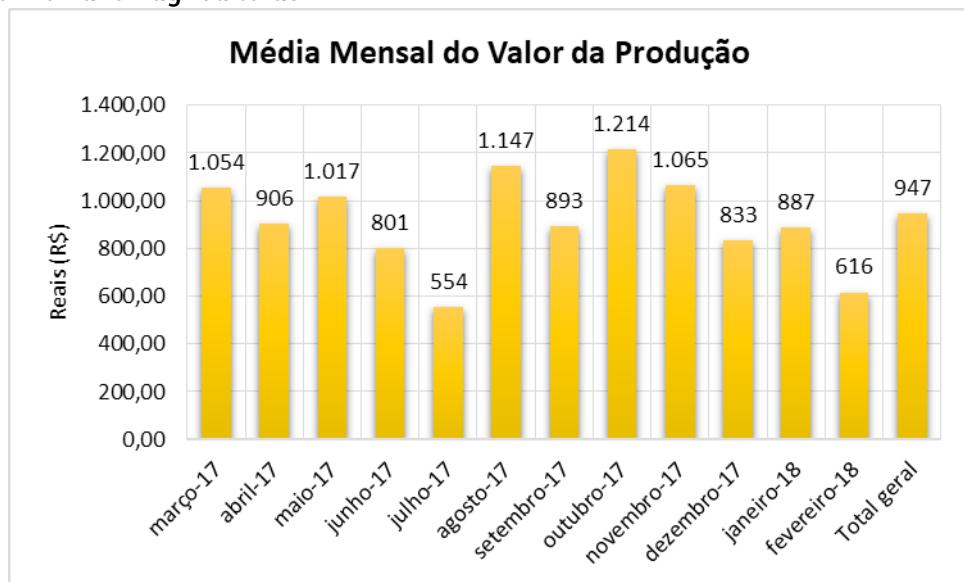
Estado Maranhão: 10 agricultoras



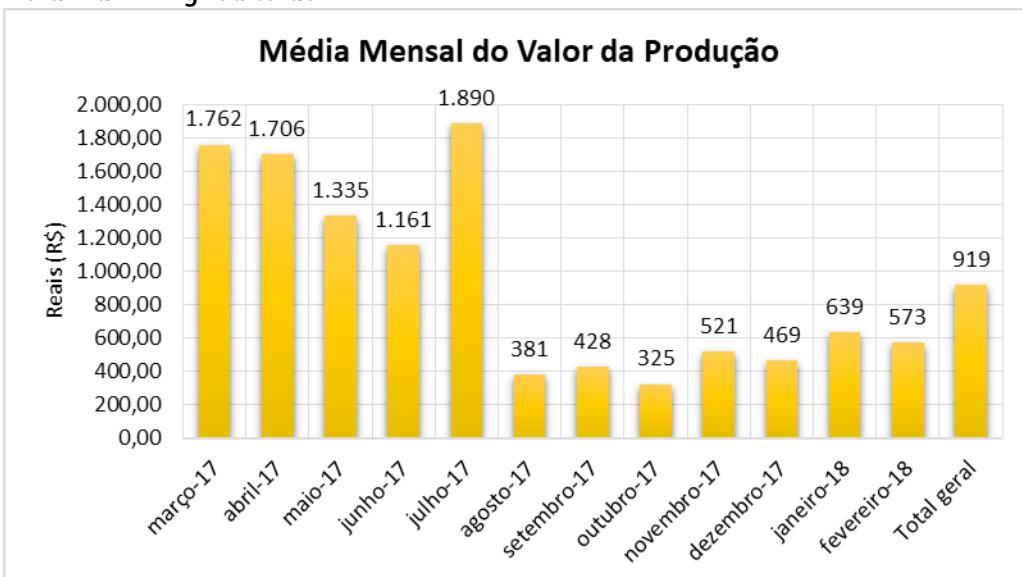
Estado do Pará: 37 agricultoras



Estado de Rondônia: 04 agricultoras



Estado de Roraima: 11 Agricultoras



Na região da Amazônia as mulheres perceberam o fortalecimento da autonomia, observando que as mulheres não esperavam mais por seus companheiros para a realização dos trabalhos. Também trouxeram que o extrativismo permeou todas as informações registradas nas cadernetas da região, que o trabalho não se limitava só ao território da casa das agricultoras, mas se estendia também aos territórios de parentes. As C.A mostraram a contribuição das mulheres para a sociobiodiversidade alimentar da região, com cerca de 140 tipos de alimentos registrados além de outros produtos (através da palha, principalmente). A principal contribuição das mulheres para a economia local se deu através de feiras agroecológicas, o PNAE (o estado do Maranhão ainda acessa o Programa), e trocas. As mulheres afirmaram que quanto mais distantes dos circuitos de comercialização convencional, maior o índice de trocas. As formas de manutenção, conservação e reprodução da diversidade dos quintais se deu através de uma organização constante e autônoma: através de mutirões de trabalho que envolve todos os processos dos alimentos, desde o plantio até o beneficiamento, consideradas tarefas sempre pesadas pelas mulheres. Dos resultados, as mulheres disseram que foram apresentados dados relevantes como, estado civil, número de filhos que residem com a agricultora, escolaridade mais expressiva para o ensino fundamental; da cor, maioria autodeclarada parda ou preta; as formas de acesso à terra, predomínio do acesso como terra própria e terras tradicionais; do acesso à água, predomínio do poço artesiano e lagos; do acesso a políticas públicas, predomínio considerável do bolsa-família (63%) e salário-maternidade; da participação social e política, predomínio de organização através do associativismo 65%, cooperativas e igrejas; do acesso a mercados, feira agroecológica, venda em casa e comuni-

dade e da participação em grupos produtivos. Visualizaram que nos meses de março a julho há uma produção expressiva, e uma considerável queda a partir de julho, informando que é o período de chuvas, onde há ocorrência de alagamentos e impossibilita a produção, além das dificuldades de transporte devido à distância dos locais de produção para os centros de venda. As mulheres comentaram sobre as oscilações no volume de anotação, sobretudo por conta da necessidade de ausência das agricultoras devido a cuidado de parentes e amigos, e a falta de pessoas que continuassem os trabalhos das mulheres nos terrenos, comprometendo a anotação das cadernetas. Uma companheira informou sobre uma perda de sua produção de mel por terem aplicado veneno e matado todas as suas abelhas.





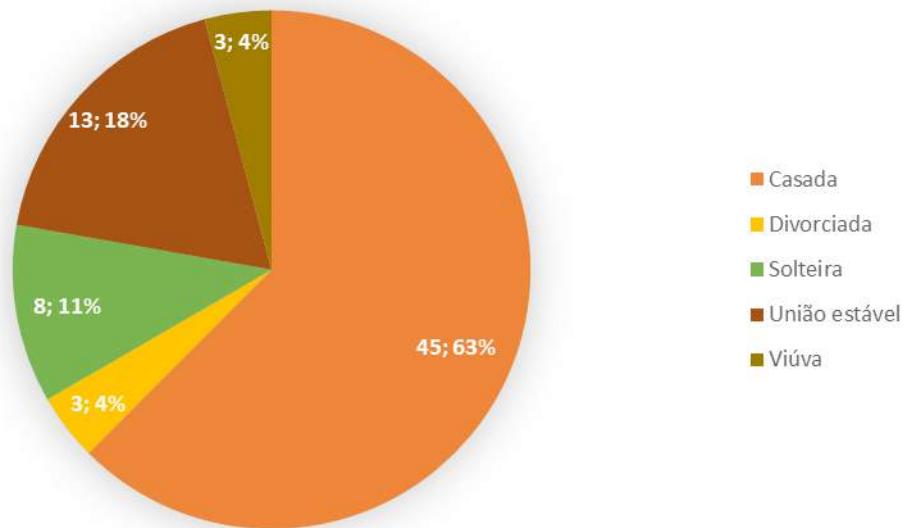
DADOS DA REGIÃO NORDESTE:



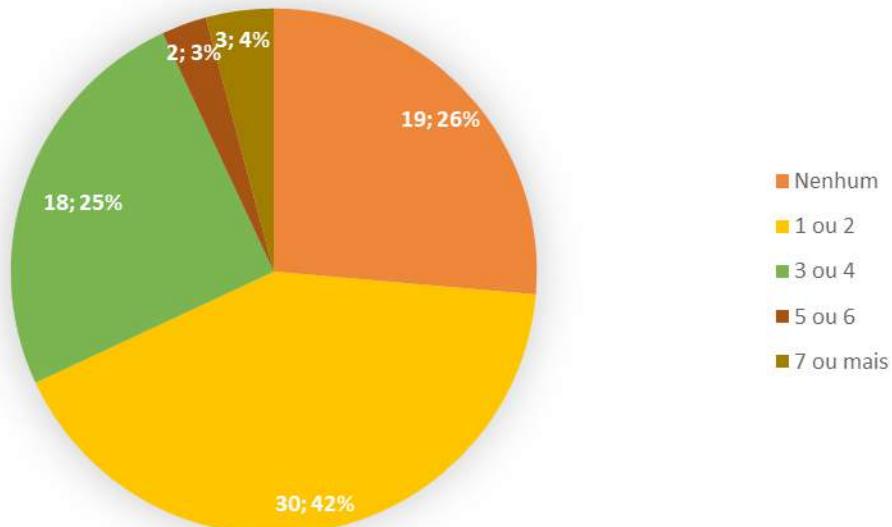
Nordeste

Quantas agricultoras com cadernetas?	111
Entre as agricultoras com cadernetas, temos quantos questionários?	72

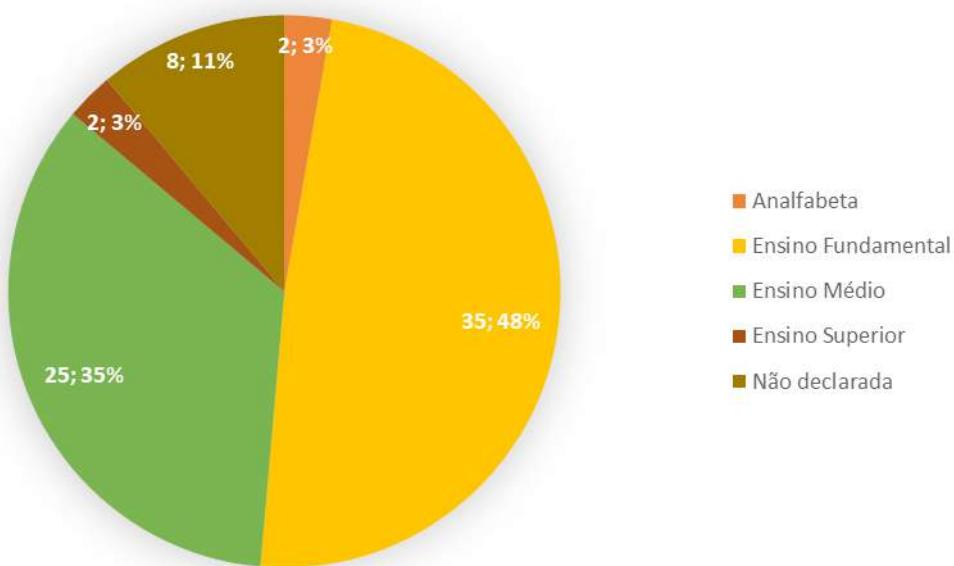
Estado civil

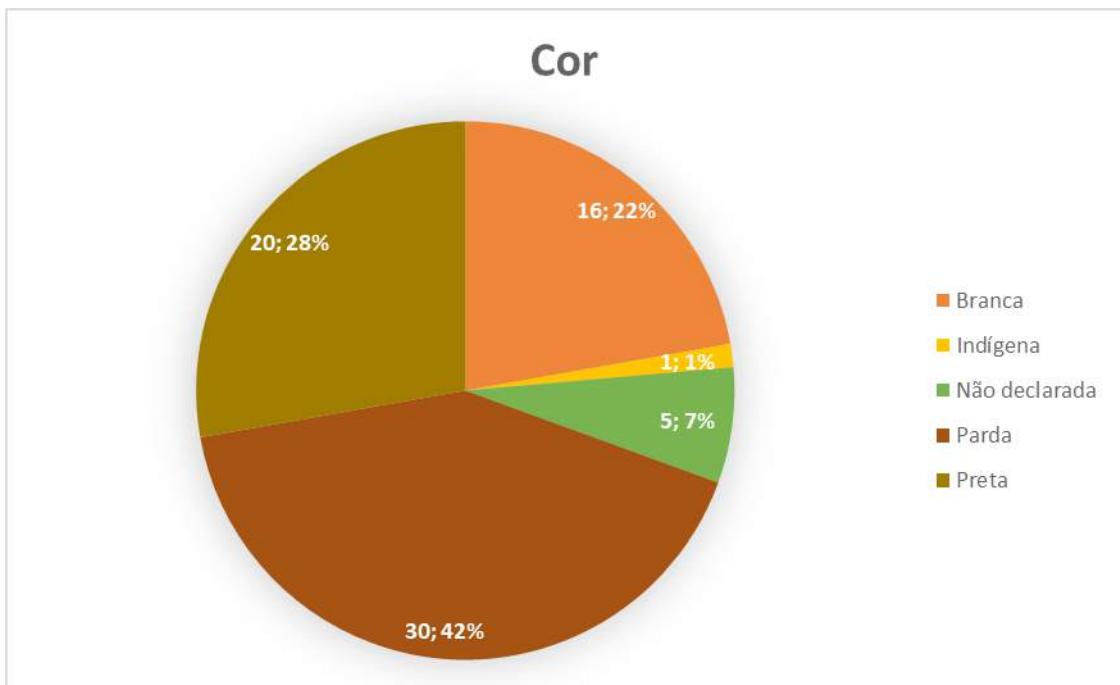


Número de filhos que residem com a agricultora



Escolaridade





Forma de Acesso à Terra		Percentual*
Própria	43	60%
Arrendamento	0	0%
Meação	0	0%
Parceria	2	3%
Cessão	1	1%
Comodato	3	4%
Direito de uso	6	8%
Uso comunitário	2	3%
Crédito fundiário	1	1%
Agrovila	1	1%
Em processo de legalização	6	8%
Terras tradicionais	4	6%
Outra forma de acesso	17	24%
*Relativo ao total de agricultoras:	72	

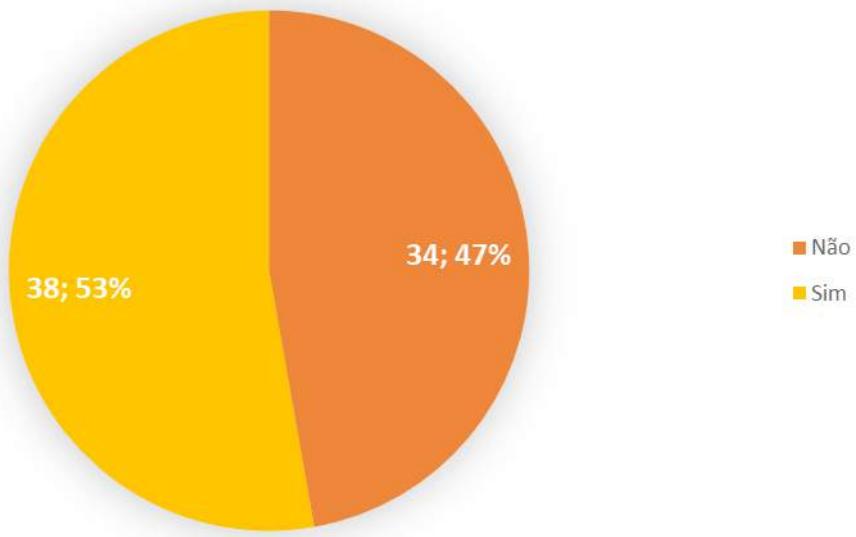
Acesso à água		Percentual*
Poço artesiano	17	24%
Poço semiartesiano	3	4%
Cacimba	8	11%
Nascente	11	15%
Cisterna de beber	60	83%
Cisterna de produção	47	65%
Captação da água da chuva	17	24%
Caminhão pipa	7	10%
Lago ou represa	4	6%
Rio/córrego	7	10%
Veredas	0	0%
Tanques	16	22%
Caixa d'água comunitária	12	17%
Empresa de saneamento público	4	6%
Outra	17	24%
*Relativo ao total de agricultoras:	72	

Acesso a políticas públicas		Percentual*
PRONAF	30	42%
Pronaf Mulher	4	6%
ATER	34	47%
Aposentadoria Rural	19	26%
Bolsa Família	45	63%
Biodiesel	2	3%
Garantia Safra	35	49%
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais	0	0%
PROINF - Apoio e ações de infraestrutura e serviços	1	1%
PGPM - Programa de Garantia de Preço Mínimo	0	0%
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	21	29%
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	24	33%
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	3	4%
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural	1	1%
PNFC - Crédito Fundiário	1	1%
Programa de Cisterna Primeira Água	45	63%
Programa de Cisterna Segunda Água	34	47%
PRONATEC	2	3%
Salário Maternidade	22	31%
Previdência	4	6%
Seguro Defeso	0	0%
Brasil Sem Miséria - BSM	4	6%
Bolsa Verde	1	1%
Prestação Continuada de Benefícios	1	1%
Outras	11	15%
*Relativo ao total de agricultoras:	72	

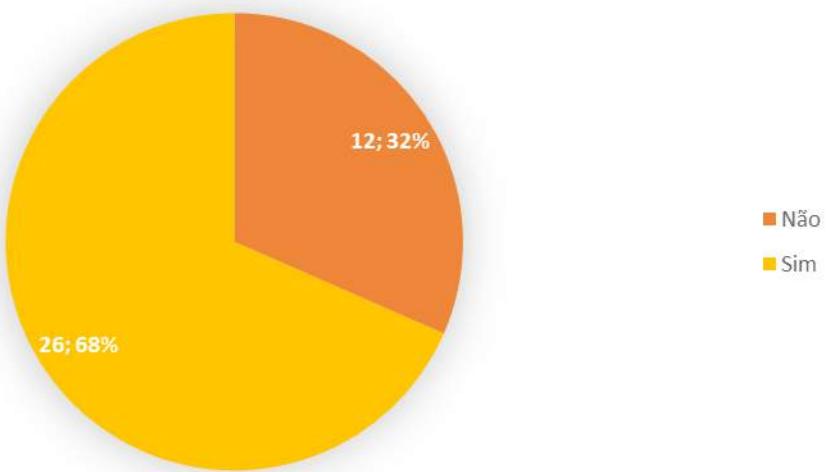
Participação social e política		Percentual*
Sindicato	47	65%
Movimento social de mulheres	37	51%
Movimento social misto	8	11%
Associação	62	86%
Cooperativa	9	13%
Igreja	38	53%
Redes	22	31%
Partido Político	10	14%
Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, etc)	8	11%
Fundos rotativos solidários	25	35%
Casa de sementes (banco comunitário de sementes)	27	38%
Outras	6	8%
*Relativo ao total de agricultoras:	72	

Acesso a mercados		Percentual*
Feira convencional	16	22%
Feira agroecológica	30	42%
Mercadinho local	2	3%
Venda em casa	40	56%
Venda porta a porta	17	24%
Venda na comunidade	20	28%
PAA individual	6	8%
PAA coletivo (cooperativas, associações, grupos)	6	8%
PNAE	17	24%
Cooperativa	2	3%
Associação	0	0%
Outros	13	18%
*Relativo ao total de agricultoras:	72	

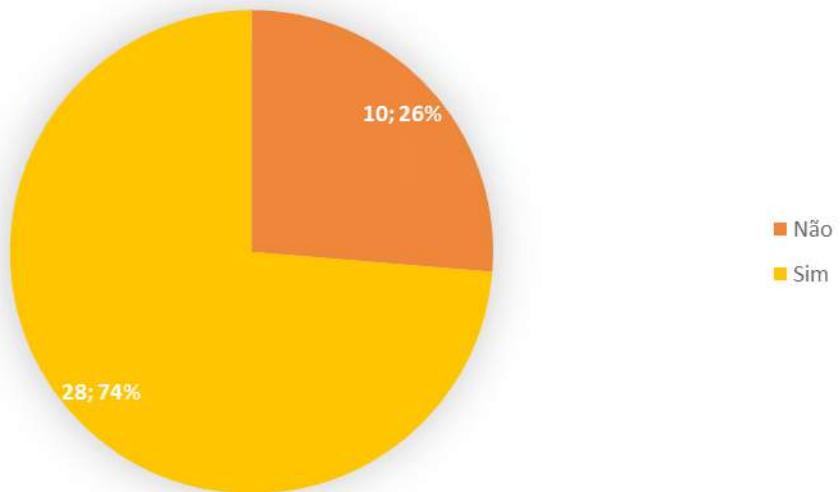
Participa de grupo produtivo?



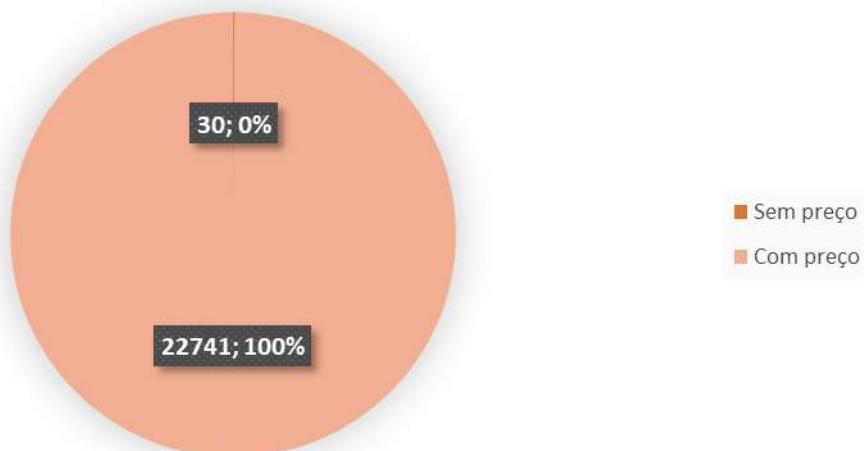
Se participa de um grupo produtivo, participa também de alguma rede?



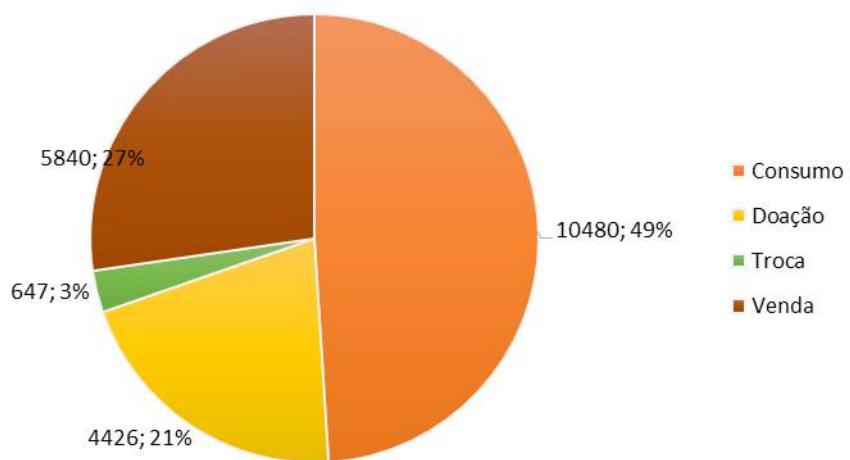
Se participa de um grupo produtivo, participa também de algum grupo de economia solidária?



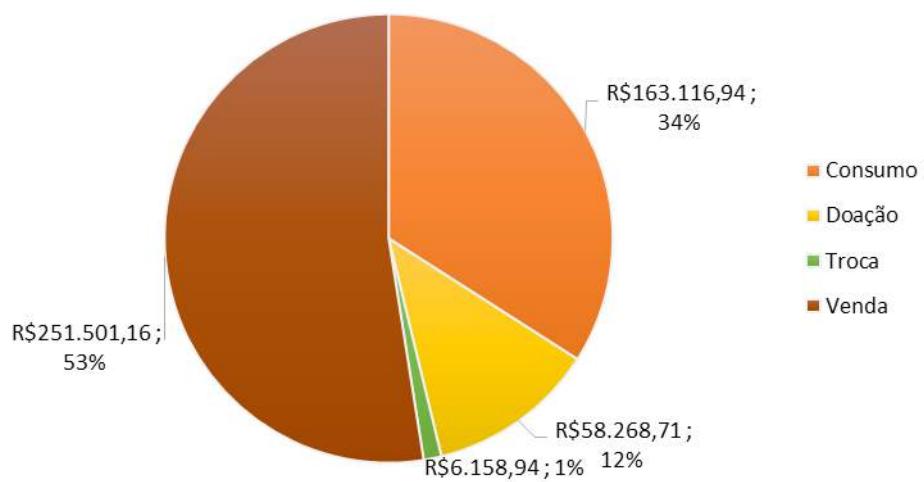
Número de anotações totais



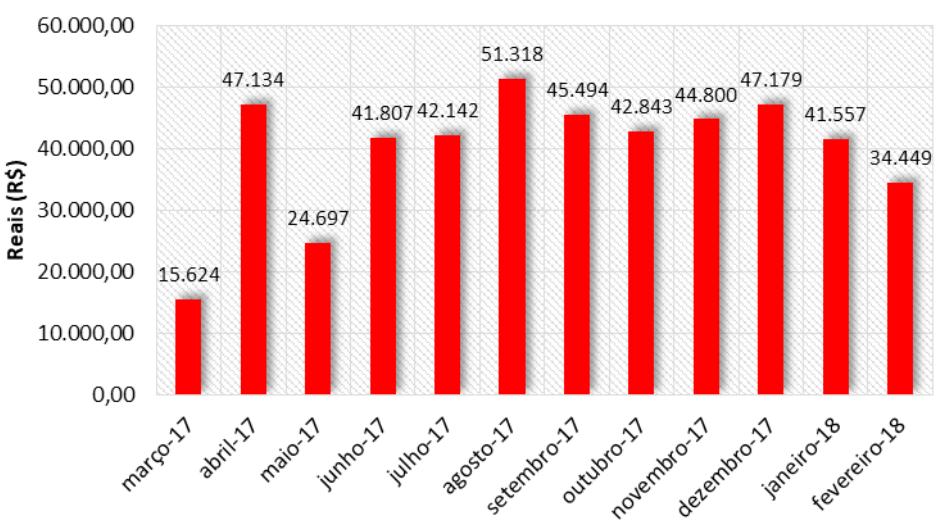
Número de anotações por relação econômica



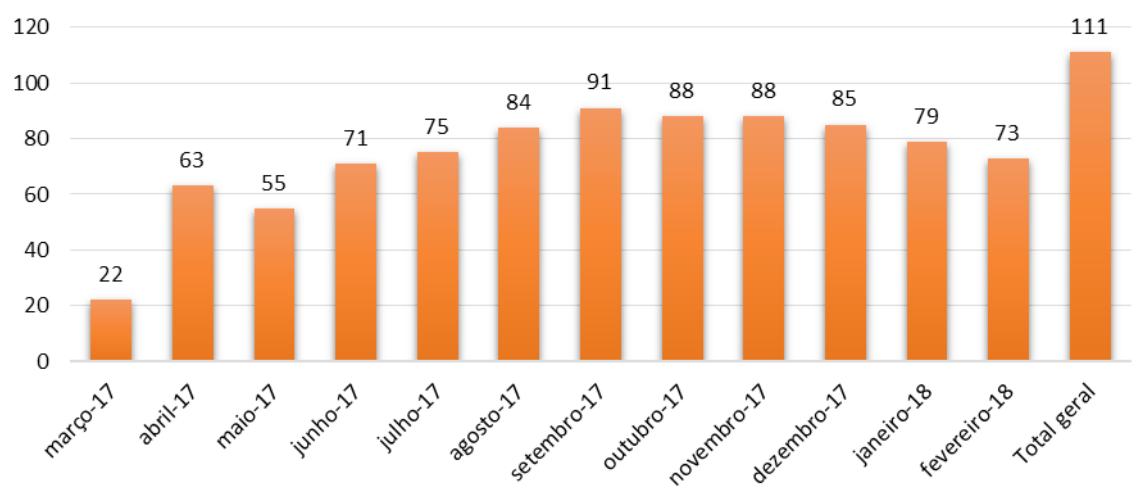
Valor total da produção por relação econômica

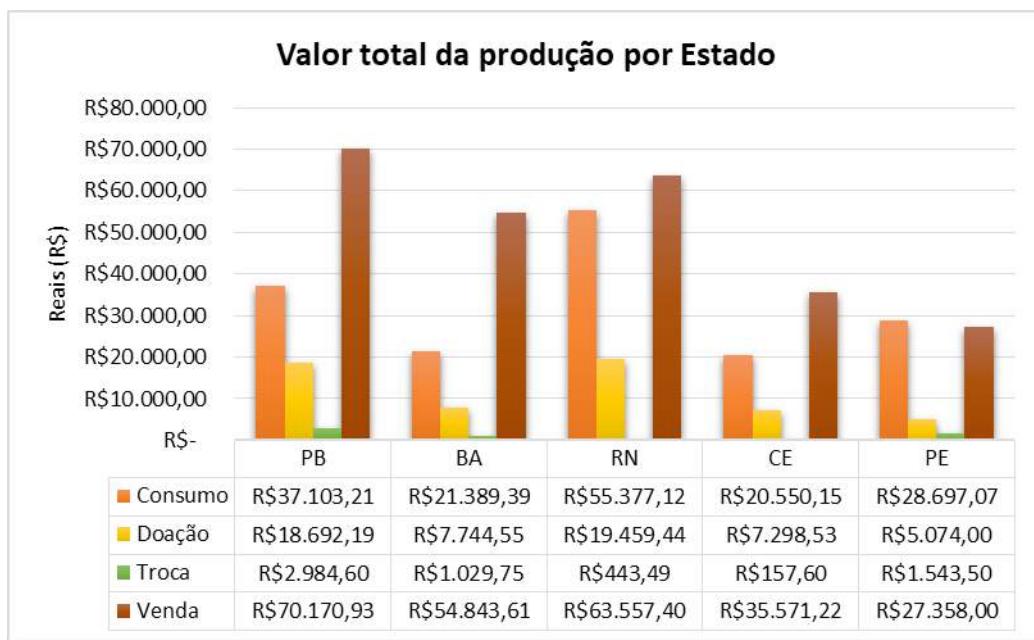
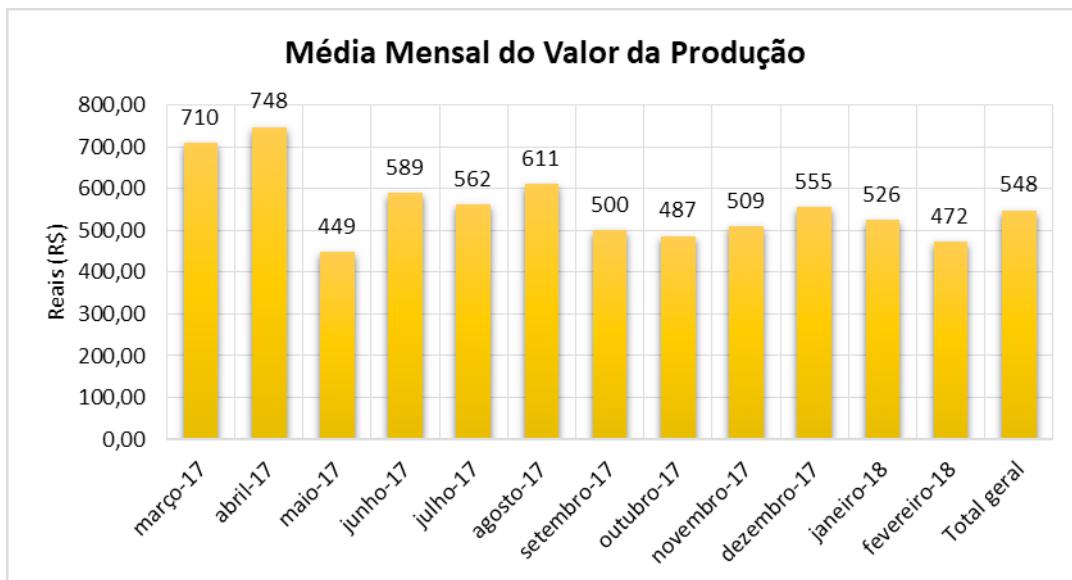


Valor mensal da produção

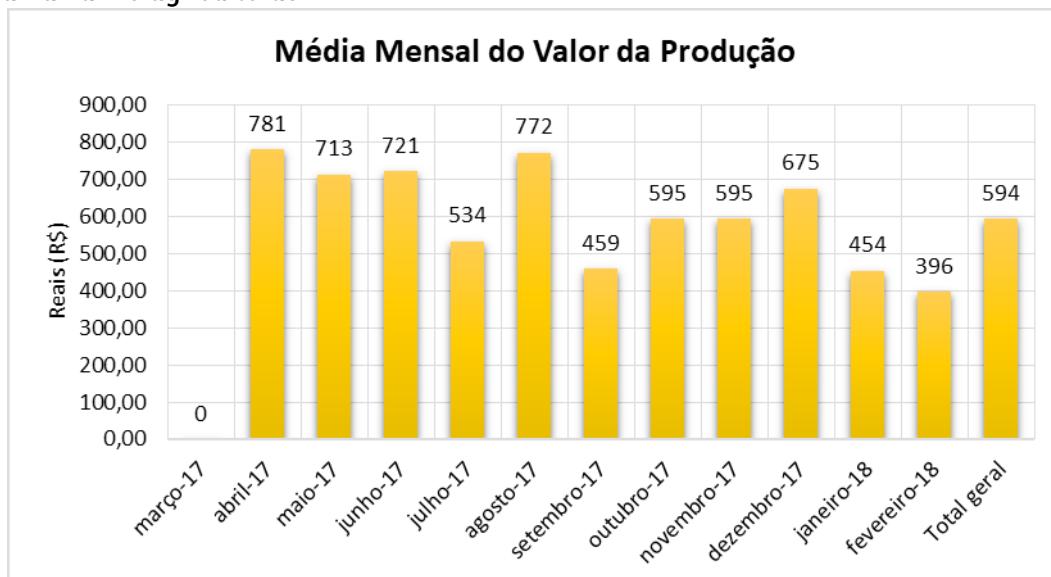


Quantas agricultoras anotaram por mês?

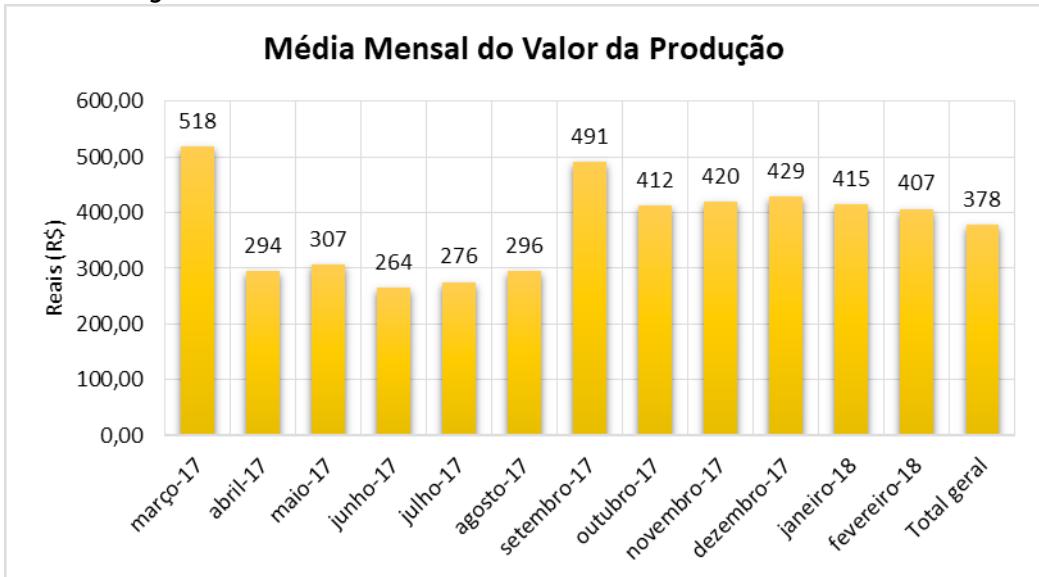




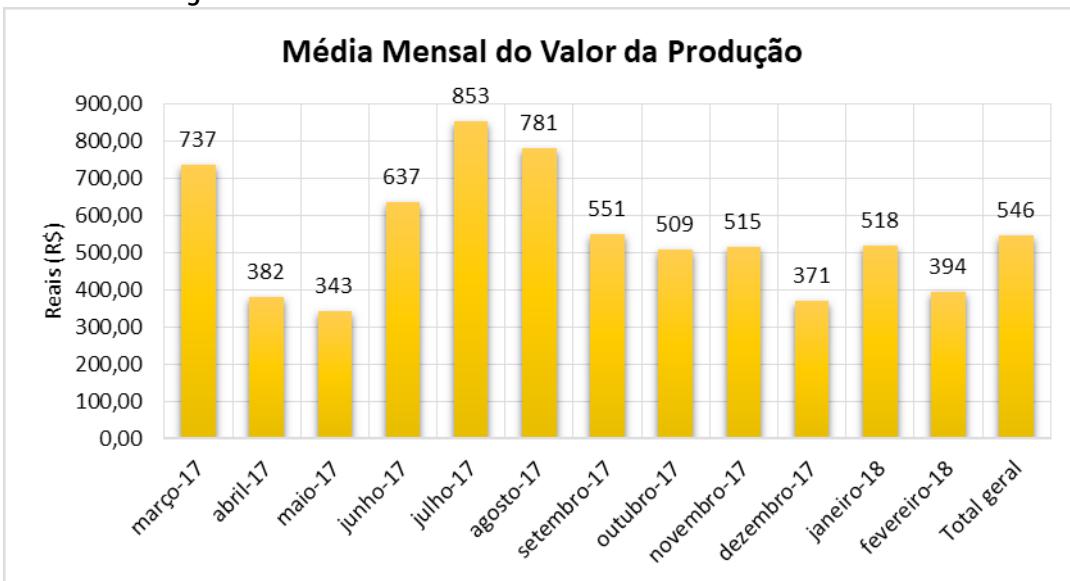
Estado da Bahia: 23 agricultoras



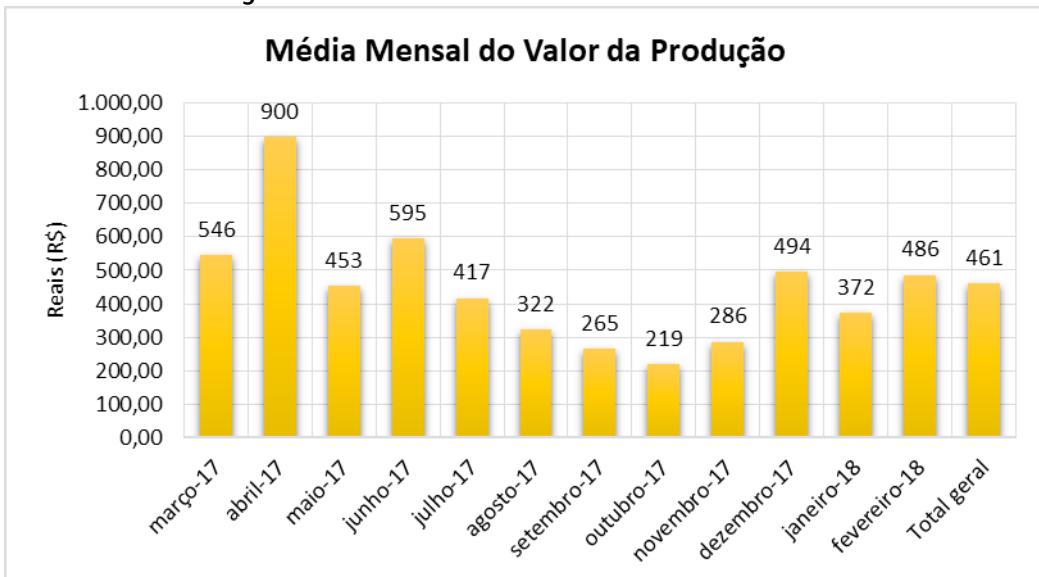
Estado do Ceará: 24 agricultoras



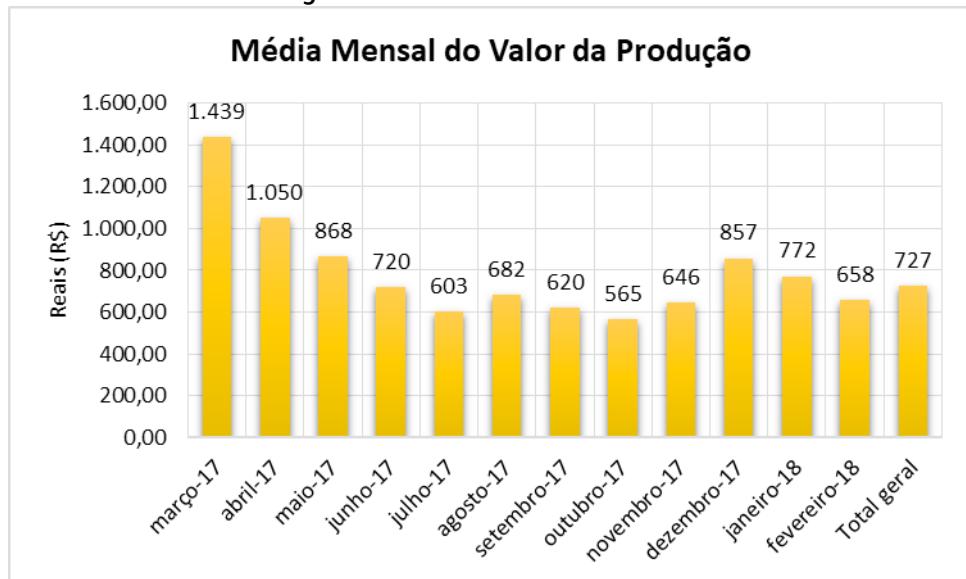
Estado da Paraíba: 24 agricultoras



Estado de Pernambuco: 20 agricultoras



Estado do Rio Grande do Norte: 20 agricultoras



As mulheres da região Nordeste apontaram que, como potência, a caderneta trouxe luz à produção das mulheres, mas também às relações sociais e culturais de suas vidas, não dando conta de toda a sua realidade, mas se aproximando de forma muito importante. As mulheres também sentiram que o desdobramento da pesquisa das cadernetas foi muito além do previsto. O instrumento das cadernetas ganhou uma dimensão muito mais profunda que o planejado e as expectativas, sendo fruto de uma construção coletiva. Os dados apresentados são resultado de uma tentativa de sistematização das informações que são relevantes para se pensar a realidade das mulheres na Região Nordeste, tais como: estado civil; quantidade de filhos (aqui se demonstrou a relevância de quantificar os filhos que moram em casa); cor autodeclarada; formas de acesso à terra; formas de acesso à água; acesso às políticas públicas; participação social e política; acesso a mercados; se participam de grupo produtivo; se participam de redes e de grupos de economia solidária; número de anotações totais das cadernetas; número de anotações por relação econômica (consumo, venda, troca, doação); valor total (em reais) da produção econômica (com valor agregado muito maior à relação de venda do que de consumo, troca e doação); valor mensal da produção (com uma média de 47 mil reais mensais); quantas agricultoras anotaram por mês; média mensal do valor da produção por família (em torno de 700 reais mensais); valor total da produção por estado; média mensal do valor da produção por estado; médias mensais por agricultora, por estado e por relação econômica.

Com relação ao valor total da produção econômica, levantou-se no grupo o questionamento com relação aos critérios de precificação dos produtos, e sobre as variáveis que se expressam a partir disso nos dados das cadernetas, o que pode tornar os resultados

vulneráveis ou inconsistentes. Outras questões foram apontadas, como o fato de que a precificação não considera o trabalho empregado no produto, ou se há outras formas de precisar outros elementos que não a produção, para além da lógica de mercado. As mulheres ressaltaram que a importância de registrar o que a família deixou de gastar quando consumiu sua produção e também a diferença de valor de um mesmo produto a depender do local de venda. Uma agricultora comentou sobre as diferenças de valores poderem estar relacionadas ao critério de qualidade dos produtos, quando há agricultoras que separam, por exemplo, a produção de farinha entre o que foi peneirado como de melhor qualidade e o que não foi peneirado como de qualidade inferior.

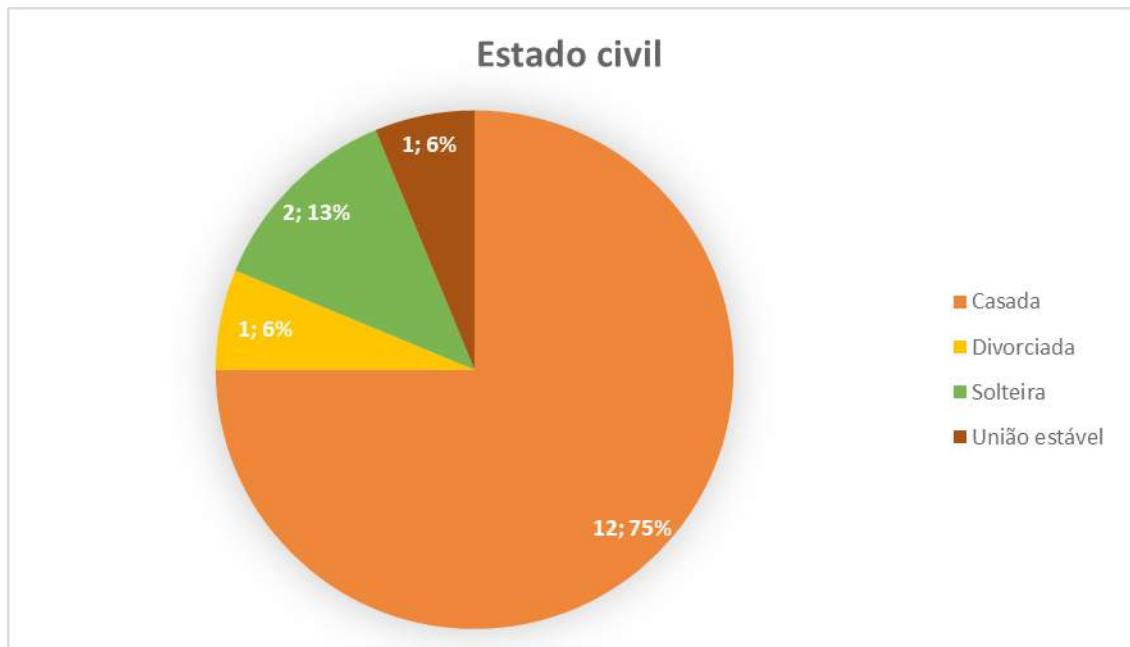
Sobre os resultados quanto aos dados de produtos importantes para a cultura alimentar do Nordeste, como o milho, surgiu a necessidade de reflexão sobre eles a partir do ponto de vista qualitativo e não quantitativo, no sentido o que estes dados podem mostrar acerca dos hábitos das famílias, dos fatores de influência na produção etc.



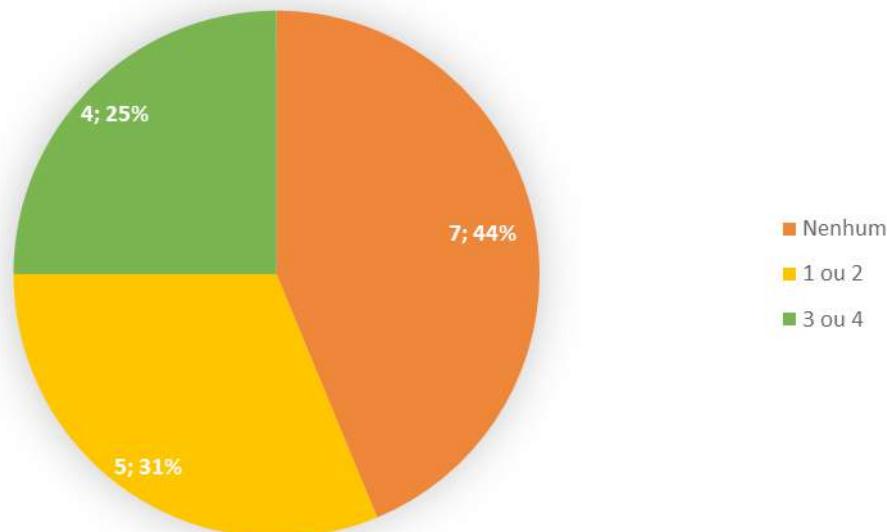
DADOS DA REGIÃO SUL:



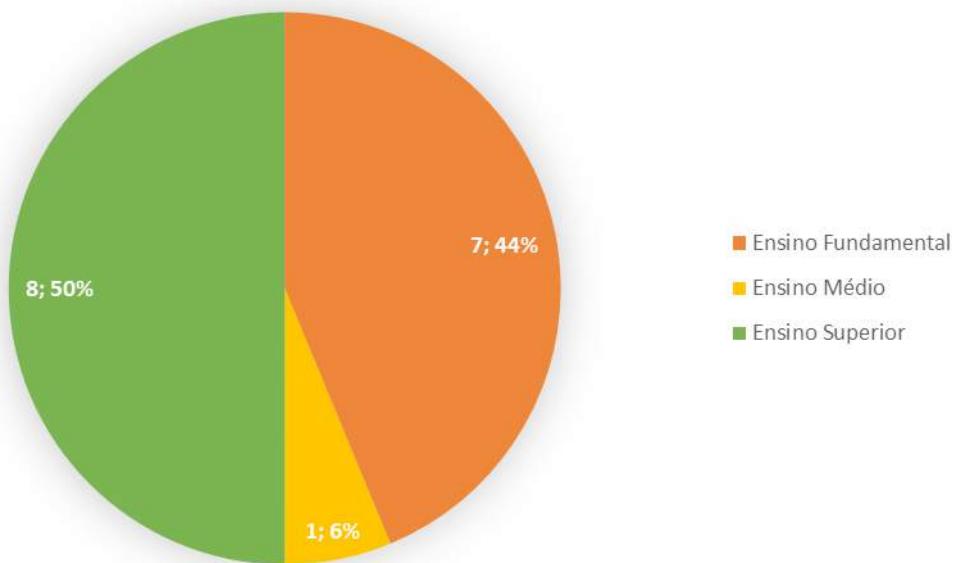
Sul	
Quantas agricultoras com cadernetas?	33
Entre as agricultoras com cadernetas, temos quantos questionários?	16



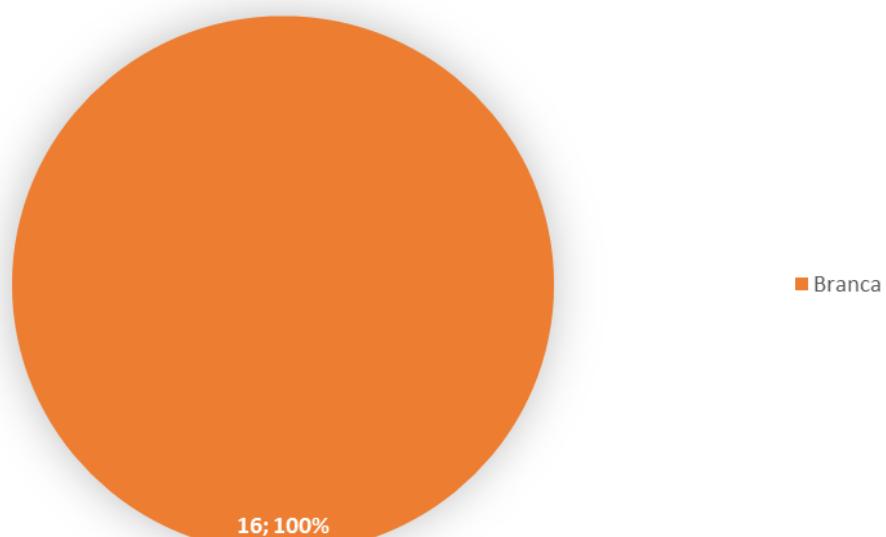
Número de filhos que residem com a agricultora



Escolaridade



Cor



Forma de Acesso à Terra		Percentual*
Própria	11	69%
Arrendamento	1	6%
Meação	1	6%
Parceria	2	13%
Cessão	0	0%
Comodato	2	13%
Direito de uso	1	6%
Uso comunitário	0	0%
Crédito fundiário	0	0%
Agrovila	0	0%
Em processo de legalização	0	0%
Terras tradicionais	0	0%
Outra forma de acesso	0	0%

*Relativo ao total de agricultoras: 16

Acesso à água		Percentual*
Poço artesiano	5	31%
Poço semiartesiano	0	0%
Cacimba	0	0%
Nascente	15	94%
Cisterna de beber	1	6%
Cisterna de produção	0	0%
Captação da água da chuva	2	13%
Caminhão pipa	0	0%
Lago ou represa	0	0%
Rio/córrego	1	6%
Veredas	0	0%
Tanques	1	6%
Caixa d'água comunitária	0	0%
Empresa de saneamento público	0	0%
Outra	2	13%

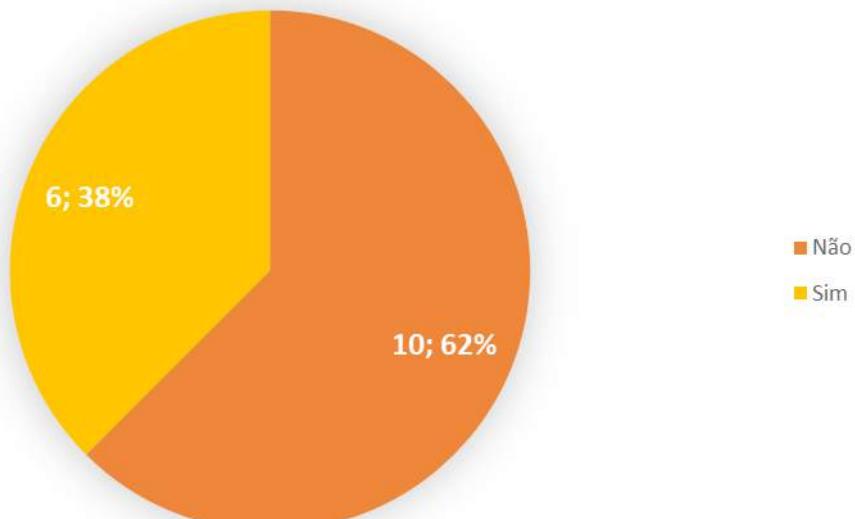
*Relativo ao total de agricultoras: 16

Acesso a políticas públicas		Percentual*
PRONAF	2	13%
Pronaf Mulher	0	0%
ATER	3	19%
Aposentadoria Rural	3	19%
Bolsa Família	2	13%
Biodiesel	0	0%
Garantia Safra	0	0%
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais	3	19%
PROINF - Apoio e ações de infraestrutura e serviços	0	0%
PGPM - Programa de Garantia de Preço Mínimo	0	0%
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	2	13%
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	4	25%
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	0	0%
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural	3	19%
PNFC - Crédito Fundiário	1	6%
Programa de Cisterna Primeira Água	0	0%
Programa de Cisterna Segunda Água	0	0%
PRONATEC	1	6%
Salário Maternidade	2	13%
Previdência	3	19%
Seguro Defeso	0	0%
Brasil Sem Miséria - BSM	0	0%
Bolsa Verde	0	0%
Prestação Continuada de Benefícios	1	6%
Outras	2	13%
*Relativo ao total de agricultoras:	16	

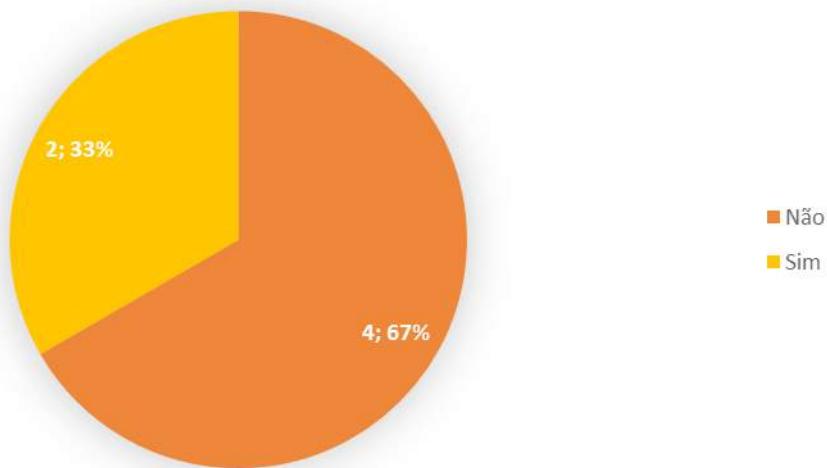
Participação social e política		Percentual*
Sindicato	11	69%
Movimento social de mulheres	15	94%
Movimento social misto	2	13%
Associação	3	19%
Cooperativa	3	19%
Igreja	12	75%
Redes	2	13%
Partido Político	5	31%
Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, etc)	8	50%
Fundos rotativos solidários	0	0%
Casa de sementes (banco comunitário de sementes)	3	19%
Outras	1	6%
*Relativo ao total de agricultoras:	16	

Acesso a mercados		Percentual*
Feira convencional	1	6%
Feira agroecológica	3	19%
Mercadinho local	2	13%
Venda em casa	11	69%
Venda porta a porta	4	25%
Venda na comunidade	2	13%
PAA individual	2	13%
PAA coletivo (cooperativas, associações, grupos)	0	0%
PNAE	4	25%
Cooperativa	2	13%
Associação	0	0%
Outros	2	13%
*Relativo ao total de agricultoras:	16	

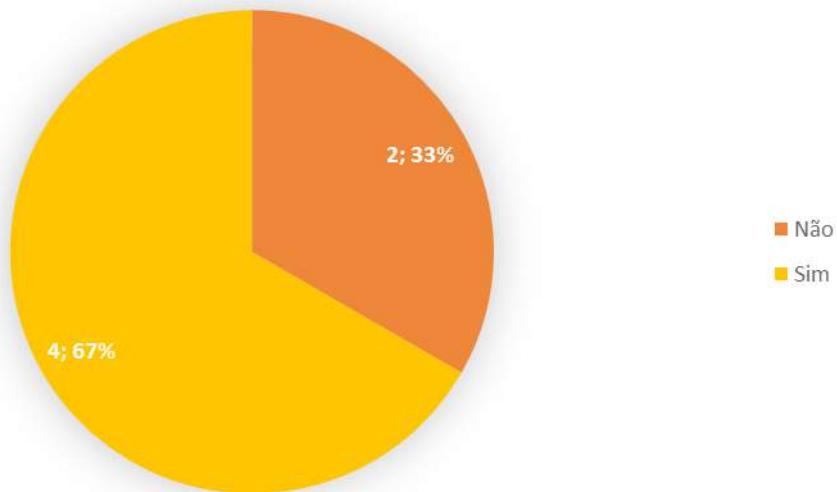
Participa de grupo produtivo?



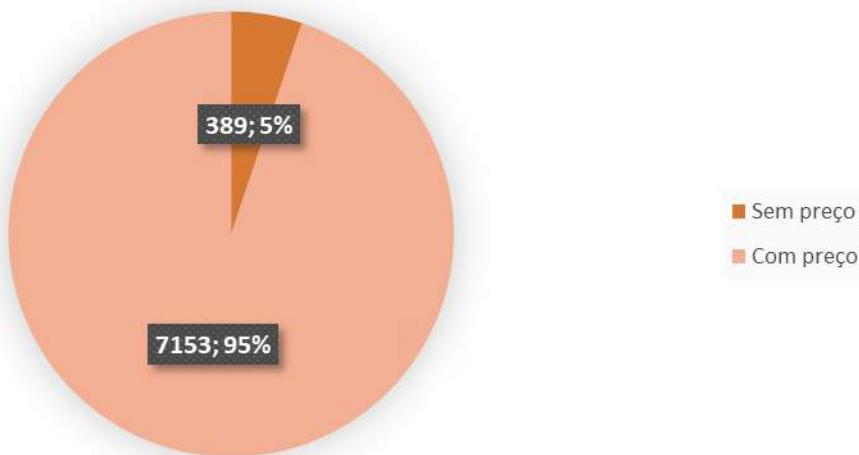
Se participa de um grupo produtivo, participa também de alguma rede?



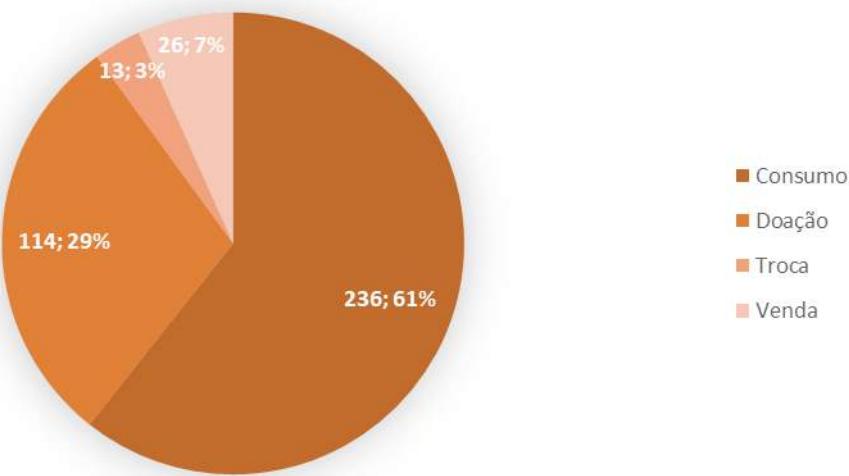
Se participa de um grupo produtivo, participa também de algum grupo de economia solidária?



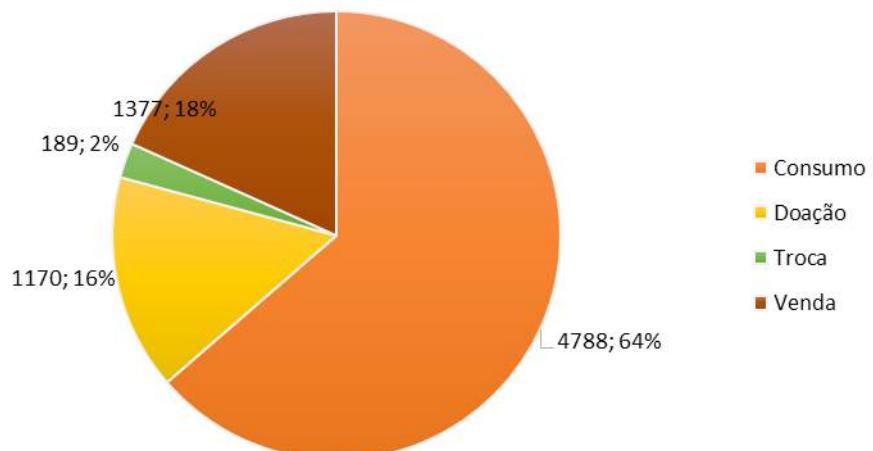
Número de anotações totais



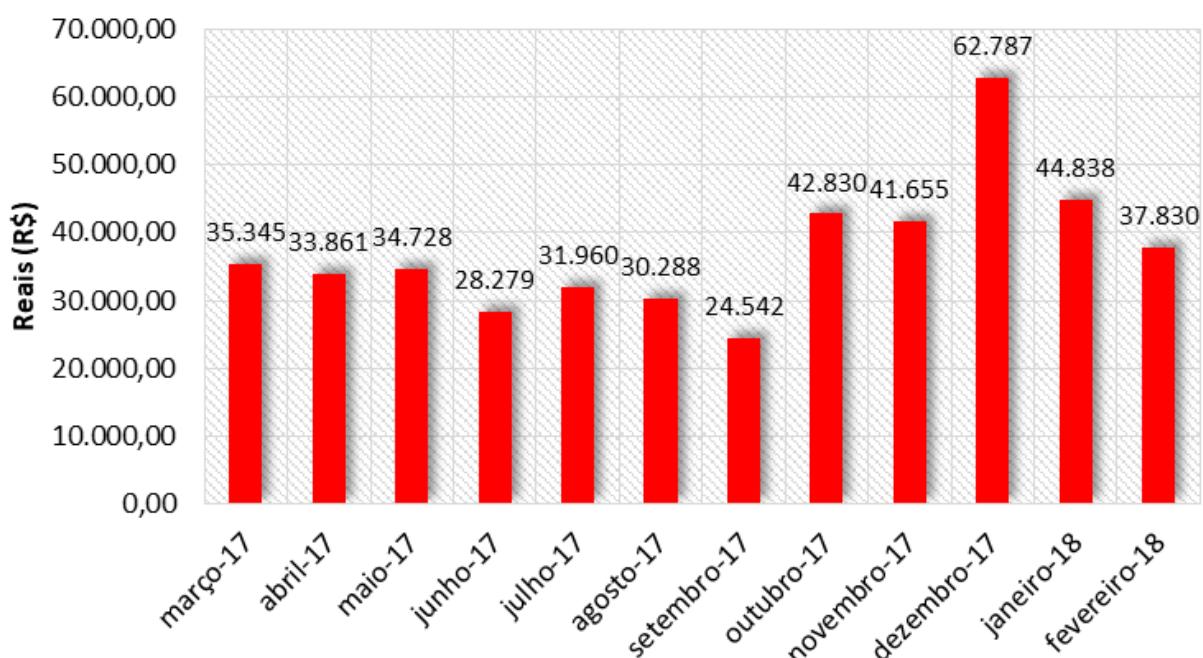
Anotações sem preço por relação econômica



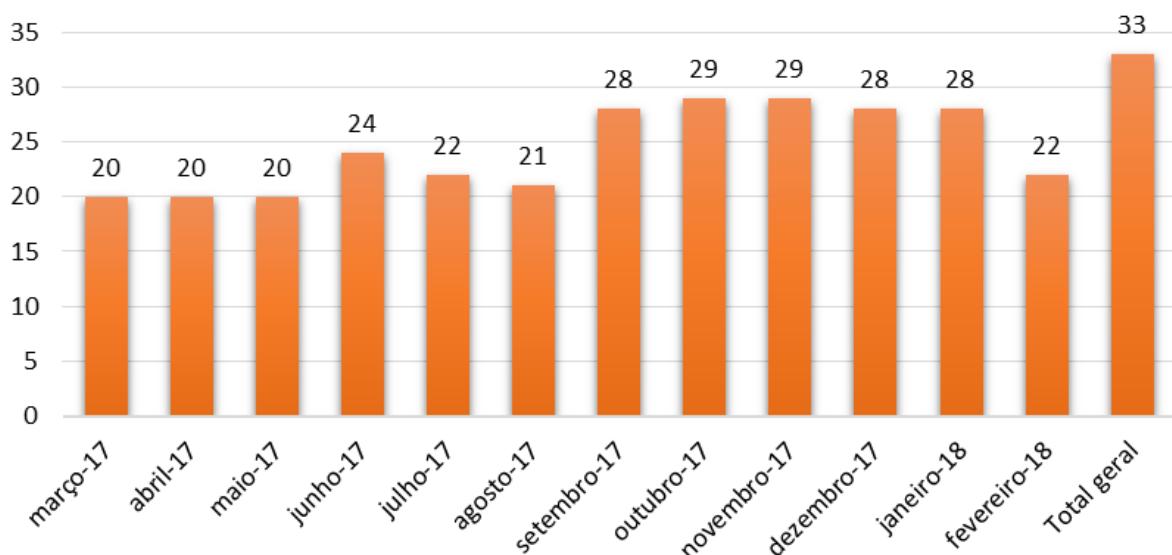
Número de anotações por relação econômica



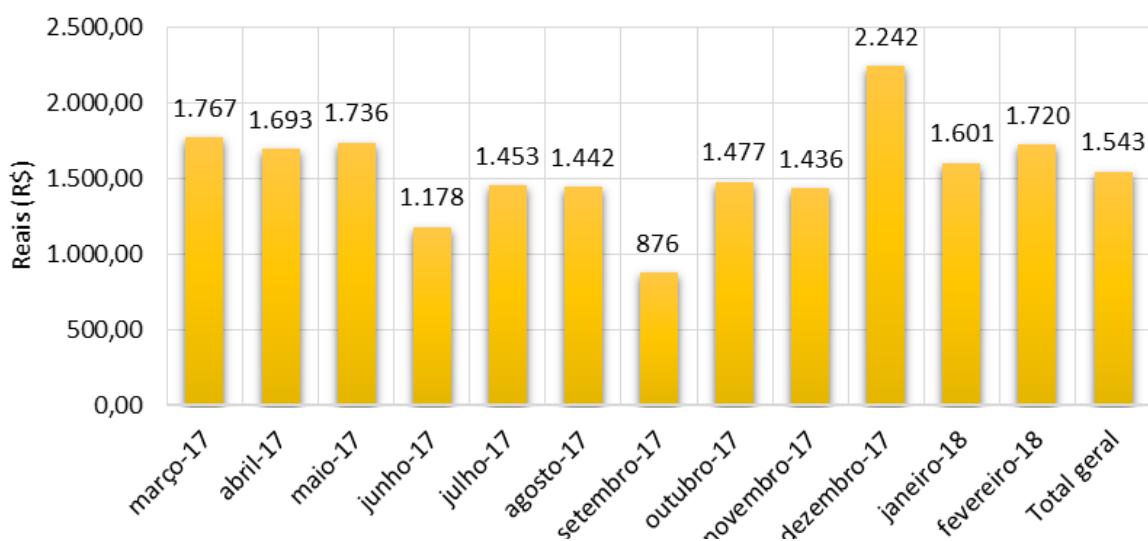
Valor mensal da produção



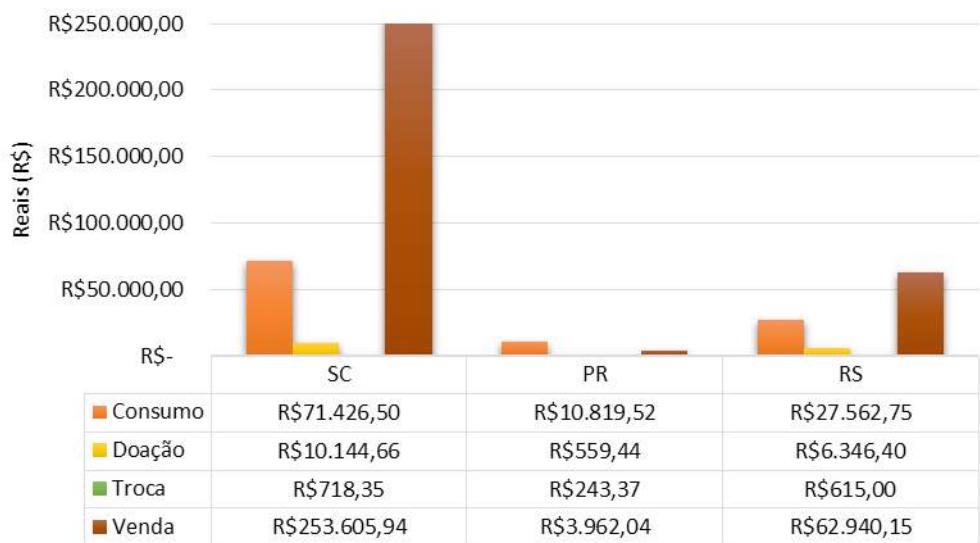
Quantas agricultoras anotaram por mês?



Média Mensal do Valor da Produção

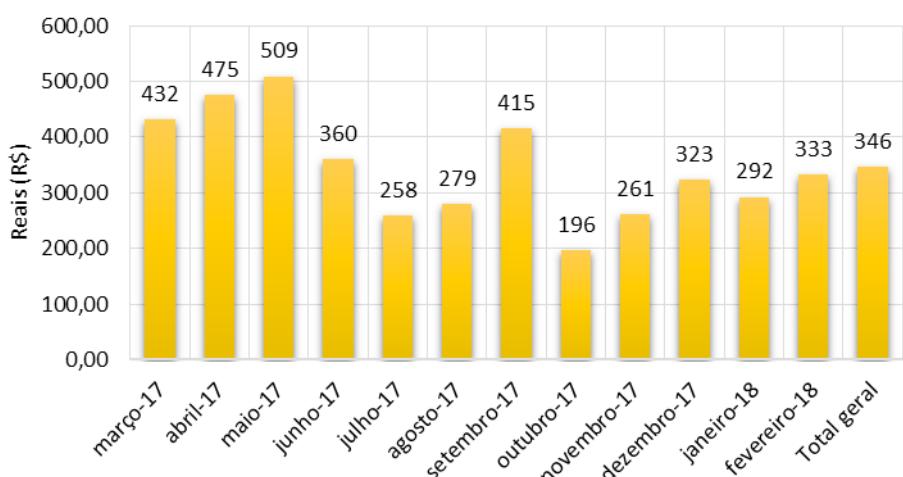


Valor total da produção por Estado

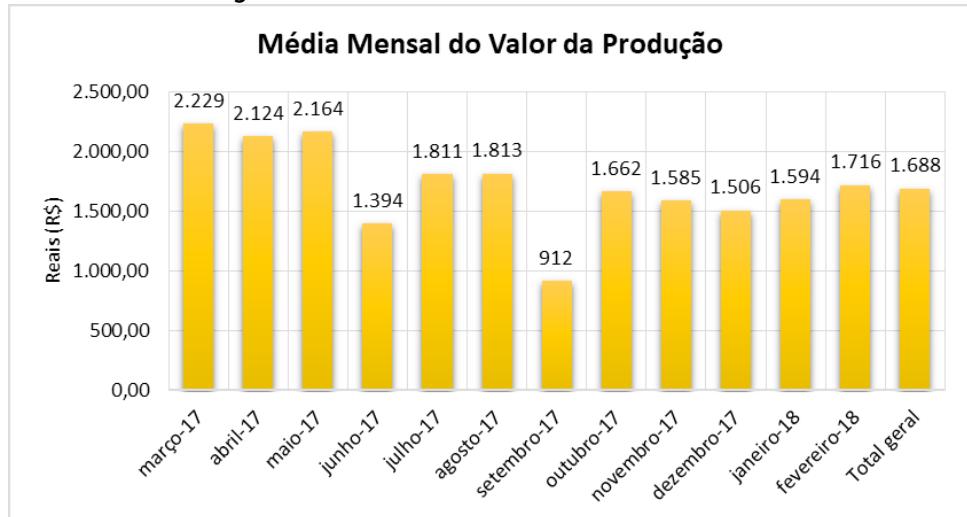


Estado do Paraná: 05 agricultoras

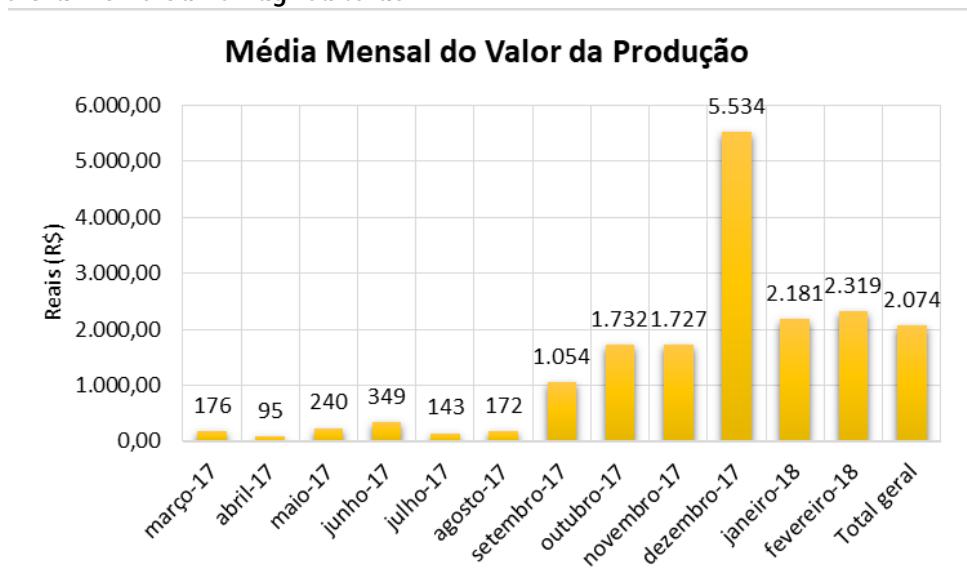
Média Mensal do Valor da Produção



Estado de Santa Catarina: 21 agricultoras



Estado do Rio Grande do Sul: 07 agricultoras



As agricultoras da região Sul sentiram dificuldades em tabular os dados e aplicar questionários pelo grande acúmulo de trabalho (afazeres domésticos e produção de alimentos), falta de hábito de fazer anotações e dificuldade na precificação da produção. Das lições aprendidas, a importância da renda da produção de alimentos, troca de informações que incentivaram as anotações, a reflexão coletiva para a percepção da importância da produção para as mulheres, famílias e comunidade, a unidade entre mulheres do campo e da cidade, contribuição para a soberania e segurança alimentar com alimentos saudáveis, diversificados, mais ricos em nutrientes, a possibilidade de guardar sementes, autossuficiência, auto sustento, menor custo de mercado, mais renda para a família e comunidade que vem do trabalho das mulheres; a valorização do trabalho que dedicam no cuidado das pessoas. Afirmaram sobre a contribuição para manutenção e conservação da agrobiodiversidade, troca de sementes para o resgate de variedades de vegetais, cuidado das nascentes de água, embelezamento e fertilidade do solo, a pouca necessidade de acessar recursos externos, entendendo que o cultivo diversificado favorece o equilíbrio dos agroecossistemas.

A partir dos resultados apresentados, as mulheres também visualizaram a quantidade

considerável de acesso ao PRONAF, ATER, PNAE, PAA, programa nacional de habitação, salário maternidade, aposentadoria rural e bolsa-família. Ressaltaram a participação social e política, grande quantidade para o movimento social de mulheres (através do MMC), sindicatos, conselhos e igrejas. Sobre o acesso a mercados, perceberam grande quantidade para venda em casa, seguido de feiras agroecológicas, mercados locais, PNAE, venda porta a porta; da participação de grupo produtivo. As mulheres observaram um salto de valores no mês de janeiro devido a uma venda muito alta de amoras de uma agricultora. Entre as agricultoras que anotaram houve uma média de 24 anotações por mês; mede o valor médio mensal de produção, foi de R\$1.500,00. O estado de Santa Catarina apresenta os maiores valores totais de venda (250 mil reais) com relação aos demais estados. Ainda assim, há grande variação na quantidade de agricultoras que registraram informação e nos valores. Uma questão levantada foi quanto à delimitação dos espaços nos quintais pois, fora deles, também existe o protagonismo das mulheres. Refletiram a necessidade de se retomar a discussão acerca do desenho dos mapas agroecológicos para entender estas relações com os espaços.

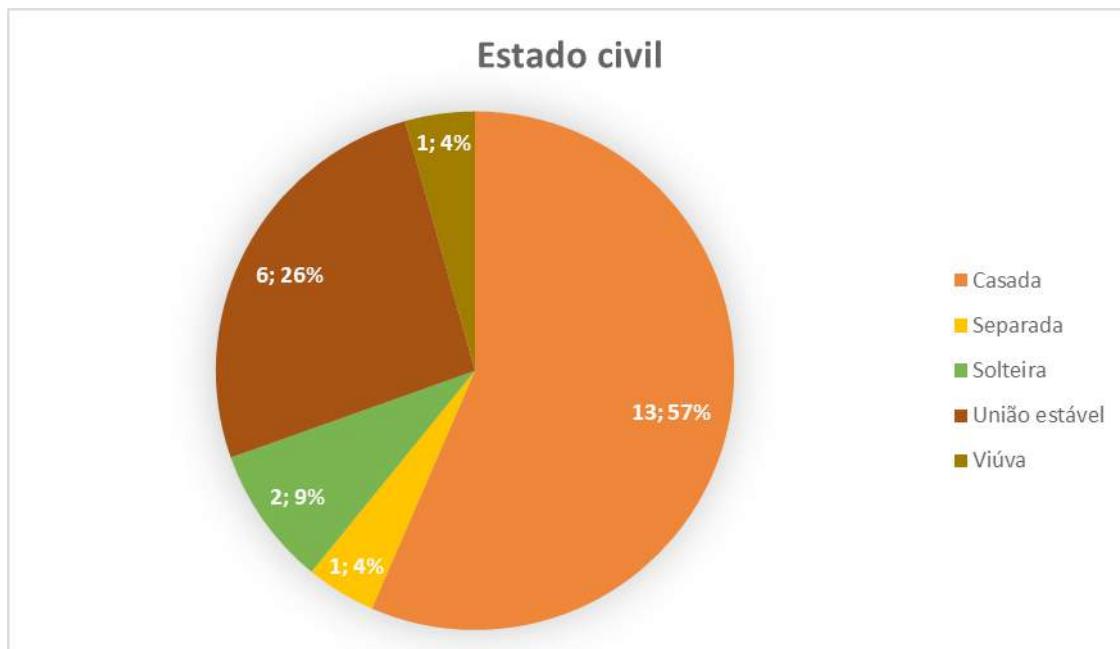


DADOS DA REGIÃO SUDESTE:

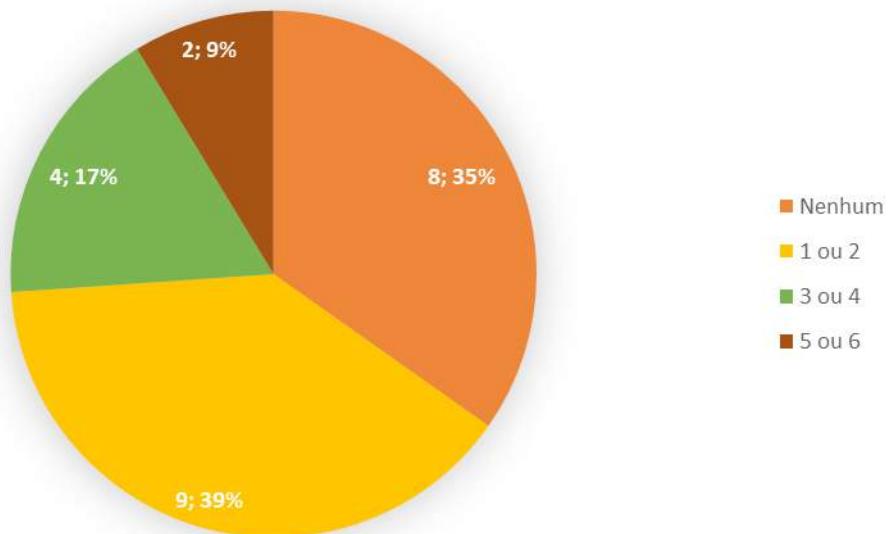


Informações dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro

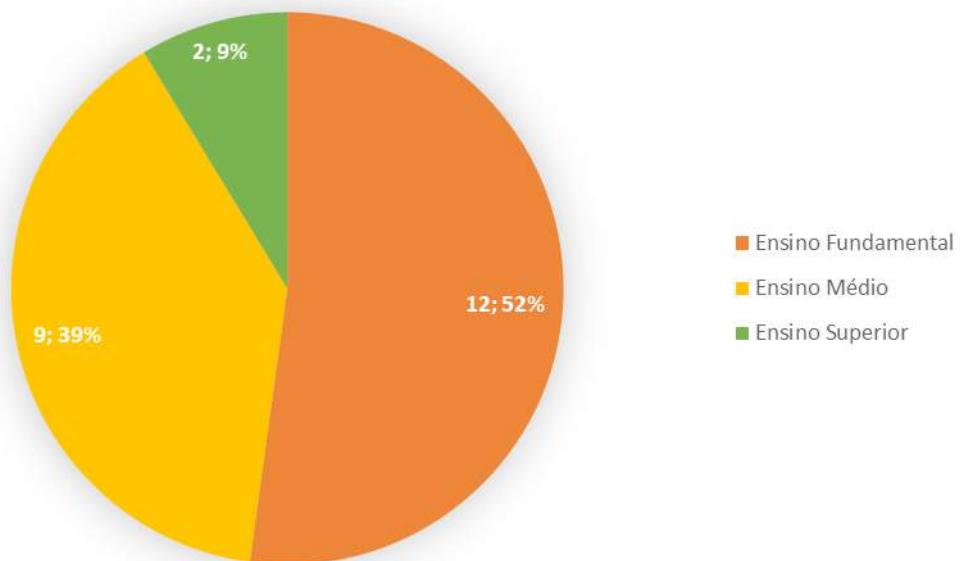
Sudeste	
Quantas agricultoras com cadernetas?	44
Entre as agricultoras com cadernetas, temos quantos questionários?	23



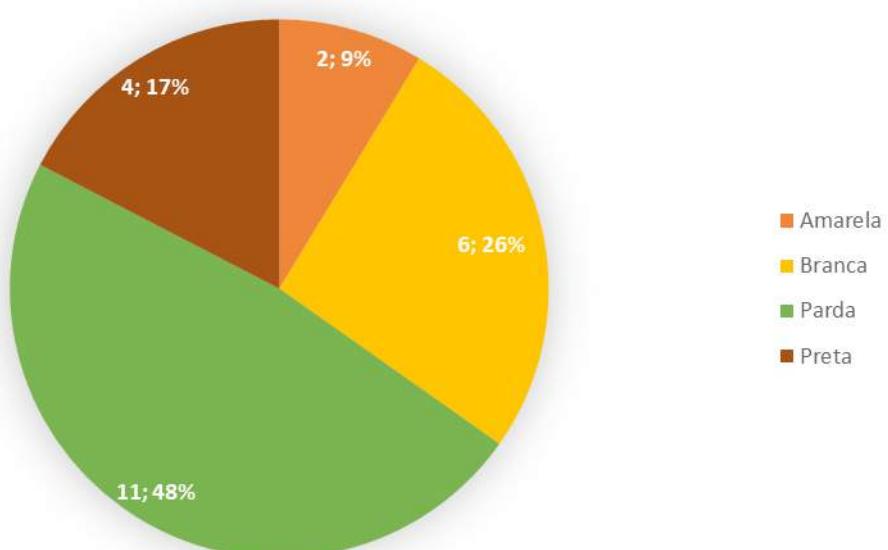
Número de filhos que residem com a agricultora



Escolaridade



Cor



Forma de Acesso à Terra		Percentual*
Própria	15	65%
Arrendamento	2	9%
Meação	0	0%
Parceria	0	0%
Cessão	3	13%
Comodato	3	13%
Direito de uso	0	0%
Uso comunitário	0	0%
Crédito fundiário	0	0%
Agrovila	0	0%
Em processo de legalização	0	0%
Terras tradicionais	0	0%
Outra forma de acesso	1	4%
*Relativo ao total de agricultoras:		23

Acesso à água		Percentual*
Poço artesiano	3	13%
Poço semiartesiano	0	0%
Cacimba	0	0%
Nascente	12	52%
Cisterna de beber	0	0%
Cisterna de produção	0	0%
Captação da água da chuva	1	4%
Caminhão pipa	0	0%
Lago ou represa	0	0%
Rio/córrego	6	26%
Veredas	0	0%
Tanques	2	9%
Caixa d'água comunitária	3	13%
Empresa de saneamento público	1	4%
Outra	2	9%
*Relativo ao total de agricultoras:		23

Acesso a políticas públicas		Percentual*
PRONAF	4	17%
Pronaf Mulher	0	0%
ATER	11	48%
Aposentadoria Rural	4	17%
Bolsa Família	10	43%
Biodiesel	0	0%
Garantia Safra	0	0%
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais	7	30%
PROINF - Apoio e ações de infraestrutura e serviços	5	22%
PGPM - Programa de Garantia de Preço Mínimo	0	0%
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	6	26%
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	3	13%
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	1	4%
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural	4	17%
PNFC - Crédito Fundiário	0	0%
Programa de Cisterna Primeira Água	0	0%
Programa de Cisterna Segunda Água	0	0%
PRONATEC	3	13%
Salário Maternidade	5	22%
Previdência	1	4%
Seguro Defeso	0	0%
Brasil Sem Miséria - BSM	0	0%
Bolsa Verde	0	0%
Prestação Continuada de Benefícios	0	0%
Outras	2	9%

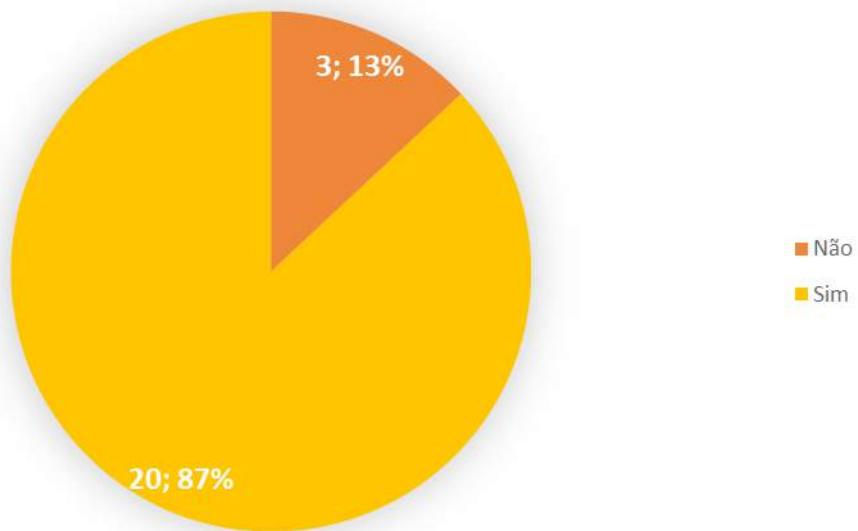
*Relativo ao total de agricultoras: 23

Participação social e política		Percentual*
Sindicato	6	26%
Movimento social de mulheres	14	61%
Movimento social misto	1	4%
Associação	13	57%
Cooperativa	4	17%
Igreja	18	78%
Redes	3	13%
Partido Político	3	13%
Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, etc)	1	4%
Fundos rotativos solidários	0	0%
Casa de sementes (banco comunitário de sementes)	0	0%
Outras	5	22%

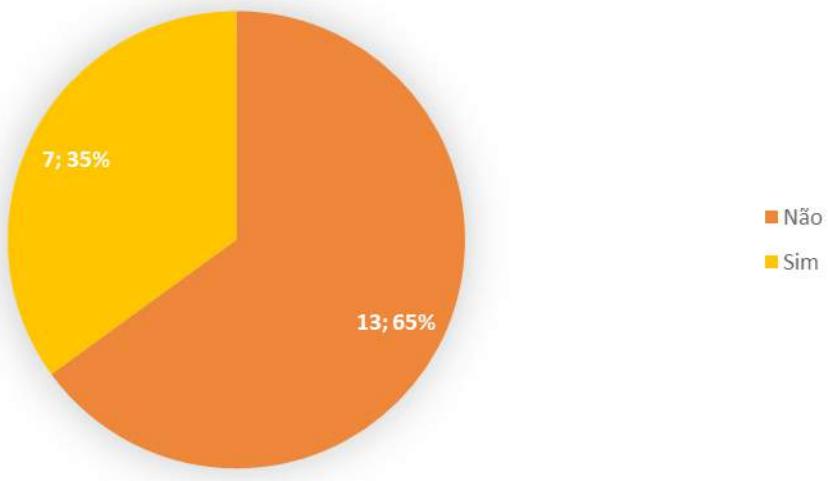
*Relativo ao total de agricultoras: 23

Acesso a mercados		Percentual*
Feira convencional	7	30%
Feira agroecológica	10	43%
Mercadinho local	1	4%
Venda em casa	13	57%
Venda porta a porta	6	26%
Venda na comunidade	11	48%
PAA individual	0	0%
PAA coletivo (cooperativas, associações, grupos)	2	9%
PNAE	3	13%
Cooperativa	6	26%
Associação	7	30%
Outros	6	26%
*Relativo ao total de agricultoras:	23	

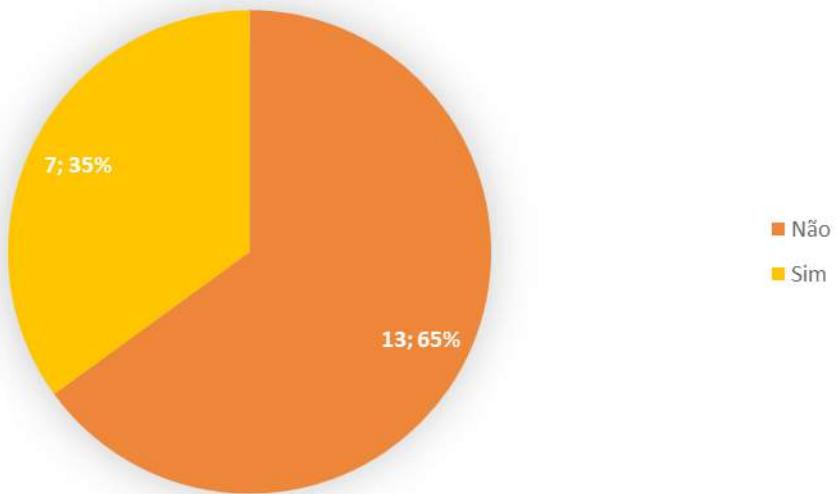
Participa de grupo produtivo?



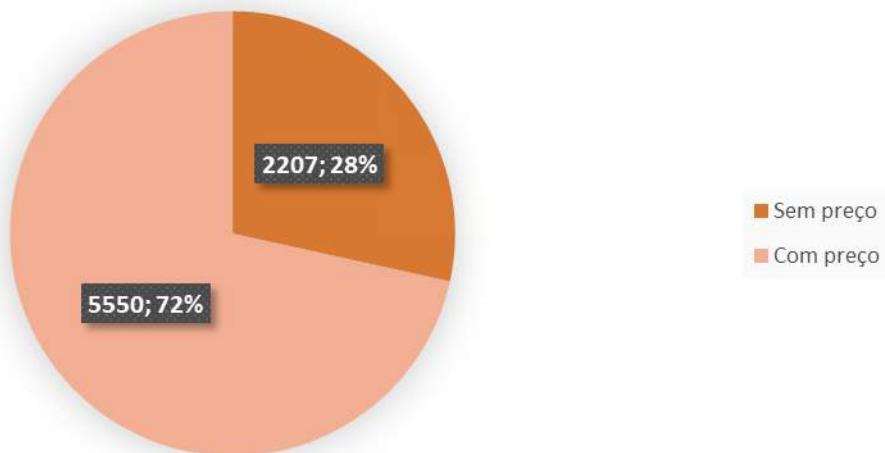
Se participa de um grupo produtivo, participa também de alguma rede?



Se participa de um grupo produtivo, participa também de algum grupo de economia solidária?



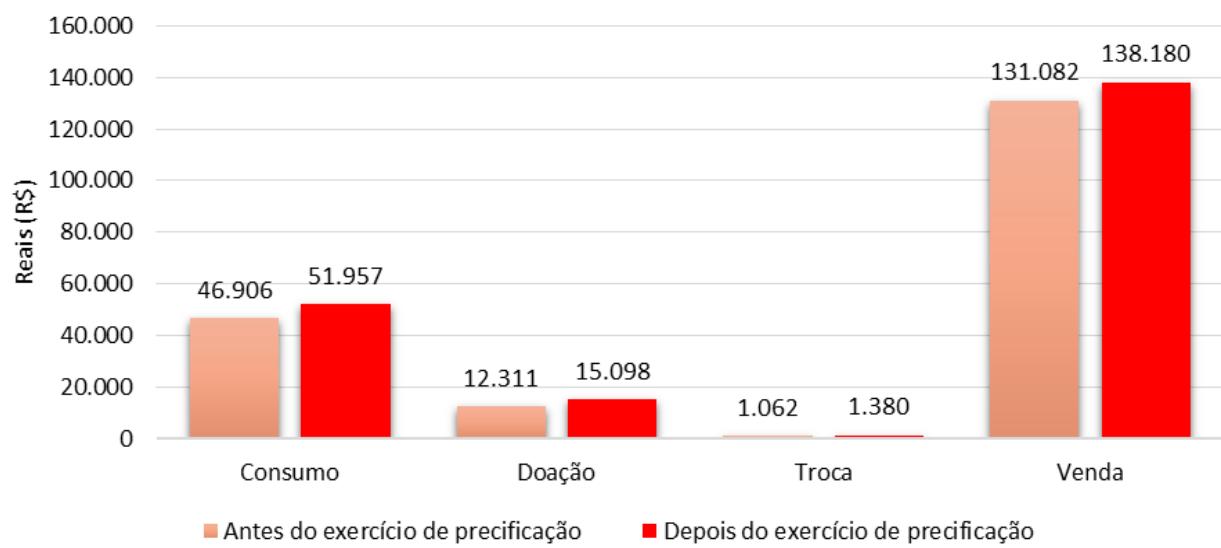
Número de anotações totais



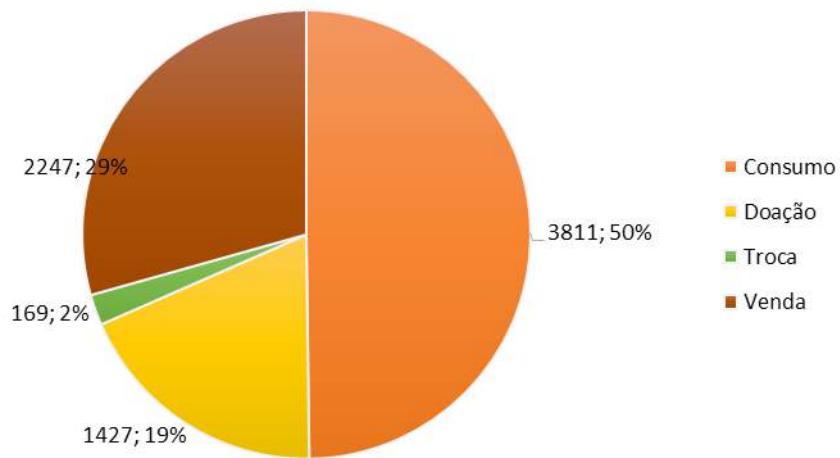
Anotações sem preço



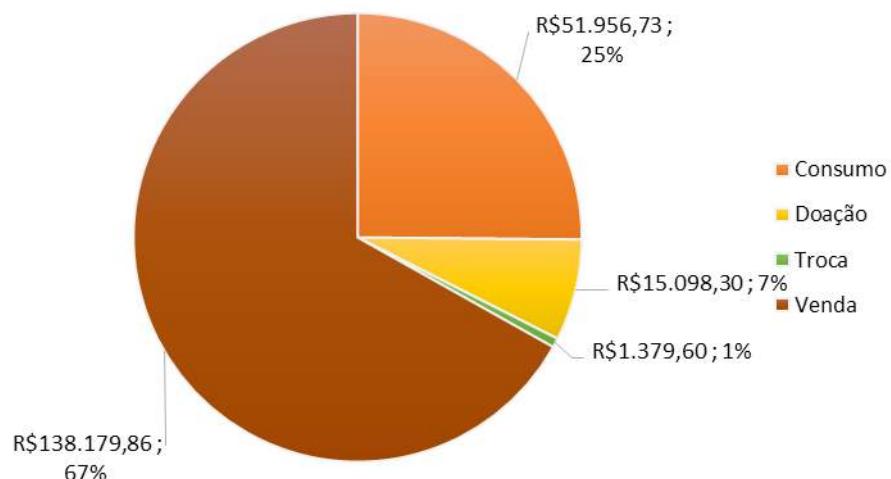
Valor total da produção



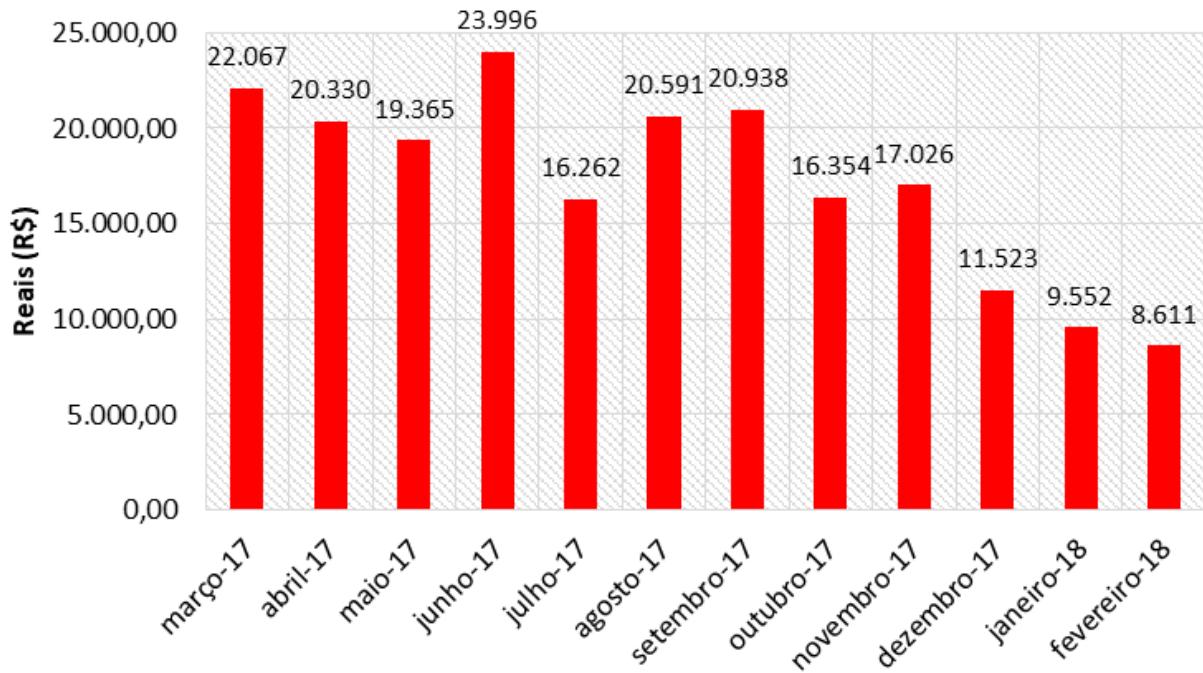
Número de anotações por relação econômica



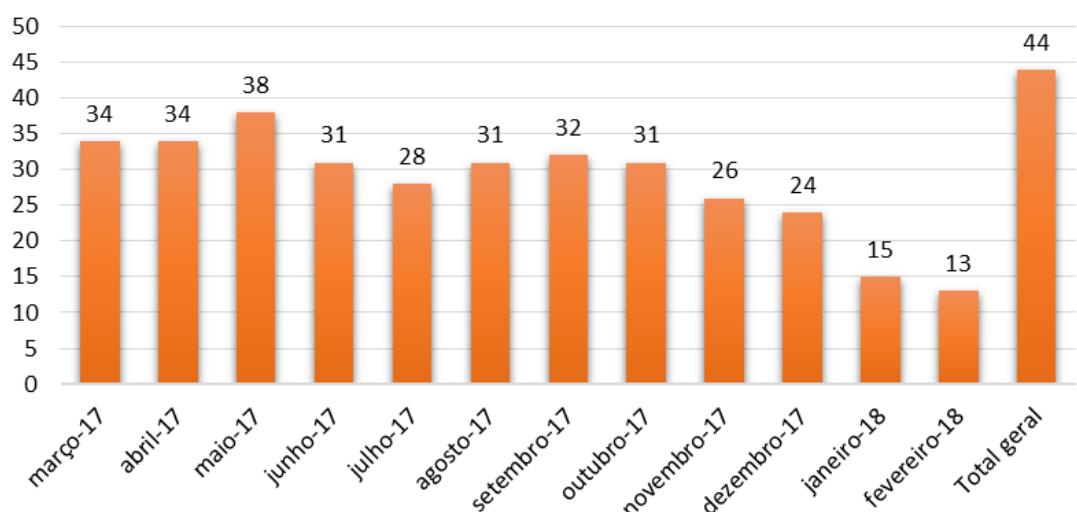
Valor total da produção por relação econômica



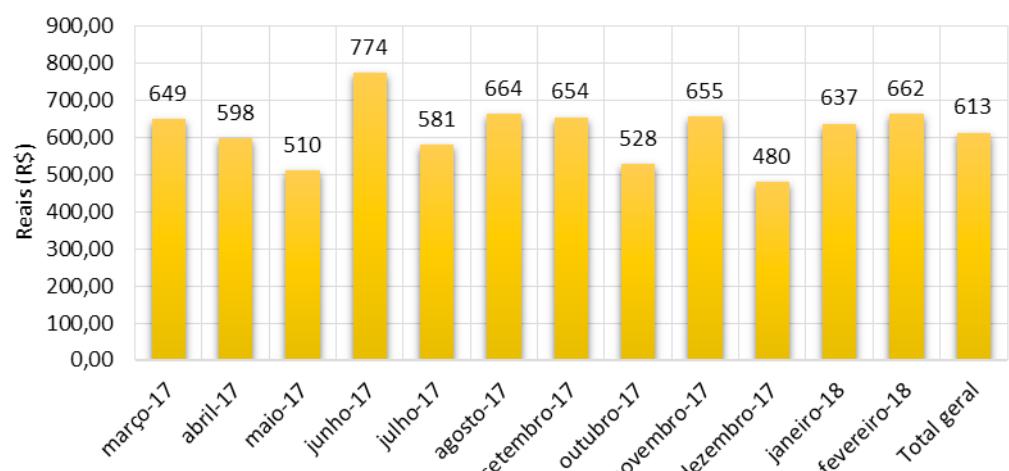
Valor mensal da produção



Quantas agricultoras anotaram por mês?

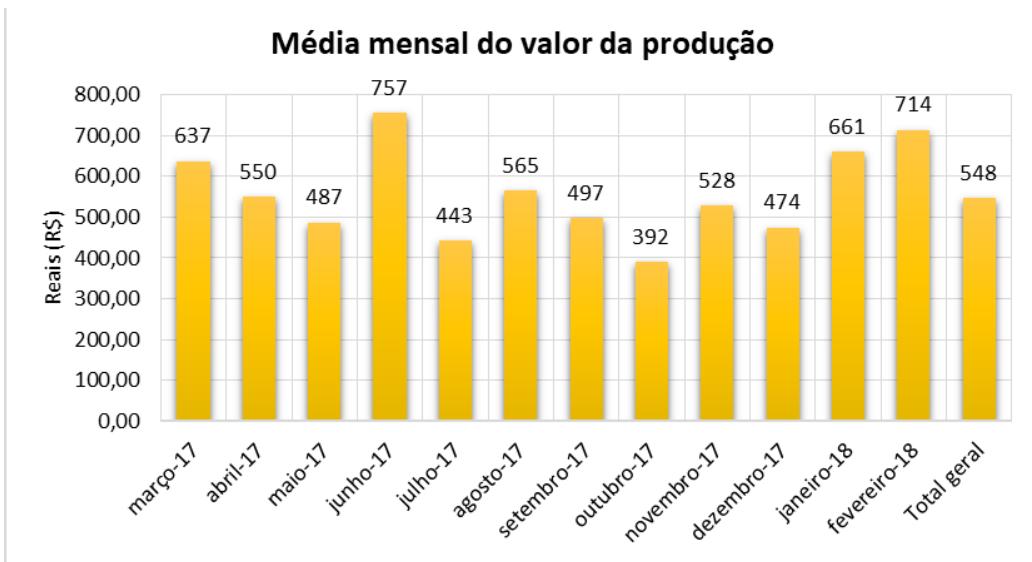


Média mensal do valor da produção





Estado de São Paulo: 41 Agricultoras



Estado do Rio de Janeiro: 03 agricultoras





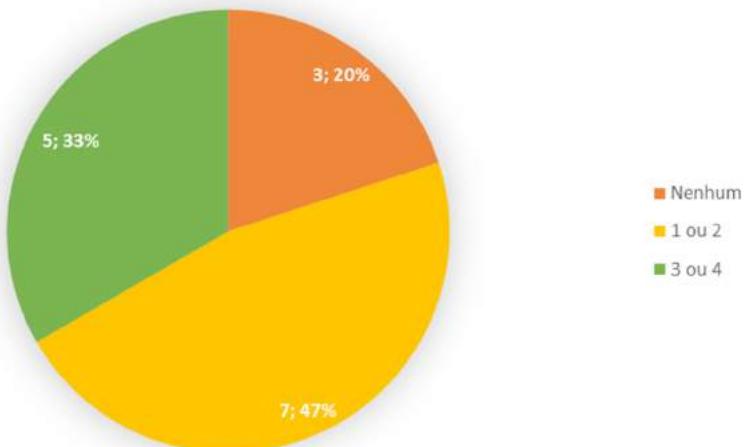
INFORMAÇÕES DA REGIÃO DA ZONA DA MATA/MG:



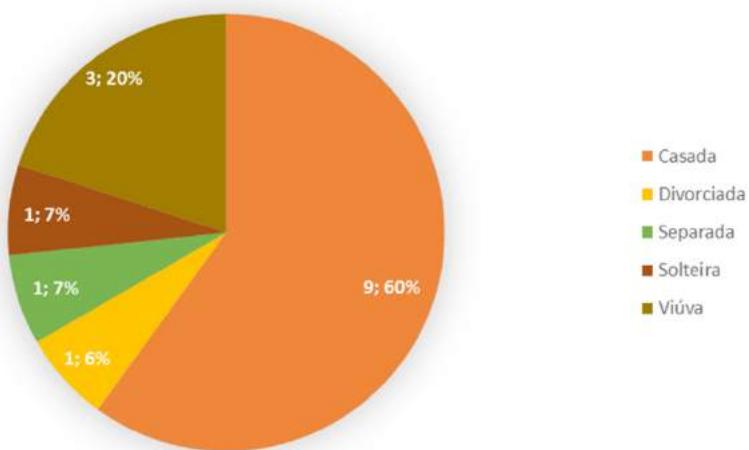
A região da Zona da Mata/MG possui um histórico de acompanhamento e sistematização das C.A que antecede os resultados deste projeto. É um acompanhamento mais próximo e as informações já geradas nesta região foram referências que ajudaram na construção desta proposta e de outras reflexões, por exemplo. Portanto é considerada uma região "piloto" e suas informações seguem em construção para uma melhor análise comparativa dos dados. Está em construção as informações de 09 municípios e 04 estão apresentados a seguir: Acaiaca, Espera Feliz, Santa Margarida e Santana do Manhuaçu. É importante ressaltar que os gráficos que são apresentados não foram considerados nas informações de valores totais em âmbito nacional, já apresentados inicialmente nesta publicação.

Zona da Mata	
Quantas agricultoras com cadernetas?	35
Entre as agricultoras com cadernetas, temos quantos questionários?	15

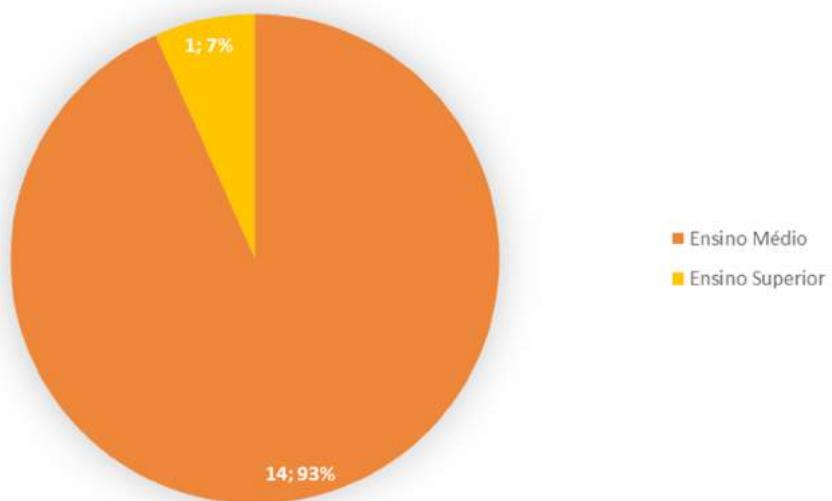
Número de filhos que residem com a agricultora

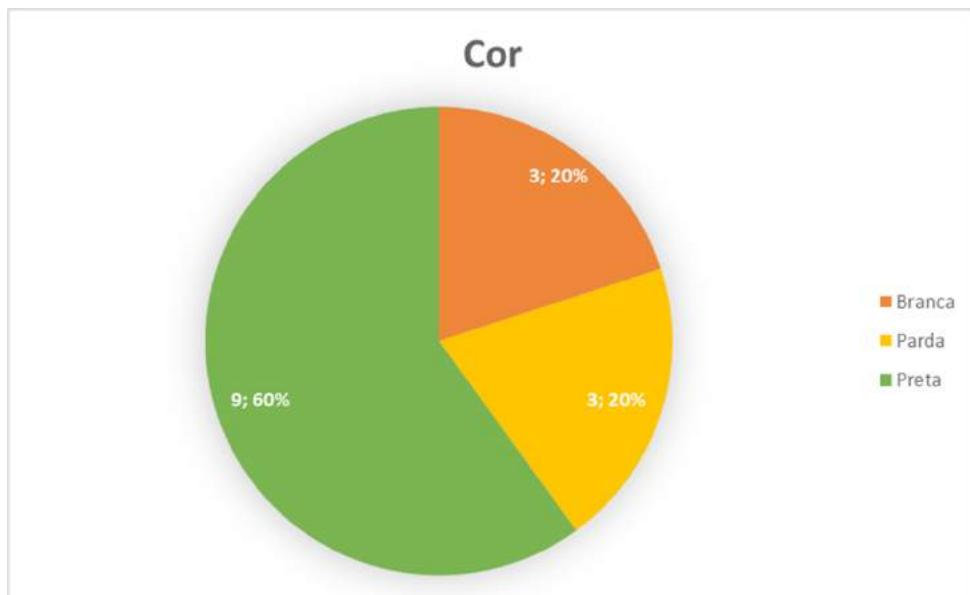


Estado civil



Escolaridade





Forma de Acesso à Terra		Percentual*
Própria	7	47%
Arrendamento	0	0%
Meação	0	0%
Parceria	1	7%
Cessão	0	0%
Comodato	3	20%
Direito de uso	1	7%
Uso comunitário	0	0%
Crédito fundiário	4	27%
Agrovila	0	0%
Em processo de legalização	0	0%
Terras tradicionais	0	0%
Outra forma de acesso	0	0%
*Relativo ao total de agricultoras:	15	

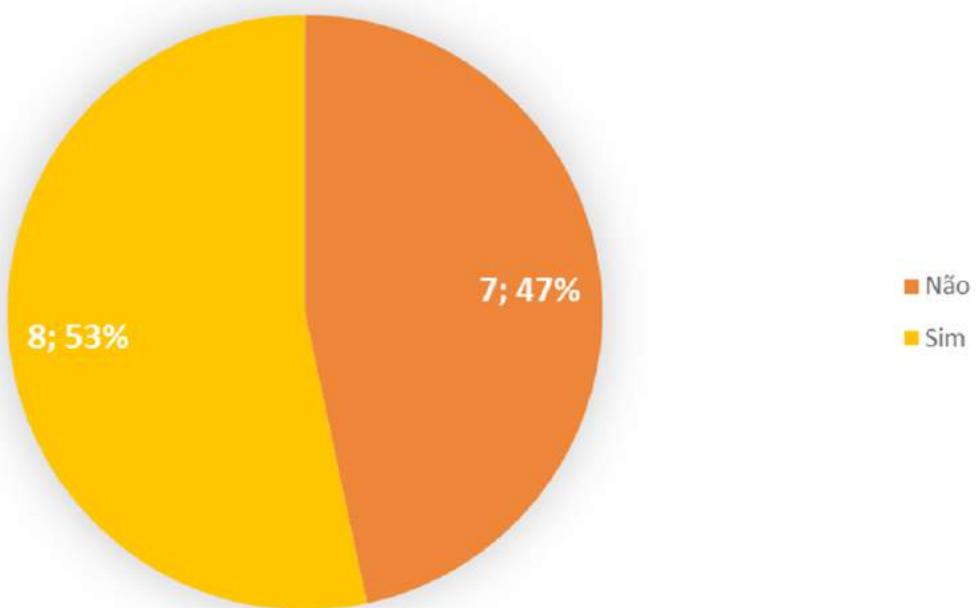
Acesso à água		Percentual*
Poço artesiano	9	60%
Poço semiartesiano	0	0%
Cacimba	0	0%
Nascente	2	13%
Cisterna de beber	0	0%
Cisterna de produção	0	0%
Captação da água da chuva	0	0%
Caminhão pipa	0	0%
Lago ou represa	1	7%
Rio/córrego	0	0%
Veredas	0	0%
Tanques	0	0%
Caixa d'água comunitária	0	0%
Empresa de saneamento público	0	0%
Outra	4	27%
*Relativo ao total de agricultoras:	15	

Acesso a políticas públicas		Percentual*
PRONAF	0	0%
Pronaf Mulher	0	0%
ATER	0	0%
Aposentadoria Rural	3	20%
Bolsa Família	4	27%
Biodiesel	0	0%
Garantia Safra	0	0%
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais	0	0%
PROINF - Apoio e ações de infraestrutura e serviços	0	0%
PGPM - Programa de Garantia de Preço Mínimo	0	0%
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	0	0%
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	6	40%
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	0	0%
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural	4	27%
PNFC - Crédito Fundiário	4	27%
Programa de Cisterna Primeira Água	0	0%
Programa de Cisterna Segunda Água	0	0%
PRONATEC	0	0%
Salário Maternidade	0	0%
Previdência	0	0%
Seguro Defeso	0	0%
Brasil Sem Miséria - BSM	0	0%
Bolsa Verde	0	0%
Prestação Continuada de Benefícios	0	0%
Outras	0	0%
*Relativo ao total de agricultoras:	15	

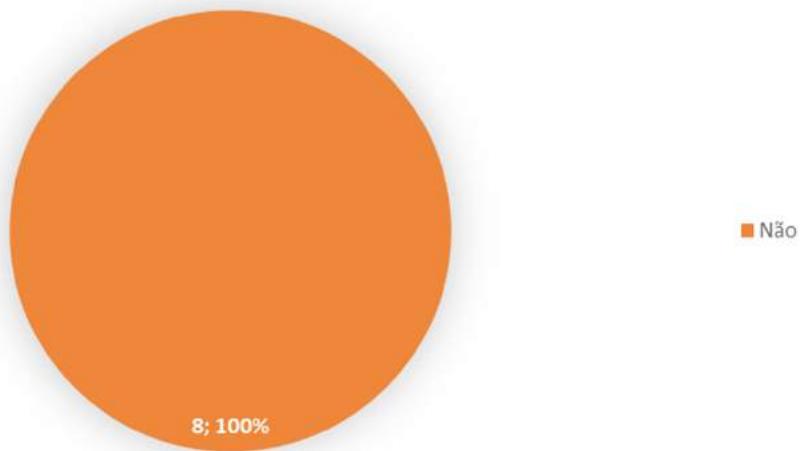
Participação social e política		Percentual*
Sindicato	14	93%
Movimento social de mulheres	9	60%
Movimento social misto	0	0%
Associação	0	0%
Cooperativa	7	47%
Igreja	9	60%
Redes	0	0%
Partido Político	0	0%
Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, etc)	0	0%
Fundos rotativos solidários	0	0%
Casa de sementes (banco comunitário de sementes)	0	0%
Outras	0	0%
*Relativo ao total de agricultoras:	15	

Acesso a mercados		Percentual*
Feira convencional	2	13%
Feira agroecológica	0	0%
Mercadinho local	1	7%
Venda em casa	1	7%
Venda porta a porta	1	7%
Venda na comunidade	0	0%
PAA individual	0	0%
PAA coletivo (cooperativas, associações, grupos)	2	13%
PNAE	3	20%
Cooperativa	6	40%
Associação	0	0%
Outros	0	0%
*Relativo ao total de agricultoras:	15	

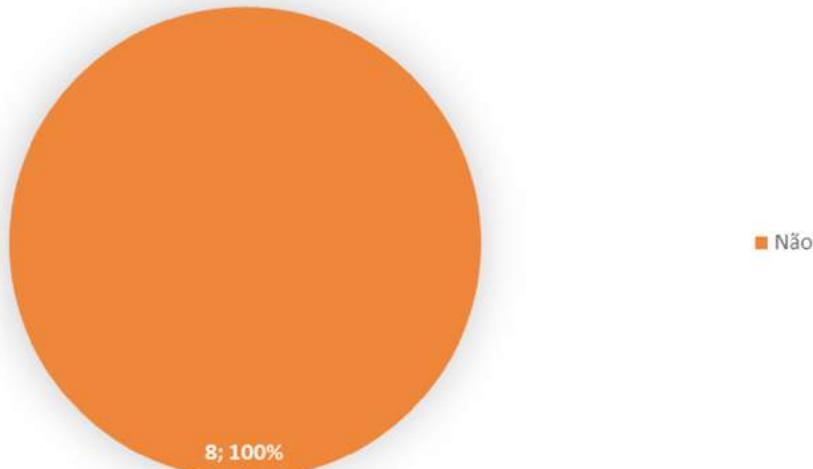
Participa de grupo produtivo?



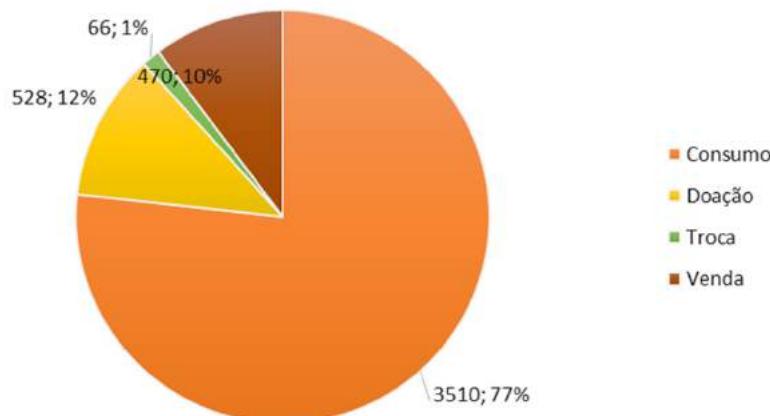
Se participa de um grupo produtivo, participa também de alguma rede?



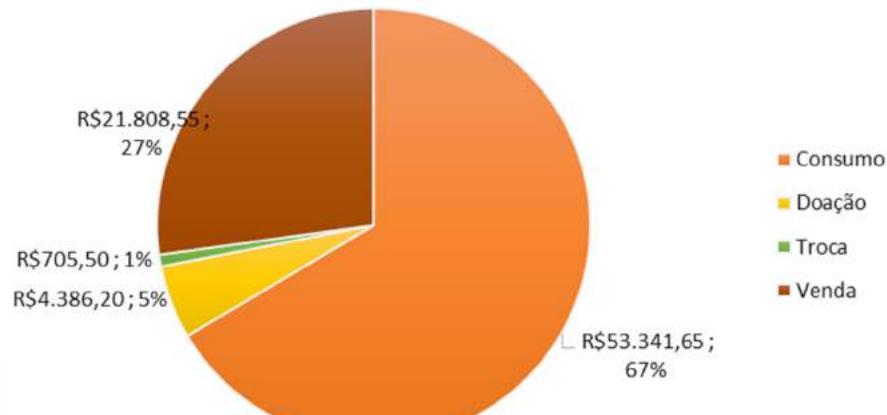
Se participa de um grupo produtivo, participa também de algum grupo de economia solidária?



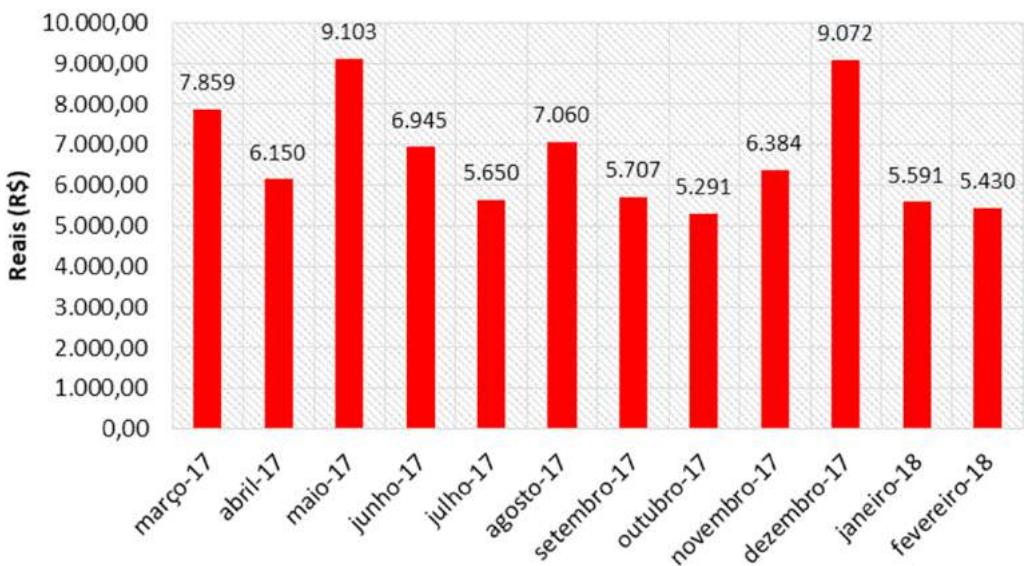
Número de anotações por relação econômica



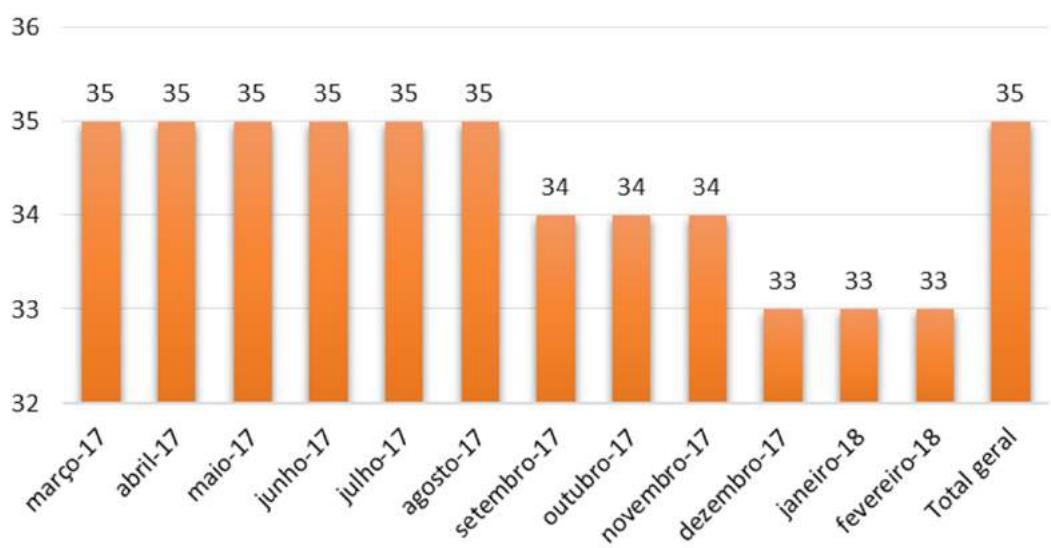
Valor total da produção por relação econômica



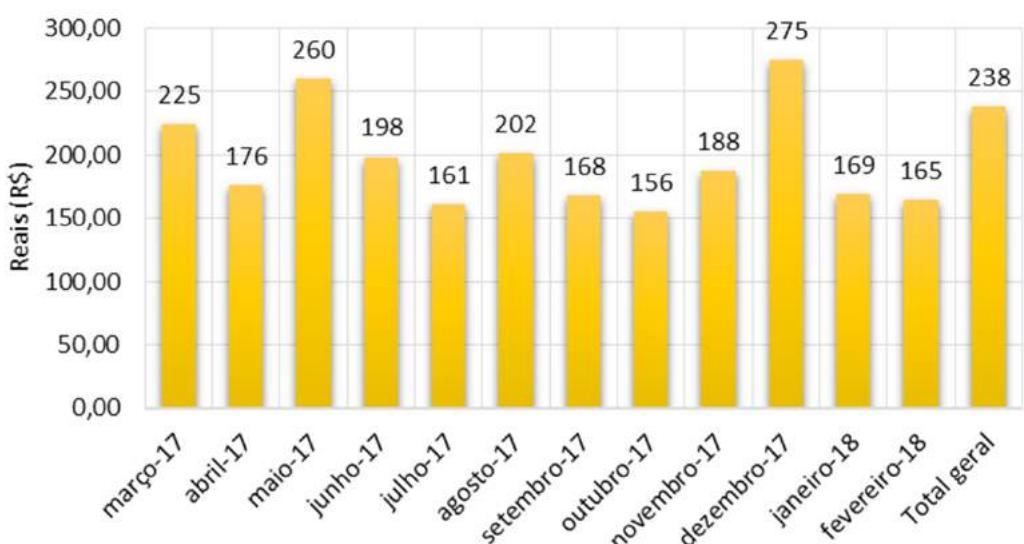
Valor mensal da produção



Quantas agricultoras anotaram por mês?



Média mensal do valor da produção



Em seminário regional realizado na cidade da Barra do Turvo/ SP, em outubro de 2018, foram compartilhadas questões como: poucas anotações nas doações e trocas, difícil especificação da produção para o autoconsumo, a adaptação das cadernetas para outros usos (prestação de serviços na comunidade, feiras e anotações coletivas nas cadernetas para formação de caixa comum para o grupo). Comentaram que foi difícil incentivar as mulheres para as anotações, mas que melhoravam na medida do envolvimento no coletivo e momentos de socialização. Notaram que as anotações aumentavam após o período de visita das assessoras técnicas, o que foi considerado como uma motivação. Em relação à valorização da produção, visibilidade e consumo, relatou-se um maior ânimo para plantar, percepção do que se consumia em casa e a mudança de hábitos alimentares, a diversidade de produtos cultivados e do que se deixava de gastar para a economia da família. A cader-

neta representou uma maior oportunidade para as jovens praticarem os aprendizados da escola sem necessidade de distanciamento da agricultura e seu maior envolvimento com as questões do campo. Sobre a contribuição da Caderneta para o acesso às políticas públicas foi relatado o acesso a crédito através da DAP, contribuição para a elaboração do PAA, uso dos dados das Cadernetas para emissão da DAP junto à CATI e para a comprovação de dados para a Previdência Social. As rodas de conversa e o uso das cadernetas possibilitaram um processo de politização das mulheres: além da abertura para a comercialização de seus produtos e da ampliação da discussão de temas pertinentes às suas realidades, e que eram discutidos apenas em meios masculinos, como as questões de acesso e titularidade da terra. As cadernetas se mostraram um importante instrumento modificando o processo de visibilidade e de mudanças nas relações locais, e principalmente de organização política.







APRENDIZADOS E DESAFIOS

Em cada região foram realizadas reuniões de organização e acompanhamento da sistematização das cadernetas, além de seminários regionais para apresentação dos resultados das C.A com todas as mulheres que participaram deste processo de sistematização. Um dos desafios colocados foi o acompanhamento das organizações locais junto às agricultoras e continuidade das anotações mês a mês durante todo o período do projeto.

Nos anos de 2016 e 2017, após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas, muitos projetos de ATER e organizações do movimento agroecológico que prestavam assessoria à agricultura familiar não tiveram condições de continuar seus trabalhos, ou de continuar fomentando atividades de campo. Com recursos humanos reduzidos, algumas regiões tiveram os acompanhamentos e sistematizações comprometidos, como o caso do estado do Rio de Janeiro, com apenas 03 C.A sistematizadas. As agricultoras do RJ reunidas na AARJ, relataram que a distribuição poderia ter sido ampliada com apoio das organizações e técnicas/os locais.

Além das situações, comuns em todas regiões, como o acompanhamento técnico para auxiliar na sistematização, transferir as informações para a equipe metodológica e incentivar as anotações, as mulheres agricultoras, no geral, apresentaram outras dificuldades para manter as anotações:

Clima: Muitas mulheres relataram que há períodos que cultivam e colhem poucos produtos dos quintais e das roças. Principalmente em períodos de chuvas, com dificuldades de plantar hortaliças e legumes. Elas afirmam que

este é um período desanimador e muitas não anotavam o pouco que produzia ou consumia.

Doenças: Algumas agricultoras relataram também que passaram alguns dias sem anotar porque adoeceram ou porque tiveram que cuidar de outras pessoas doentes na família.

Trabalho: Há períodos que as mulheres se juntam em mutirões comunitários ou cedem seu tempo do quintal para trabalhar em outras lavouras. Como no caso de Minas Gerais, onde o café é considerado a principal cultura geradora de renda e muitas pessoas se voltam à colheita no mesmo período.

Excesso do trabalho doméstico: Muitas mulheres afirmaram que não conseguiram participar de todas as reuniões, momentos coletivos de socialização das cadernetas e completar todas as anotações pelo excesso dos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos. Afirmaram também que muitas companheiras da comunidade não entraram no projeto com esta justificativa, alegando a falta de tempo.

Quando perguntamos às mulheres sobre as dificuldades de manterem as anotações as declarações como: *"eu não sei mexer em contas"*, *"eu não entendo de economia mesmo"*, *"tenho medo de errar na caderneta"*, *"minha letra é feia"*, ou *"esse negócio de anotar não é comigo, eu gosto é de fazer as coisas na prática"* foram muito comuns. Para tentar lidar com algumas destas situações as mulheres também mostraram maneiras de continuar: anotavam em outros papéis pequenos e depois repassavam para a caderneta ou pediam aos filhos e netos para anotarem para elas. Desta experiência, algumas jovens começaram a se envolver no trabalho cotidiano dos quintais ao anotar nas cadernetas das mães e avós.

Em São Paulo, inicialmente fomentado pelo IF de Matão e com o apoio do CNPQ, algumas mulheres receberam uma bolsa auxílio para acompanhar a sistematização das cadernetas com outras mulheres. Entre elas, duas jovens da cidade da Barra do Turvo/SP. Depois de se envolver com as anotações das cadernetas, a jovem moradora do Quilombo Terra Seca, começou a participar do grupo de mulheres da comunidade ajudando em tarefas da comercialização. Já na comunidade do Bairro Rio Vermelho, a jovem ao perceber a quantidade de produção dos quintais, iniciou um processo de formalização da associação do bairro para tratar da comercialização.

Mesmo declarando as limitações e dificuldades de manter as cadernetas, as mulheres se mostraram impressionadas e motivadas com o exercício da anotação: “*eu nunca imaginei a economia que se faz quando a gente tira do quintal pro gasto*”, “*só de comida para as criações eu economizei muito*”, “*eu percebi o que eu e minha família está comendo*”, “*tem muita coisa no meu quintal, uma diversidade que nem eu imaginava*”. Para uma agricultora do Rio de Janeiro, as trocas começaram a se tornar uma maneira justa de relação com o trabalho: “*um vizinho chegava e pegava os chuchus que estavam na cerca, daí eu anotava na frente dele na caderneta. Ele me perguntou o que eu tava fazendo e expliquei o projeto. Ele perguntou se eu iria começar a cobrar os chuchus que ele pegava e eu disse que não. Que era um exercício para entender o quanto vale nossa produção do quintal. Desde então ele vem, pede e também oferece outras coisas para mim*”.

A questão sobre especificar os produtos dos quintais nas cadernetas para visibilizar a produção foi uma reflexão para as mulheres envolvidas no projeto. O GT de Mulheres da ANA considera que objetivo das caderne-

tas não é o de monetizar as relações que as mulheres estabelecem com seus quintais, seus produtos e na relação com a família e a comunidade. Porém, outros elementos surgem com o exercício da precificação: como o tempo das mulheres na produção, o valor que se coloca nas trocas dos produtos: para quem e pelo que se troca, o valor de substituição: o preço que se paga no mercado local e o potencial valor dos produtos etc. Em todas as regiões a coluna do consumo foi a menos precificada e as colunas de trocas e doações foram as que menos tiveram anotações. Ao perguntar para as mulheres sobre os vazios destas colunas, muitas afirmaram que a dificuldade em colocar um preço do que foi consumido era por não ter o hábito de comprar o item no mercado e não conheciam os valores praticados. Outras afirmavam que ficavam mais atentas apenas a precificação das vendas porque é a coluna que conseguiam perceber a contribuição de seus trabalhos. Também houve mulheres declarando que o alimento produzido no seu quintal, através de seu trabalho, com suas sementes, mudas e sem agrotóxicos, não tinha um valor de compra e venda. Afirmando que o alimento produzido tem um valor que não existe nas condições do mercado.

Para as colunas de trocas e doações foi levantado que as mulheres sentiram dificuldades em preenchê-las porque percebem estas relações de outras maneiras: “*a gente não troca uma coisa por outra de imediato, tipo toma lá e dá cá. Quando temos algo, doamos para as vizinhas. E quando as vizinhas têm algo, elas devolvem para a gente. É uma doação que também é troca, a gente sabe que volta alguma coisa depois*”. Elas afirmam que, geralmente, as trocas imediatas ocorrem nas feiras, quando os produtos não são vendidos há um momento que começam a trocar os produtos entre os feirantes.



Observaram também que foi difícil precificar a doação de sementes e mudas, reproduzidas no quintal. Poucas agricultoras consideraram estes itens como produtos de seus quintais ou de seus trabalhos de coleta.

O exercício de tentar uniformizar os pesos e medidas diante da diversidade regional no entendimento de cada padrão, ainda foi menor do que praticar o exercício da precificação. Uma agricultora relata que foi colocando os preços dos produtos de acordo com que era estabelecido no mercado, mas ressaltou que este valor varia se conseguisse vender dentro da comunidade, seja pela oferta do produto ou pela não valorização do que é produzido nos quintais.

A prática das anotações e a visualização do que é produzido ajudou as agricultoras a perceberem a sazonalidade dos produtos, as melhores épocas de plantio e planejar a produção. O grupo de agricultoras da cidade de Itaoca/SP, UAAI (União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca), se utilizou das cader-

netas para levantar os produtos e planejar a oferta para o PAA. Há também o caso de duas mulheres, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que conseguiram mostrar a produção e renda, através das C.A, para acessar a DAP. As situações que envolvem as cadernetas para acessar a DAP foram muito debatidas. A maioria das mulheres não é vista como agricultoras, são reconhecidas como "do lar" e sempre como segunda titular na DAP. As mulheres contam que geralmente são os homens que vão tratar dos documentos, referentes à terra e à produção, nas casas de agricultura, secretarias e outras instituições públicas. Relatam também a violência institucional quando vão se apresentar como agricultoras: *"os técnicos dão risada na nossa cara"* ou *"eles falam que a documentação está toda errada e mandam voltar outro dia com o marido"*. Elas afirmam que as cadernetas não só mostram o volume e valores da produção, mas também as encorajam em enfrentar estas situações.



CADERNETA AGROECOLÓGICA EM MOVIMENTO: SEGUIMOS ANOTANDO

CANÇÃO: "A CADERNETA TÁ FALANDO ATÉ DEMAIS"

(Paródia de Bena Carvalho de Igarapé-Miri – PA para o Xote do Papagaio)

A caderneta tá falando até demais tudo que plantei, eu anoto, e ela fala
A caderneta tá falando até demais tudo que vendi, eu anoto, e ela fala

Se plantei a couve, eu dei

Se plantei o milho, troquei

Se plantei feijão, vendeu

Se criei galinha, comeu

Mas um dia a caderneta falou o que ela devia

Chamei ele para o lado

Somei o que ganharia

Ganhei, ganhei, ganhei com agroecologia

Ganhei, ganhei, ganhei com o feminismo (bis)

La la la la la lá (4x)

A caderneta tá falando até demais o que consumi, eu anoto, e ela fala

A caderneta tá falando até demais tudo que troquei, eu anoto, e ela fala

Se plantei açaí, tomei

Se plantei mandioca, troquei

Se fiz a farinha, vendeu

Se criei o pato, comeu

Mas um dia a caderneta...

As experiências das mulheres mostraram que as C.A trouxeram significativas mudanças na vida cotidiana: seja pelo envolvimento e interesse dos integrantes da família com a produção do quintal, pela valorização e posterior comercialização do produto agroecológico, pelas mudanças nas relações das mulheres com a vizinhança, pela segurança em se apresentar como agricultora ou pela participação e formação contínua com outras mulheres para socializarem as anotações. Durante todo o projeto foram muitos encontros, reuniões e momentos de formação, que ocorreram durante o período de sistematização das C.A e, que de certa maneira, conseguiram dar o acompanhamento coletivo e consequência das situações apresentadas pelas mulheres durante o processo de apropriação desta ferramenta.

Sobre as perspectivas de continuidade, as regiões que participaram do projeto seguem construindo parcerias. No caso da região Amazônia, as mulheres estão buscando a impressão de 150 cadernetas que possibilitem a continuidade do registro. No Pará o MNNEPA já está negociando um projeto para desenvolvimento de um aplicativo que facilite o registro das informações. Já em Roraima o processo que foi protagonizado por indígenas Macuxis e Wapichanas continua com o envolvimento de mais etnias. Outras propostas ainda estão em discussão como: construção de um atlas por região, com a metodologia da cartografia social, a busca das entidades por editais que contemplam as ações das C.A, realizar mais ações conjuntas, participar de eventos e trabalhar na publicação e ampliação do uso das cadernetas, realizar avaliação sazonal de produção das regiões e etc. Pesquisadoras/es envolvidas/os no processo produziram uma série de artigos e está em preparação

um dossiê que situa as cadernetas no debate sobre economia feminista, economia solidária e outras economias.

Para as reflexões sobre valoração do trabalho e da produção, as mulheres chamaram a atenção para a necessidade de olhar para os produtos que não são provenientes de sua produção direta. Há os produtos que passam pelas agroindústrias sendo necessário trabalhar sua precificação e custos. Ao olhar para os dados produzidos das C.A considerou-se que por um lado é interessante atribuir um valor monetário à produção. Dados quantitativos de valor permitem comparações com outras bases de dados, como o Censo Agropecuário ou registros de comercialização. Por outro lado, é importante não se limitar a esta forma de valoração. A economia feminista considera que as relações econômicas não são só monetárias, e é importância se dar luz a esta realidade. Os instrumentos complementares como o mapa da sociobiodiversidade e as atividades de intercâmbio e formação em campo trouxeram outras variáveis, como as diferenças entre valores monetários e não monetários para a reflexão. Os resultados mostraram a importância de se refletir sobre a forma como as mulheres estão pensando e construindo sua lógica econômica e de que maneira se relacionam com o mercado.

Cristina Carrasco (2012) alerta ao destacar a importância da conquista de direitos e da igualdade de gênero, considerado como um avanço ao propor que esta compreensão é feita mediante o olhar do sujeito invisibilizado. Porém, é necessário que não se destaque apenas o que falta para ser conquistado na esfera pública, mas também se recupere a experiência feminina, especialmente a partir do reconhecimento da economia não-mone-

tária. As técnicas que prestaram assessoria e acompanhamento às mulheres relataram que a precificação dos produtos esconde uma dimensão que é a percepção/sensibilização das agricultoras frente à sua produção e ao alimento, além da importância social desta produção para o seu meio, trazendo luz para a questão do valor das doações. O fato de haver muito mais resultados e informações do que o previsto com o início da pesquisa mostrou que o trabalho e o autoconsumo está presente para muito além do redor de casa, e relaciona aspectos para além da renda e que não estão quantificáveis na pesquisa. As mulheres observaram que a grande quantidade de dados, fatores e questões influenciam na variação dos valores e que uma classificação dos produtos pode possibilitar um olhar mais cuidadoso dos trabalhos e da importância das mulheres agricultoras para a sociobiodiversidade, soberania e segurança alimentar.

Os encontros e análises dos resultados em cada região também permitiu que as mulheres se voltassem para outros assuntos do território, principalmente pela precariedade de políticas públicas e no acesso aos mercados. As mulheres de um grupo de agricultoras do estado de São Paulo, ao iniciarem as anotações nas cadernetas começaram uma experiência de comercialização e suas atividades foram visibilizadas na comunidade. As mulheres foram trazendo as questões cotidianas da comercialização e, preocupadas, também se envolveram nos assuntos sobre titulação de terras de sua associação. Algumas relataram as intimidações que sofreram por dirigentes homens, afirmando que alguns assuntos não poderiam ser tratados com elas.

As mulheres, ao iniciarem estratégias de sobrevivência e da produção da vida, também

são ameaçadas pelos interesses econômicos e pelas relações de poder que se manifestam nos territórios. Durante o seminário regional da Amazônia as mulheres relataram o impacto das grandes empresas com projetos de mineração, hidrelétricas e do agronegócio, e de como estes empreendimentos trazem o aumento da prostituição local e os grandes índices de violência como os assassinatos de mulheres no estado. Os problemas de comercialização também decorrem da precariedade dos meios de transporte das estradas utilizadas pela comunidade para escoamento da produção. As mulheres integrantes de comunidades dos municípios de Abaetetuba e Igarapé Mirim, destacaram o problema da construção de uma ferrovia que trará diversos problemas econômicos e ambientais à comunidade: seca das águas, diminuição ou extinção dos animais para pesca como o camarão, um dos principais produtos da comunidade, poluição dos rios e possível deslocamento das famílias que ali vivem há anos. Segundo as mulheres, estas comunidades possuem grande diversidade de produtos ofertados durante todo o ano para venda devido à diversidade de produtos relacionados em diferentes estações do ano. Alertaram sobre a instalação de grandes fazendas e pastagens que também provocam a seca dos rios e consequente morte dos peixes. As queimadas descontroladas, realizadas pelos donos de pastos e pelos monocultivos também representam um grande problema às pessoas: *"eles modificam o ambiente, queimam nossas roças, inviabilizam o extrativismo, perfuram poços de água de maneira ilegal, despejam agrotóxicos nas nossas cabeças através dos aviões"*. As mulheres relatam que sentem muita dificuldade de conversar sobre a agroecologia em um ambiente como este. Destacaram também

a perda de políticas públicas que favoreciam as comunidades, principalmente na área da saúde. Os principais produtos produzidos são hortaliças, farinha de mandioca, frutas e andiroba, e a comunidade encontra dificuldade principalmente no escoamento da produção, pois a prefeitura não disponibiliza transporte para a comunidade, colocando as mulheres como responsáveis pelo pagamento de frete e inviabilizando o acesso aos mercados: “*há locais que os transportes só passam uma vez no mês e as passagens são caríssimas*”. Na maioria das vezes, se veem obrigadas a vender seus produtos por preços muito abaixo do mercado para atravessadores por conta da dificuldade de transporte e péssimas condições das estradas. A falta de políticas públicas também afeta o comportamento social da comunidade, muitos relatos mostraram que há grande incidência de jovens que usam drogas e se entregam a violência instalada no território.

Em outras regiões esta realidade não foi diferente, durante as oficinas de confecção dos mapas da sociobiodiversidade as mulheres mostraram como os projetos do agronegócio foram transformando a paisagem ao redor de suas casas e no território. O avanço de projetos de interesses econômicos em territórios indígenas, quilombolas e camponeses além de desapropriar e organizar a vida das pessoas que ali vivem, também colocou muitos homens e jovens, para exercer nas grandes cidades, trabalhos precários. Durante todo acompanha-

mento do projeto era comum ouvir as mulheres preocupadas com filhas/os jovens que foram morar em outros locais.

As reflexões e temas que se estenderam do exercício das cadernetas mostraram que as mulheres também transitam no território, buscam maneiras de sobrevivência e estão atentas aos avanços do capital. Uma liderança da CONAQ¹¹, durante uma plenária, afirmou que a liberdade de transitar e se movimentar livremente, sem cercas, trocando, plantando, doando, coletando sementes e etc. é o que garante a manutenção da biodiversidade de um território. Em todas regiões já existem articulações e organizações que vêm trazendo os problemas dos territórios como um debate a ser ampliado entre as mulheres. Os encontros e formações do projeto mostraram que as mulheres vêm sentindo as ameaças tanto do grande capital, quanto as intimidações e perda de espaço em suas associações de base comunitária. No entanto elas têm se organizado e conectado suas estratégias locais com os desafios e aprendizados de outras mulheres, de outros territórios.

Durante do IV ENA¹², que aconteceu em Belo Horizonte em junho de 2018, com a participação de 26 estados que apresentaram seus territórios e as experiências da agroecologia, aconteceu o seminário temático “Sem feminismo não há Agroecologia”. As mulheres trouxeram suas experiências com as caderetas agroecológicas e reconstruíram a memória

11. A CONAQ é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos (as) quilombolas do Brasil. Os objetivos da CONAQ é lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente. Ver em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>

12. Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) têm exercido papel determinante na afirmação política dos diversificados segmentos da sociedade identificados com a alternativa agroecológica que se constrói de forma descentralizada em todo Brasil. Os encontros nacionais cumprem um papel muito importante de (i) permitir a troca de experiências em curso em todo o país, de forma que os aprendizados técnicos e metodológicos possam ser compartilhados; (ii) discutir os efeitos das políticas públicas para a agricultura familiar e para os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; e (iii) dar visibilidade pública à agenda política do movimento agroecológico junto aos governos e à sociedade. Organizados pela ANA- Articulação Nacional de Agroecologia. Ver em: <http://enagroecologia.org.br/>

da C.A como um instrumento que também se estabeleceu na relação com o Estado e as políticas públicas: em um momento de diálogo da Marcha das Margaridas, em 2014, como pauta a reivindicação de um programa de fomento para subsidiar os quintais produtivos. As mulheres ressaltaram que as C.A é um instrumento revolucionário porque não ganha só expressão na vida individual da agricultora, nas transformações que ocorrem nas suas casas e no dia a dia, mas que proporcionou maneiras de reivindicar direitos, como a DAP, e buscar transformar a ideia de políticas públicas para mulheres.

Foi neste encontro que as mulheres também realizaram uma plenária e, em uma mística de abertura, fizeram a junção das

água, cada região trazendo suas memórias, cultura e experiências, que foi somada a outras memórias e experiências agroecológicas e se transformando em um grande rio: o Rio da Vida. Nesta plenária as mulheres colocaram o que fazem, como fazem e como querem viver em seus territórios: livres do grande capital e do interesse econômico sobre suas vidas. E nesse sentido, a CA ganha legitimidade, na medida em que busca dimensionar a contribuição produtiva das mulheres camponesas e a agroecologia dos quintais como um projeto de resistência aos enfrentamentos do cotidiano e do grande capital. Consolidando a premissa de que seguimos anotando nas cadernetas e que **Sem Feminismo não há Agroecologia**.



Ao final do Seminário Nacional, em novembro de 2018, foi construída uma carta política reafirmando a contribuição das mulheres para a agroecologia, para a economia e para a vida. Nesta carta também foi marcada a importância da C.A como instrumento que permitiu processos de construção na autonomia das mulheres e que deve ser fortalecido pelo movimento agroecológico, como experiência prática da agroecologia, de maneira a reconhecer e apoiar o trabalho feminista das mulheres em sua luta coletiva



CAMINANDO CONTRA LA VIOLENCIA



CARTA POLÍTICA

Nós, reunidas no Seminário Nacional "Feminismo e Agroecologia: repensando a economia a partir das cadernetas agroecológicas", entre os dias 12 a 14 de novembro de 2018, viemos afirmar que o processo de construção das cadernetas agroecológicas confirmou que nós mulheres feministas e agroecológicas temos uma contribuição fundamental para a economia e para a sustentabilidade da vida.

Essa pesquisa participante foi possível pela parceria do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA- ZM) e do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), somadas pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), financiado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, posteriormente, pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Durante esses dias, nossas reflexões se realizaram a partir da análise das ações realizadas em torno da metodologia e do instrumento das cadernetas agroecológicas, preenchidas durante 1 ano, por 299 agriculturas familiares do campo, da floresta, das águas e das cidades, em 16 estados e 4 regiões do Brasil, além dos 230 questionários e mapas dos agroecossistemas.

Identificamos que esse processo só foi possível através da prática militante dessas mulheres, apoiadas pelas organizações de assessoria técnica feministas e mistas, por movimentos feministas, estudantes, professoras e outras agricultoras e camponesas, que

realizaram registros cotidianos da produção agrícola e não agrícola e mostraram a dimensão da contribuição econômica das mulheres tornando possível a visibilização do trabalho realizado por elas para a sustentabilidade da vida.

A pesquisa mostrou que as mulheres de todas as regiões do Brasil têm uma contribuição fundamental para a soberania e segurança alimentar das famílias, para a conservação e preservação da agrobiodiversidade das comunidades e territórios além do papel determinante para a reprodução social do campesinato e dos agroecossistemas.

O processo nos mostrou a importância da auto-organização das mulheres e de suas ações coletivas, que ao mesmo tempo que tornou essa ação possível, foram decisivas para as descobertas da contribuição econômica das mulheres rurais, para as práticas solidárias envolvidas nas atividades de doação e troca que são importantes para a reprodução da agricultura familiar e camponesa vão muito além do mercado capitalista.

Reafirmamos a importância social, cultural, política, ambiental e econômica dos quintais produtivos redefinidos coletivamente como local de trabalho e experimentação e de construção do conhecimento (do saber-fazer) de forma autônoma da mulher, para a produção da agrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar. Os dados nos mostraram como esse é um lugar de grande riqueza da agrobiodiversidade, chegando a serem identificadas 246 espécies em um só quintal, gerando um solo de alta qualidade, além de trazer beleza e ser um espaço de socialização e trocas. A

pesquisa mostrou o protagonismo das mulheres no trabalho nos quintais, mas aponta que sua atuação vai além dos quintais, em todo o agroecossistema, e se integram à sua atuação nos roçados, grupos produtivos, associações cooperativas e redes agroecológicas.

O processo de implementação da pesquisa também foi decisivo para promover uma reflexão sobre a necessidade das políticas públicas que reconheçam esse trabalho e sua contribuição para a segurança e soberania alimentar, a autonomia econômica das mulheres rurais, investindo em ações de apoio à infraestrutura produtiva e de captação de águas de chuvas, insumos, armazenamento e conservação das sementes entre outras, temas que alimentaram

um diálogo com o poder público e que devem ser preservadas.

Esse rico processo também deve ser fortalecido pelo movimento agroecológico, que deve divulgar esta experiência cotidiana de construção de conhecimento e de prática da agroecologia de maneira a reconhecer e apoiar o trabalho feminista das mulheres em sua luta coletiva.

Para nós a caderneta feminista e agroecológica se consolida como nosso instrumento de luta e afirmamos que seguiremos com ela em punho nos quintais, nas roças, nas redes, nas ruas. Nossa nome é resistência!

"Sem feminismo não há agroecologia!"



DOSSIÊ DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

Quando as Cadernetas Agroecológicas foram estabelecidas como uma ferramenta metodológica e adotada por muitas entidades/instituições de ATER, de Ensino e Pesquisa, e outras organizações do campo agroecológico, muitos textos, reflexões, artigos, livros e teses foram desenvolvidos no caminhar das experiências. Apresentamos aqui alguns destes materiais, ressaltando que alguns ainda não foram publicados, mas que merecem destaques pela contribuição coletiva das experiências que envolveram as C.A. Estes materiais estão disponíveis através do website: <https://ctazm.org.br/>

ANJOS, A. B. Mulheres da agroecologia: a luta por igualdade de direitos. Revista Fórum, maio de 2016. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/149/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Caravanas agroecológicas e culturais da mata atlântica. Rio de Janeiro, setembro de 2014, 32 p.

BARROS, E. A. de A. Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos: diálogo de saberes em defesa da vida. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) Campinas, 2018, [s.n.], data de defesa: 27/02/2018.

CARRASCO, C. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. Cuadernos de Relaciones Laborales. Madrid, vol. 31, n. 1, 2013, p. 39-56.

DUBEUX, A. M., de JESUS, V. P. Texto síntese – roda de diálogo SNEA 10. Cadernos de Agroecologia, [S. I.], vol. 12, n. 1, julho de 2017.

FERNANDES, S. de L. R. A experiência da caderneta agroecológica: um instrumento de empoderamento e visibilidade do trabalho das mulheres rurais. Dissertação (Pós-Graduação Promoção em saúde, ambiente e trabalho). Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Fortaleza, Ceará, 2018.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no seminário brasileiro. Revista Pegada, v. 17, n. 1, julho de 2016, p. 244-262.

GT de MULHERES da ANA. Sem feminismo não há agroecologia! Belo Horizonte, 2018, 8 p.

LIMA, M. M. T.; de JESUS, V. B. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. Revista Scientiae Studia, São Paulo, v. 15, n. 1, 2017, p.73-96.

LOBO, N. S. Cadernetas agroecológicas: estudo documental sobre experiências de agricultoras de um município do Vale do Ribeira (SP). Dissertação (Graduação em Agroecologia). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2018, data de defesa: 29/06/2018.

LOPES NETO, A. A. et al. Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da

Zona da Mata têm a nos dizer. Cadernos de Agroecologia, [S.I.], v. 10, n. 3, maio 2016. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/19857>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

_____, A. A. et al. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, dezembro de 2015, p 42-47.

MARQUES, G. dos S., IYUSUKA, S. S., FRANCO, V. F., NOBRE, M. Feminismo e agroecologia: aproximando campo e cidades. Cadernos de Agroecologia, [S. I.], vol. 13, n. 1, julho de 2018.

De OLIVEIRA, R. M. Quintais e uso do solo em propriedades familiares. Dissertação (Pós-graduação em Solos e Nutrição de Plantas) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015, data da defesa: 27/02/2015.

PAES, A. M. B. X.; FILIPAK, A.; ALEIXO, S. S. O uso de mapas mentais como metodologia para o desenvolvimento da transição agroecológica e da autonomia das mulheres rurais. In: Cadernos de Agroecologia, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, Vol. 13, n. 1, julho de 2018. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/481>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

PORT, G. H. G. A junção da economia feminista e da agroecologia enquanto estratégia de empoderamento das mulheres rurais. Cadernos de Agroecologia, [S. I.], vol. 13, n. 1, julho de 2018.

SÁNCHEZ, G. P. Z., CATALORA-VARGAS, G., SILIPRANDI, E. Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. SOCLA, La Paz, 2018.

SOUZA, N. A. et al. Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In SAMBUICHI, R. H. et al (orgs.). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Brasília, IPEA, 2017, p. 403-432.

TELLES, L. A economia invisível das agricultoras agroecológicas. Dissertação (Pós-graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2018, data de defesa: 29/06/2018.

VALDIVIESO, E. J. P. The invisible importance of home gardens. Dissertação (Pós-graduação em Agroecologia). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2017, data da defesa: 31/07/2017.

VIEIRA, A. S. D., CÓCARO, H., FRANCA, T. S. Reflexões sobre a (in)visibilidade do trabalho das mulheres rurais no município de Rio Pomba/MG. Cadernos de Agroecologia, [S.I.], vol. 13, n. 1, julho de 2018.



MODELO DO QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO

PROJETO CADERNETA AGROECOLÓGICA

Questionário para Caracterização do Perfil Sócio econômico e participação política das Agricultoras Agroecológicas

Pesquisadora: _____ Data: ____ / ____ / ____

Hora de início: _____ Hora de término: _____

1. Informações sobre a Agricultora

Nome: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Whatsapp: _____ Contato (Tel): _____

Email: _____

Estado civil: Solteira () ; Casada () ; União Estável () ; Divorciada () ; Separada () ; Viúva () ;

Outra () Qual? _____

Origem Étnica: Brancos () ; Pardos () ; Pretos () ; Povos Indígenas () ; Amarelo ()

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo () ; Ensino Fundamental Incompleto () ; Ensino Médio Completo () ; Ensino Médio Incompleto () ; Ensino Técnico Completo () ; Ensino Técnico Incompleto () ; Ensino Superior Completo () ; Ensino Superior Incompleto () ; Analfabeto ()

Possui DAP? Não () Sim ()

A DAP está em nome de quem? _____ Grau de parentesco: _____

Possui Cadastro Ambiental Rural – CAR? Não () Sim ()

2. Informações sobre a propriedade da família

2.1 - Identificação da propriedade

Estado: _____ Município: _____

Distrito ou bairro: _____

Nome da Comunidade ou Assentamento ou Acampamento: _____

Nome da propriedade e/ou número do Lote: _____

Forma de acesso	Tamanho (ha)	Uso	Quem domina (parentesco)
Própria			
Arrendamento			
Meação			
Parceria			
Cessão			
Comodato			
Direito de uso			
Uso comunitário			
Crédito fundiário			
Agrovila			
Terras tradicionais Qual? _____			
Outra. Qual? _____			

2.2.1 A agricultora não sabe responder? ()

A documentação da terra está em seu nome? () Sim () Não.

Se não, está em nome de quem? _____

Qual o parentesco ou relação social? _____

2.3 Informação sobre a família que mora na propriedade, em relação a agricultora

OBS 1: Listar todos aqueles: Membros da família nuclear que moram ou não na propriedade; Membros da família expandida que moram na propriedade;

OBS 2: Os itens Parentesco, Escolaridade, Origem étnica e Vínculo com a propriedade devem ser marcados de acordo com o número indicado na legenda abaixo do quadro;

Nº	Nome completo	Parentesco em relação à mulher ²	Sexo F/M	Data de nascimento	Estuda? S / N	Escolaridade ³	Origem étnica ⁴	Vínculo com a propriedade ⁵
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								

LEGENDA:

1. **Tipos de família:** Família Nuclear – formada pela mulher, marido e filhos/as; Família Expandida – formada por avós, sogros, tios, primos e outras pessoas que tem relação de afinidade;

2. **Parentesco em relação à mulher:** (a) Esposo/a; (b) Filho/a; (c) Primo/a; (d) Irmão/ã; (e) Mãe; (f) Pai; (g) Avô/ó; (h) Tio/a; (i) Agregado/a; (j) Outros

3. **Escolaridade:** (a) Ensino Fundamental Completo; (b) Ensino Fundamental Incompleto; (c) Ensino Médio Completo; (d) Ensino Médio Incompleto; (e) Ensino Técnico Completo; (f) Ensino Técnico Incompleto; (g) Ensino Superior Completo; (h) Ensino Superior Incompleto; (i) Analfabeto;

4. **Origem Etnica (segundo o IBGE):** (1) Brancos; (2) Pardos; (3) Pretos; (4) Povos Indígenas; (5) Amarelos

5. **Vínculos de moradia e trabalho com a propriedade:** (1) Reside no estabelecimento e trabalha (em tempo integral ou parcial) no estabelecimento; (2) Reside no estabelecimento e trabalha fora (em tempo integral); (3) Não reside no estabelecimento e trabalha no estabelecimento; (4) Não reside nem trabalha no estabelecimento; (5) Reside no estabelecimento e não trabalha;

3. Informações sobre acesso à bens naturais

3.1. Acesso à água

Marque com um X	Infraestrutura/tecnologia	Distância em relação à casa	Uso	Quantidade de água (marcar)	Qualidade da água (Excelente, Boa, Média, Ruim, Muito ruim)	Quem é responsável por buscar a água?	De onde vem essa água?	Paga pela água? (Sim ou não. Se sim, marcar quanto em R\$)
	Poço artesiano							
	Poço semiartesiano							
	Cacimba							
	Nascente							
	Cisterna de beber (P1MC)							
	Cisterna de produção (P1+2)							
	Captação de água da chuva							
	Caminhão pipa							
	Lago ou represa							
	Rio/córrego							
	Vereda							
	Tanques							
	Outra forma de captação de água de chuva							
	Caixa d'água comunitária							
	Outra: _____							
	Outra: _____							

LEGENDA:

Quantidade de água: (1) Dura o ano todo; (2) Dura meio ano (6 meses); (3) Dura três meses (3 meses);

3.1.1. Caso haja mais algum detalhe sobre o acesso a água, descrever abaixo:

Conflitos de acesso, privatização da água, contaminação, compartilhamento de cisternas, etc

3.2. Bens naturais do extrativismo (vegetal e animal) para a manutenção da família

Marque com X	Lugar	Distância da residência (km)	Quais tipos de bens naturais são utilizados	Quem é responsável pela coleta?
	Mata			
	Caatinga			
	Capoeira			
	Pastagens			
	Beira do rio			
	Beira do lago ou represa			
	Cerrado			
	Vereda			
	Mangue			
	Outro_____			
	Outro_____			

3.2.1. Condições de acesso aos bens naturais? De que forma é feita a coleta? Há conflitos? Quais?

4. Acesso a políticas públicas pela agricultura

Marque com X	Tipo de política	Qual período (início e fim)	Quem cuida do dinheiro
	PRONAF - Qual?		
	Pronaf Mulher		
	ATER - Qual?		
	Aposentadoria rural		
	Bolsa família		
	Biodiesel		
	Garantia Safra		
	Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais		
	PROINF - Apoio e ações de infra-estrutura e serviços		
	PGPM - Programa de Garantia de Preço Mineiro		
	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos		
	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar		
	PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural		
	PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural		
	PNCF - Crédito Fundiário		
	Programa de Cisterna Primeira Água		
	Programa de Cisterna Segunda Água		
	PRONATEC		
	Salário Maternidade		
	Previdência		
	Seguro Defeso		
	BSM - Brasil Sem Miséria		
	Bolsa Verde		
	Prestação Continuada de Benefícios		
	Outras _____		
	Outras _____		

5. Acesso a mercados pela família

Marque com X	Tipos de mercados	Quem produz o que está sendo comercializado?	Quem vende?	Renda por semana (R\$)	Quem cuida do dinheiro?
	Feira convencional				
	Feira agroecológica				
	Mercadinho local				
	Venda em casa				
	Venda porta a porta				
	Venda na comunidade				
	PAA				
	PNAE				
	Cooperativa				
	Associação				
	Outros _____				
	Outros _____				

6. Organização econômica das agricultoras

6.1 Grupos produtivos das agricultoras

Nome do grupo: _____

Participa de rede? Qual? _____

Número de integrantes _____ **Tempo de existência (Anos)** _____

O grupo é formal? Sim () Não () **Tem DAP Jurídica?** Sim () Não ()

O grupo tem sede própria? Sim () Não ()

Onde o grupo se reúne? Sede de outra organização () Igreja () Sindicato () Outros ()

O grupo integra uma organização econômica mista?

Sim () Não () Se sim, qual tipo? (por ex. cooperativa) _____

O que o grupo produz conjuntamente? Artesanatos (); Hortaliças (); Beneficiados da agroindústria vegetal (); Beneficiados da agroindústria Animal (); Serviços ()

O que comercializa conjuntamente: Artesanatos (); Hortaliças (); Beneficiados da agroindústria vegetal (); Beneficiados da agroindústria Animal (); Serviços ()

Os homens participam no grupo produtivo?

Sim (); Não (). Se Sim, como? Diretoria (); Apoio (); Comercialização ()

Renda obtida: Menos de um salário (); 1 a 3 salários mínimos (); Mais de 3 salário mínimos()

Como distribuem a renda obtida? Fundo comum (); Divisão por participação na produção ()

Horas de trabalho () Outros: _____

6.2 Participa de grupos de economia solidária? Que formas? Fundo Rotativo Solidário (); Casa de Sementes (); Comercialização (); Trocas (); Outros _____

7. Principal fonte de renda da agricultora

Tipo	Numerar de 1 a 8 por ordem de prioridade
Bolsa família	
Aposentadoria	
Agricultura	
Produção animal	
Artesanato	
Pensão	
Diária	
Prestação Continuada de Benefício - PCB	
Outros _____	

8. Gastos da família (mensal)

Tipo	Numerar de 1 a 14 por ordem de prioridade
Supermercado	
Mercadinho	
Farmácia	
Escola	
Lazer	
Diárias de trabalho para outros	
Raçao	
Insumos (sementes, adubos)	
Água	
Energia	
Transporte	
Ferramentas	
Celular	
Outros _____	

9. Participação social da agricultora

9.1. Partipa de algum espaço de organização coletiva?

Marque com X	Tipo de organização coletiva	Nome	Cargo que ocupa	Período (anos)
	Sindicato			
	Movimento social de mulheres			
	Movimento social misto			
	Associação			
	Cooperativa			
	Igreja			
	Redes			
	Partido Político			
	Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, Segurança alimentar e nutricional, etc)			
	Fundos rotativos solidários			
	Casa de sementes (banco comunitário de sementes)			
	Outras _____			
	Outras _____			

10. Para você o que é agroecologia?

11. Para você o que é feminismo?

Referências Bibliográficas:

- CARRASCO, C. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. Cuadernos de Relaciones Laborales. Madrid, vol. 31, n. 1, 2013, p. 39-56.
- _____, A. A. et al. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, dezembro de 2015, p 42-47.
- SOUZA, N. A. et al. Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In SAMBUICHI, R. H. et al (orgs.). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Brasília, IPEA, 2017, p. 403-432.



**"Vive dentro de mim
a mulher roceira.
-Enxerto de terra,
Trabalhadeira.
Madrugadeira, (...)
De pé no chão."**

Cora Coralina



Nossa homenagem à Maria do Rosário, agricultora de Diogo de Vasconcelos, que dedicou parte do seu escasso tempo livre na ação militante de anotar a produção do seu quintal pra contribuir na sistematização das Cadernetas Agroecológicas da Zona da Mata mineira e dar visibilidade ao trabalho das mulheres no quintais.